

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**GÊNERO E HABITAÇÃO: PARTICIPAÇÃO E PERCEPÇÃO FEMININA**  
**NA CONSTRUÇÃO DE VIVERES**

Dissertação de Mestrado

Mestranda: Edenilse Pellegrini da Rosa

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Ignez Silveira Paulilo

**FLORIANÓPOLIS, FEVEREIRO DE 2007.**

**EDENILSE PELLEGRINI DA ROSA**

**GÊNERO E HABITAÇÃO: PARTICIPAÇÃO E PERCEPÇÃO FEMININA  
NA CONSTRUÇÃO DE VIVERES**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia Política da Universidade  
Federal de Santa Catarina, como  
requisito parcial para obtenção do  
título de mestre.

**Florianópolis, fevereiro de 2007.**

**GÊNERO E HABITAÇÃO: PARTICIPAÇÃO E PERCEPÇÃO FEMININA  
NA CONSTRUÇÃO DE VIVERES**

**Edenilse Pellegrini da Rosa**

Aprovada pelos membros da comissão examinadora:

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ignez Silveira Paulilo**  
**Presidente**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Luzinete Simões Minella**  
**Membro**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosana de Carvalho M. Freitas**  
**Membro**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Soledad E. Orchard**  
**Suplente**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela chance de viver esses momentos fundamentais para a minha formação profissional e pessoal.

Aos meus pais, Jurema e Antônio, por terem propiciado a construção de tudo o que sou.

Ao meu esposo, Francisco, pelo apoio emocional, financeiro e pelo suporte técnico.

A minha orientadora, Maria Ignez Silveira Paulilo, que com seu profissionalismo impecável conseguiu lidar com minhas dificuldades e contratempos.

Aos funcionários do PPGSP, Albertina, Maria de Fátima e Otto, que sempre estiveram prontos a colaborar.

Aos professores da PPGSP com os quais convivi e que contribuíram para minha formação.

Aos membros da banca, Prof<sup>ª</sup>. Luzinete, Prof<sup>ª</sup>. Rosana e Prof<sup>ª</sup>. Maria Soledad, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições para a melhoria deste trabalho.

A Valdete, Ângela, Ivandro, Alessandra, Emerson, Vânia, Sirlei, Kelem e demais amigos da Sociologia Política, pela amizade e presença nesses últimos meses.

A Cinthia, pela amizade e pela ajuda no *abstract*.

A Eliane, pela correção das referências bibliográficas.

A Silvana pela leitura e correção deste trabalho, seus questionamentos e críticas foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos entrevistados para esta pesquisa, em especial as mulheres da Região Chico Mendes.

Sei que as palavras nem sempre conseguem expressar tudo o que precisamos dizer e nem lembrar a todos que precisamos agradecer. De qualquer forma a todos aqueles que de uma forma ou de outra estiveram presentes e contribuíram para o desenvolvimento desse trabalho fica a lembrança e meus sinceros agradecimentos.

"É melhor tentar e falhar,  
que preocupar-se e ver a vida passar;  
é melhor tentar, ainda que em vão,  
que sentar-se fazendo nada até o final.

Eu prefiro na chuva caminhar,  
que em dias tristes em casa me esconder.

Prefiro ser feliz, embora louco,  
que em conformidade viver ..."

Martin Luther King

## **GÊNERO E HABITAÇÃO: PARTICIPAÇÃO E PERCEPÇÃO FEMININA NA CONSTRUÇÃO DE VIVERES**

### **RESUMO**

A participação feminina no Projeto de Habitação destinado à Região Chico Mendes – Florianópolis, integrante do Programa Habitar Brasil BID, é analisada nesta pesquisa visto que são as mulheres que atuam diariamente na construção das comunidades, articulando entre os afazeres domésticos, trabalho fora de casa e atuação em organizações comunitárias.

O principal objetivo de análise desta pesquisa refere-se à participação das mulheres na implantação do projeto de habitação e nos processos de tomada de decisão. Como objetivos específicos estudaram-se a importância e a extensão do trabalho feminino na favela; o significado da casa e adaptação desta às necessidades de gênero; a satisfação das mulheres em relação ao projeto de habitação e o histórico sobre a implantação do projeto habitacional. Como recursos metodológicos foram utilizados entrevistas semi-estruturadas, entrevistas de grupo, participação em grupos de mulheres, conversas informais e leitura das atas da Comissão de Habitação.

As conclusões deste trabalho apontam para as dificuldades surgidas entre moradores e Prefeitura que impossibilitaram a construção de um processo participativo. A implantação do projeto foi marcada por conflitos. Faltaram aos técnicos e às lideranças experiências em processos de participação. As mulheres, mesmo tendo vida ativa dentro das comunidades formando redes de apoio, realizando trabalhos voluntários, ainda são pouco vistas e valorizadas, tendo pouco poder de decisão nos espaços que constroem. Entretanto, mesmo que as mulheres tenham participado do projeto de habitação apenas com reivindicações pontuais, restritas à questão da casa, tendo pouco poder de decisão, sua participação questionou o modelo autoritário, de ausência de cidadania e democracia, ainda muito presente nos projetos habitacionais brasileiros.

**Palavras-Chaves: gênero; habitação; participação; mulheres em situação de pobreza.**

## **GENDER AND HABITATION: FEMALE PARTICIPATION AND PERCEPTION ON LIVINGS CONSTRUCTION**

### **ABSTRACT**

Female participation on the Habitation Project destined to Chico Mendes area - Florianopolis, part of Brazil Living Program BID, is analyzed on this research once that are women who act daily on the construction of the communities, articulating among the daily duties, working and acting on communitaries organizations.

Main objective on this analysis is about women`s participation on the implantation of the habitation project as well on the process of taking decisions. As specific objectives were studied the importance and the extension of female work on the slum, home meaning and adaptation of it to gender`s needs, women`s satisfaction in relation to the habitational project and the historical about the implantation of the habitational project.

As methodological resources semi-structured interviews, group interview, participation in women groups , unformal talks and the reading of the habitation comission`s records were used.

The conclusions of this research point to the difficulties among the inhabitants and the city hall that made impossible the construction of a participative process. The implantation of the project had some conflicts. Experts and leaders were deficient in experiences on participative process. Women even having active life in the communities are not yet listened and valorized, having little power of decision, their participation has questioned the autoritary model, of citizenship absence and democracy,t present in many Brazilian habitational`s projects yet .

**key- words: gender, habitation, participation, women in situation of poverty.**

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Número de mulheres entrevistadas, todas residentes em casas do Programa HBB.....	22
<b>Quadro 2</b> - Número de lideranças comunitárias e assistentes sociais entrevistadas.....	23
<b>Quadro 3</b> – Número de mulheres entrevistadas que aguardam por suas casas ou não entraram no projeto de habitação.....	24
<b>Quadro 4</b> - Cidade ou Estado de naturalidade das mulheres a partir de 15 anos cadastradas no Projeto de Habitação da Região Chico Mendes.....	33
<b>Quadro 5</b> – Distribuição, das mulheres cadastradas no Projeto de Habitação da Região Chico Mendes, por tipo de ocupação.....	35
<b>Quadro 6</b> – Distribuição, das mulheres cadastradas no Projeto de Habitação da Região Chico Mendes, por remuneração recebida.....	35
<b>Quadro 7</b> – Distribuição, das mulheres cadastradas no Projeto de Habitação da Região Chico Mendes, por nível educacional.....	36
<b>Quadro 8</b> – Dúvidas, questionamentos e sugestões dos moradores e respostas da PMF.....	94
<b>Quadro 9</b> – Quantidade de homens e mulheres presentes nas reuniões entre Prefeitura, Comissão de Habitação e Moradores.....	118
<b>Quadro 10</b> – Quantidade de homens e mulheres presentes nas reuniões entre Prefeitura e Comissão de Habitação.....	118



**LISTA DE FOTOS**

<b>Foto 1:</b> as crianças na rua observando a ação dos policiais.....	19
<b>Foto 2:</b> garagens feitas pelos moradores.....	92
<b>Foto 3:</b> as casas vistas da via-expressa.....	100
<b>Foto 4:</b> sala da Rosa.....	113
<b>Foto 5:</b> cozinha da Rosa.....	113
<b>Foto 6:</b> sala da Hortênsia.....	114
<b>Foto 7:</b> crochê da Violeta.....	114

## LISTA DE SIGLAS

- AFLOV** – Associação Florianopolitana de Voluntários
- ALC** – América Latina e Caribe
- ASA** – Ação Social Arquidiocesana
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BIRD** – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- BNH** – Banco Nacional de Habitação
- CAPROM** – Centro de Promoção e Apoio ao Migrante
- CEDAW** - Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
- CEDEP** – Centro de Educação e Evangelização Popular
- CEF** – Caixa Econômica Federal
- CELESC** – Centrais Elétricas de Santa Catarina
- COHAB** – Companhia Habitacional
- COMCAP** – Companhia de Melhoramento da Capital
- DI** – Desenvolvimento Institucional
- DVD** – *Digital Video Disc*
- FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FMIS** – Fundo Municipal de Integração Social
- HB** – Habitar Brasil
- HBB** – Habitar Brasil BID
- HIV** – Vírus da Imunodeficiência Humana
- IAPI** – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICAP** – Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões
- IDH** – Índice de Desenvolvimento Humano
- IPPUR** - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
- IPTU** – Imposto Predial e Territorial Urbano
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- ONG** – Organização Não Governamental
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- PDT** – Padrão de Desenvolvimento Territorial

**PMF** – Prefeitura Municipal de Florianópolis

**SBPE** – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos

**SFH** – Sistema Financeiro de Habitação

**UAS** – Urbanização de Assentamentos Subnormais

**UFSC** – Universidade Federal de Santa Catarina

**UFRJ** – Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
A favela como campo de pesquisa: procedimentos metodológicos .....	16
Estrutura do Trabalho .....	24
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>26</b>
<b>CONHECENDO NOSSO CAMPO DE PESQUISA .....</b>	<b>26</b>
1.1 Região Chico Mendes: um breve histórico.....	26
1.2 Os habitantes da Região Chico Mendes .....	32
<b>CAPÍTULO II.....</b>	<b>37</b>
<b>PROGRAMAS HABITACIONAIS E BID: ASPECTOS DE RELEVÂNCIA .....</b>	<b>37</b>
2.1 BID e Brasil: uma política de influências.....	37
2.2 A participação na concepção do BID .....	42
2.3 A Política Habitacional Brasileira: um breve histórico .....	47
2.4 A Política Habitacional do BIB .....	53
2.5 Programa Habitar Brasil BID - Projeto Bom Abrigo .....	55
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>60</b>
<b>GÊNERO, TRABALHO E MORADIA .....</b>	<b>60</b>
3.1 Gênero .....	60
3.2 A importância do trabalho feminino.....	64
3.3 Incorporação de gênero nas políticas públicas e a tentativa de construir uma política feminista .....	72
3.4 Políticas Públicas de Gênero e Habitação .....	76
3.5 Função social da casa a partir da concepção de gênero.....	77
<b>CAPÍTULO IV.....</b>	<b>81</b>
<b>DADOS DO CAMPO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE .....</b>	<b>81</b>
4.1 Quem são as mulheres que vivem na Região Chico Mendes? .....	81
4.2 Descrição do processo de implantação do Projeto de Habitação: uma relação tensa e conflituosa.....	85
4.3 Esclarecimento aos moradores sobre o projeto de habitação .....	86
4.4 Termo de adesão: “assinei, mas não sei o que significa...” .....	90
4.5 Em relação aos questionamentos dos moradores .....	91
4.6 O projeto de habitação na avaliação das moradoras.....	99
4.7 Inadimplência .....	106

4.8 O significado da casa.....	112
4.9 A participação comunitária das mulheres para com os outros: um olhar sobre o cuidado com as pessoas e com o bairro.....	115
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>127</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2000, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) em conjunto com a Caixa Econômica Federal (CEF) e a União assinaram com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) um acordo de repasse financeiro para a implementação do Projeto Bom Abrigo: Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário destinado à Região Chico Mendes. Este se designa a promover a qualidade de vida das famílias de baixa renda com a integração da favela à cidade através de melhorias habitacionais, infra-estrutura e acesso a serviços urbanos.

O Projeto Bom Abrigo segue as linhas políticas e ideológicas do Programa Habitar Brasil BID (HBB) e exige o consentimento da população em relação ao projeto, assim como a participação dos moradores em todas as etapas de implementação. Tal proposta impressiona pela presença de princípios democráticos pouco vistos em projetos habitacionais.

Desde seu surgimento, fins do século XIX no Rio de Janeiro, as favelas tornaram-se objeto de estudo de diversas áreas, inclusive das ciências sociais. Nesta, o interesse não se esgota, pois seu campo de pesquisa mostra-se riquíssimo pela diversidade de adaptações de sobrevivência e de sociabilidade dos moradores frente às dificuldades enfrentadas diariamente nesses espaços.

O crescimento rápido e contínuo da população residente nesses locais marcados pela pobreza também chama a atenção. Em Florianópolis, no ano de 2000, a população das favelas chegou a 50 mil habitantes e continua aumentando em ritmo acelerado. Tal fato preocupa os órgãos públicos, especialmente a Prefeitura Municipal, pois juntos também crescem os índices de violência, de déficit habitacional, de demanda por serviços públicos, de infra-estrutura e de irregularidades na ocupação dos terrenos.

Vale salientar que a ocupação ilegal do solo urbano em Florianópolis também é praticada pelas classes média e alta, como ocorre, por exemplo, nas encostas do Morro da Lagoa e nas dunas da Joaquina, dentre outros. Entretanto, tais ocupações, apesar de causarem sérios danos ao meio-ambiente, não se constituem como “problema social” como acontece nos terrenos ocupados pela população carente. A valorização dos terrenos e imóveis em Florianópolis, assim como o aumento dos impostos contribui significativamente para o aumento das ocupações ilegais.

Nos últimos anos a PMF priorizou seus investimentos nas áreas nobres e na qualidade de vida da população de classe média e alta, vendendo aos turistas a imagem

da Ilha da Magia como o melhor lugar para se viver, conseqüentemente um dos mais caros do Brasil. Mas, o aumento dos problemas sociais e sua visibilidade através do crescente número de assaltos, seqüestros, roubos, mortes, etc. exigiu do poder público maior atuação entre a população pobre.

Este crescimento da violência piorou o estigma histórico das favelas. Segundo Licia Valladares (2005) a favela sempre foi percebida como o oposto da cidade, por isso é caracterizada pelo feio, pelo sujo, pela desordem, pela presença de vagabundos, criminosos, pobreza, doenças, sem considerar que, apesar do estigma, a favela também é um espaço de organização na reivindicação de direitos e de construção da cidadania.

As primeiras ações do poder público em relação às favelas deram-se no sentido de erradicá-las e de remover sua população para conjuntos habitacionais (VALLADARES, 2005). A ocorrência dos investimentos aconteceu de modo pontual, cedendo a pressões dos moradores ou de interesses clientelistas. Segundo Carlos Santos (1981 apud GONDIM, 2006) foram poucas as experiências de urbanização das favelas que tinham como objetivo a permanência nos locais que habitavam. Estas iniciativas somadas aos esforços do Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em 1964, alterou a face das grandes cidades a partir da construção de conjuntos habitacionais de baixa renda. Entretanto produziu pouco efeito sobre o mercado imobiliário informal e as ocupações irregulares (GONDIM, 2006).

A partir da Constituição de 1988 percebeu-se uma alteração nas políticas públicas sobre as favelas. Passou-se a visar a regularização com implantação de infraestrutura, serviços urbanos, melhoria da habitação e regularização fundiária assegurando o direito de posse aos favelados. A regularização de posse teve mais possibilidades a partir de 2001 com a criação do Estatuto da Cidade (GONDIM, 2006). O cenário das favelas também tem se alterado muito nas últimas décadas, tanto pelas relações do Estado com populações pobres, a partir de suas políticas liberais, quanto pela inserção de novos atores como Organizações Não Governamentais (ONGs), novas organizações locais e a presença do comércio de drogas (ROCHA, 2006).

Segundo Lia Rocha (2006), o tráfico de drogas impõe uma nova dinâmica de sociabilidade através da demarcação dos territórios, do poder e do controle que exercem sobre o espaço e sobre os moradores. Essa afirmação parte das análises de Alba Zaluar (2004) sobre as favelas cariocas. A autora aponta para o fato dos atuais traficantes não possuírem ligação com a população local, pois a escolha dos líderes do tráfico local vem de determinações que são tomadas de fora da favela. O que representa a mudança de

traficantes conhecidos pela população local para outros que não possuem qualquer relação com os moradores, dificultando ainda mais a vida destes últimos. Porém, na favela Chico Mendes as determinações do tráfico ainda não chegaram a este estágio e os traficantes ainda são conhecidos pelos moradores e vice-versa, o que possibilita uma convivência mais pacífica.

A ação do Estado baseada nos princípios liberais é muito presente nos projetos habitacionais financiados pelas instituições financeiras multilaterais<sup>1</sup>, das quais destacamos o Programa Habitar Brasil BID.

As políticas públicas dos últimos anos também acenam para a possibilidade de mudanças na visibilidade do trabalho das mulheres dentro das favelas, isso graças à incorporação das políticas de gênero, resultado de longos anos de ação de pesquisadoras do mundo todo e do movimento feminista.

A importância da participação feminina no projeto de habitação é analisada nesta pesquisa, visto que são as mulheres que atuam diariamente na construção das comunidades, articulando entre os afazeres domésticos, trabalho fora de casa e atuação em organizações comunitárias. Apesar das mudanças recentes relativas ao interesse maior pelas questões de gênero, a opção por estudar mulheres em situação de pobreza requer entusiasmo e comprometimento para lidar com a invisibilidade do papel feminino aliado às desigualdades de classe e etnia.

Na Chico Mendes, as determinações do comércio de drogas não têm influenciado significativamente o papel da mulher dentro da favela. Ao contrário, o que se percebe é que as mulheres, apesar das demarcações territoriais, das brigas de gangues, ainda possuem liberdade de acesso aos espaços dentro do Bairro<sup>2</sup>. Assim, ouvir o relato dessas mulheres nos permite entender a lógica que determina sua função dentro da favela.

Frente ao quadro exposto temos como objetivo principal analisar a percepção feminina sobre o projeto de habitação. Minhas interrogações são: de que forma foi implantado o projeto de habitação? Existiu participação das mulheres na implantação do projeto de habitação? Houve participação feminina nos processos de tomada de decisão?

---

<sup>1</sup> Podem ser entendidos como bancos que possuem vários países acionistas e financiam o desenvolvimento dos mesmos. A Instituição Financeira Multilateral que destacamos nesta pesquisa é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

<sup>2</sup> Com ressalvas às mulheres que possuem os filhos diretamente envolvidos com o comércio de drogas.



Parte-se do pressuposto que a casa tem maior importância para as mulheres do que para os homens, devido aos seus papéis sociais de responsabilidade pela reprodução familiar. É comum, nas populações em situação de pobreza, uma maior mobilidade do homem que se ausenta do lar por situações ligadas ao trabalho, abandono familiar como também por situações ligadas às prisões, mortes e ameaças pelo envolvimento com o tráfico e consumo de drogas. Assim, na ausência masculina são as mulheres que carregam a responsabilidade pelo sustento familiar e educação dos filhos, sendo a casa um espaço de segurança e abrigo onde ocorrem as relações de reprodução familiar material e simbólica, características de cada cultura. Dessa forma nossos objetivos específicos são: elaborar o histórico da implantação do projeto de habitação; identificar o significado da casa para a mulher; dimensionar o nível de adaptação das casas às necessidades de gênero; analisar a satisfação das mulheres em relação ao projeto de habitação identificando pontos positivos e negativos; e verificar a importância e a extensão do trabalho feminino na favela.

### **A favela como campo de pesquisa: procedimentos metodológicos**

Eu acho assim...o preconceito ele é visto assim... ele é criado mais pela mídia [...] o pessoal que mora fora, que querendo ou não querendo a televisão às vezes transmite coisas que não é a realidade. O jornal vem aqui e faz uma matéria e às vezes não é aquilo que eles transmitem. E o preconceito assim, isso dói, tem horas que dói na gente, porque tem gente que vai atrás de emprego, que diz que é da comunidade Chico Mendes, eles não te dão tanta atenção porque pensam que aqui todo mundo é bandido, que vive de matá e roubá, mas não é isso! Quando a pessoa passa a conhecer, vê que a realidade é outra na comunidade. Vê que o pessoal trabalha mesmo que seja de biscate mesmo, um ou outro tem a sua fama, mas não é todo mundo assim. (Petúnia, líder comunitária).

Logo percebemos o quão difícil é ser um morador da Região Chico Mendes e a seriedade dos desafios que encontraríamos durante o trabalho de campo. A escolha de realizar uma pesquisa sobre relações de gênero num espaço caracterizado pelo estigma, pela violência e pelo preconceito exige do pesquisador não apenas persistência para superar a morosidade das instituições em fornecerem dados, mas também prudência frente aos riscos envolvidos.

Diante de um campo de pesquisa tão complexo, instigante e desafiador, muitas foram as questões de “como fazer”. A imagem que tínhamos como referência sobre a Região Chico Mendes e seus moradores era tão obscura e negativa a ponto de nos deixar apreensivas por tudo de ruim que pudesse vir a acontecer em campo.

Encontramos uma comunidade organizada, que possui líderes comunitários preocupados com os problemas que assombram o local e suas pessoas, unindo esforços com a comunidade na busca de seus direitos, dignidade e cidadania. Encontramos também uma comunidade pobre e estigmatizada onde os preconceitos antecedem os atributos ou características, como diz Mary Rangel (2004, p. 1),

O estigma é uma marca, um rótulo que se atribui a pessoas com certos atributos que se incluem em determinadas classes ou categorias diversas, porém comuns na perspectiva de desqualificação social. Os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, ou seja, de idéias pré-concebidas, cristalizadas, consolidadas no pensamento, crenças, expectativas sócio-individuais.

Ainda para esta autora, os preconceitos e os estigmas promovem e naturalizam palavras ou ações violentas. Por conseguinte, essa construção pode ser a origem e o início da violência. A violência a que nos referimos não se define apenas no plano físico, apesar de que nesse plano a sua visibilidade é maior, entretanto chamamos a atenção para a violência que tem ação psicológica e emocional, pois esta deixa cicatrizes mais profundas ferindo a auto-estima. Mudar essa condição de estigma exige ressignificações que permitam o surgimento de novos conceitos e este é um processo longo, com o qual esperamos contribuir com este trabalho.

Para dar início ao nosso trabalho de campo, recorreremos às pontuações de Gilberto Velho (1981) sobre as categorias “familiar” e “exótico”. O autor ressalta que o familiar não necessariamente precisa se transformar em exótico para que o trabalho do pesquisador aconteça. Entretanto, o pesquisador precisa realizar um estranhamento sobre seu objeto de pesquisa para que seja possível uma compreensão mais profunda.

As recomendações de Alba Zaluar (1985) e de Cynthia Sarti (2003) também nos foram valiosas. Ambas, pesquisadoras relevantes sobre populações pobres, comentam que os sujeitos a serem pesquisados devem ser considerados por sua positividade e não por aquilo que lhes falta, postura fundamental no processo de desvelamento de sua visão de mundo, das subjetividades que se objetivam nos gestos, ações, interações e relações.

Como recursos metodológicos para obtenção dos dados primários foram utilizados entrevistas semi-estruturadas, entrevistas de grupo, ambas gravadas; participação em oficina de pintura; participação em reuniões da rede<sup>3</sup>; registro visual por fotografia; e conversas informais. Como fonte secundária utilizamos as atas da Comissão de Habitação.

Em nossa primeira visita ao campo fomos acompanhadas de uma assistente social da Prefeitura que cedendo ao nosso pedido sugeriu o nome de algumas mulheres para o início da pesquisa. A partir dessas primeiras mulheres entrevistadas foi possível a indicação e o contato com outras. As conversas informais ocorreram com inúmeras mulheres nos mais variados lugares, destas nenhuma conversa foi gravada.

Nossa apresentação em campo foi como estudante da UFSC. Acredito que esta identidade tenha facilitado a aceitação entre as mulheres e nossa presença em campo. Em algumas situações fomos acompanhadas pelas crianças na rua que solicitavam para que entrevistássemos suas mães também e nos levavam até suas casas. Em outros momentos, conversávamos com alguma mulher no meio da rua e logo apareciam outras vizinhas para participarem. Estes comportamentos nos deixaram tranquilas em campo, pois sempre se tinha a quem perguntar se podíamos ou não passar por uma rua desconhecida.

Durante a pesquisa algumas situações nos deixaram apreensivas, mas nenhuma delas impediu o andamento da pesquisa.

Uma delas foi referente a uma ação da Polícia Militar, que executou a Operação Polvo, cercando favelas para capturar pessoas com mandatos de busca e apreensão. No dia 29 de março, enquanto estávamos numa residência, realizando uma entrevista, a Favela Chico Mendes foi cercada por policiais e com eles a reportagem da televisão. A entrevistada foi chamada várias vezes pelas vizinhas para que fosse ver o que estava acontecendo.

A rotina do local mudou abruptamente, o que nos causou certo desconforto e até medo pelo que poderia acontecer. Logo decidimos encerrar o campo por aquele dia. No entanto, foi surpreendente a reação da população à invasão, em especial das mulheres e crianças, que em alvoroço se dirigiram para os portões de suas casas, ou mesmo para a rua, e ali permaneceram para assistir a operação da polícia. Além da curiosidade para saber quem seria preso naquele dia, a saída das pessoas de dentro de

---

<sup>3</sup> A rede de articulação do bairro Monte Cristo foi organizada pelas lideranças e instituições presentes dentro do bairro com o objetivo de unir propósitos e diminuir as ações fragmentadas.

suas casas assinala aos policiais que eles não possuem motivo nenhum para se esconderem. A presença das crianças nas ruas pode ser percebida na foto que segue abaixo e que saiu na reportagem no site da RBS TV.



Foto 1: as crianças na rua observando a ação dos policiais.

Fonte: [www.clicrbs.com.br](http://www.clicrbs.com.br) Jornal Diário Catarinense, 29/03/2006.

O que não agradou os moradores foi a reportagem publicada no jornal que não condizia com os fatos, passando uma imagem errônea do local contribuindo para o estigma. Por um lado os policiais são bem vindos pela população da região, mas por outro houve queixas nas entrevistas devido ao desrespeito e agressividade dos mesmos, principalmente com relação às mulheres e crianças. Foram muitos os relatos sobre invasões de casas por policiais que, sem mandatos, entravam em busca de drogas, acordavam as crianças e reviravam os armários, assustando os moradores.

A única vez que nos sentimos em dúvida com aquelas mulheres, no sentido de “dar algo em troca”, foi durante uma entrevista com lideranças da comunidade. Nesse momento elas expuseram, de forma consciente e dramática, a condição da mulher na Chico Mendes. Expuseram os problemas relacionados à violência, à carência afetiva, ao desemprego, à recuperação da auto-estima e à superação dos problemas com os filhos, enfim manifestaram as questões que as enfraquecem psicologicamente. Apelando para a necessidade de ter apoio de médicos (ginecologistas) que as auxiliassem com informações sobre sexualidade e psicólogos que fizessem com elas dinâmicas de grupo

a fim de trabalharem sua recuperação emocional. Somente nesta entrevista percebemos que elas esperavam algum retorno da nossa parte.

Apesar do trabalho de campo ter sido tranqüilo em relação aos contatos e à receptividade, isto não quer dizer que tenha sido tranqüilo em relação aos questionamentos e angústias que surgiram no decorrer das entrevistas. Nossas entrevistadas nos receberam com atenção. Disponibilizaram um pouco de seu tempo e cederam um espaço em suas casas para que entrássemos e conversássemos, mesmo sem nos conhecer. Falaram sobre suas famílias, suas vidas e demonstraram preocupação para com nosso trabalho, se desculpando caso suas respostas não fossem tão boas ou úteis como gostariam, se as condições de suas casas não eram das mais dignas para nos receber e, ainda, se suas limitações para nos dar “boas respostas” influenciariam na qualidade de nossa pesquisa. Entretanto, apesar da boa vontade, as respostas não nos davam o retorno necessário. Logo no início deparamo-nos com um comportamento apático das entrevistadas em relação ao Projeto de Habitação e ao que acontecia ao redor delas. Esta apatia permeava também suas respostas. Perguntamo-nos o que poderia significar aquilo que elas não falavam e o que pensavam de fato essas mulheres?

Desse questionamento surgiu a possibilidade de incluir na amostra da pesquisa as lideranças da comunidade. A prioridade foi dada para entrevistas com lideranças femininas, somente um homem foi incluído na amostra devido à sua intensa atuação no Projeto de Habitação. As entrevistas com as lideranças foram mais abrangentes e foi onde pude perceber uma visão mais completa do processo de implantação do Projeto, da organização da comunidade e da participação da mulher dentro desse processo e dentro da comunidade.

Foram realizadas entrevistas gravadas com 25 pessoas, sendo 9 moradoras das casas do Programa HBB; 7 lideranças comunitárias<sup>4</sup> (6 mulheres e 1 homem); 2 assistentes sociais da Prefeitura que tiveram ampla participação no projeto de habitação; e 7 moradoras da comunidade que ainda não receberam suas casas ou que não entraram no Projeto de Habitação, mas que estavam presentes na oficina de pintura que passamos a frequentar e manifestaram suas opiniões.

---

<sup>4</sup> As mulheres líderes comunitárias caracterizam-se como tais por seu envolvimento dedicado e contínuo com as coisas que acontecem no bairro. Atuam nas instituições presentes no bairro como Associações de Moradores, ONGs, Escolas, Creches, dentre outras.

As entrevistas foram realizadas entre 28 de março de 2006 e 26 de maio do mesmo ano, sendo que, depois disso, ainda fizemos algumas visitas à comunidade para checagem de informação, busca de novos materiais e registro fotográfico. As atas nos foram emprestadas por um entrevistado. Todas as entrevistas gravadas foram transcritas, processo que durou mais de 30 dias. As entrevistas transcritas preservam as características da linguagem falada. Não temos a intenção de reproduzir preconceitos, mas apenas de manter alguns termos culturais e salientar o baixo nível educacional das moradoras da região.

De novembro a dezembro de 2006, voltamos ao campo e permanecemos mais um mês nele para o desenvolvimento de uma pesquisa para a empresa que presta assessoria para o Programa Habitar Brasil BID. Nesta ocasião tivemos oportunidade de conversar com uma quantidade maior de mulheres, o que contribuiu para as observações aqui registradas.

As entrevistas feitas com as moradoras das casas do Programa HBB foram realizadas em suas moradias com agendamento prévio. Outros contatos se deram na oficina de pintura que faz parte do projeto da ONG Casa Chico Mendes e na qual participamos por três vezes. Nos encontros da oficina de pintura foram feitas entrevistas de grupo e conversas também com mulheres que não integram o Programa de Habitação, mas que residem na comunidade e passaram pelas transformações decorridas pelo processo de reurbanização do local. Durante algumas entrevistas tivemos a oportunidade de fotografar algumas mulheres, suas casas e os trabalhos realizados na oficina de pintura.

O número de entrevistas com mulheres residentes da comunidade do Novo Horizonte foi maior, pois é a parte do projeto em que todas as casas já foram entregues. Na comunidade do Chico Mendes as obras ainda não estão concluídas e na Nossa Senhora da Glória estão apenas no início, o que dificultaria muito o campo, pois nosso recorte temporal compreende somente mulheres que receberam as casas até final de 2004 devido à mudança de governo. A realização de entrevistas com mulheres que receberam casas em diferentes períodos governamentais prejudica a comparabilidade dos dados. Por isso, nas duas últimas comunidades o número de entrevistadas é menor.

Tivemos o cuidado de resguardar a identidade de todas as pessoas entrevistadas substituindo seus nomes verdadeiros por nomes de flores. A relação das entrevistadas segue nos quadros 1, 2 e 3.

Quadro 1 - Número de mulheres entrevistadas, todas residentes em casas do Programa HBB.

<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Número de filhos</b>	<b>Local da entrevista</b>	<b>Data da Entrevista</b>
Violeta, catadora de papelão, casada.	45 anos	10 filhos	Casa da informante, reside no Novo Horizonte.	28/03/2006
Margarida, diarista, casada.	37 anos	4 filhos	Comércio da Informante, reside no Novo Horizonte.	28/03/2006
Hortênsia, costureira, casada.	43 anos	5 filhos	Comércio da informante, reside no Novo Horizonte.	28/03/2006
Rosa, faxineira, casada.	35 anos	2 filhos	Casa da informante, reside no Novo Horizonte.	29/03/2006
Begônia, do lar, casada.	30 anos	1 filho	Casa da Informante, reside no Novo Horizonte.	29/03/2006
Calêndula, comerciante, separada.	41 anos	2 filhos	Comércio da Informante, reside no Novo Horizonte.	30/03/2006
Camélia, vendedora, casada.	22 anos	2 filhos	Casa da Informante, reside no Novo Horizonte.	17/04/2006
Dália, diarista, casada.	28 anos	6 filhos	Oficina de pintura, reside no Chico Mendes.	25/04/2006
Madressilva, babá, solteira.	27 anos	Sem filhos	Oficina de pintura, reside no Chico Mendes.	25/04/2006

Quadro 2 - Número de lideranças comunitárias e assistentes sociais entrevistadas.

<b>Identificação</b>	<b>Reside em casa do projeto?</b>	<b>Local de entrevista</b>	<b>Data da entrevista</b>
Azaléia, integrante da rede e da ONG Casa Chico Mendes.	Sim	Casa da Informante, reside no Novo Horizonte.	31/03/2006
Gérbera, integrante da rede.	Sim	Casa da Informante, reside no Novo Horizonte.	31/03/2006
Petúnia, presidente da Associação do Novo Horizonte.	Não	Casa da Carmocris, reside no Novo Horizonte.	10/04/2006
Lírio - homem, vice-presidente da Associação do Novo Horizonte.	Sim	Casa Chico Mendes, reside no Chico Mendes.	12/04/2006
Orquídea, presidente da Associação da Nossa Senhora da Glória.	Não	Prédio Chico Mendes, reside na Nossa Senhora da Glória.	20/05/2006
Íris, tesoureira da Associação do Chico Mendes.	Sim	Prédio Chico Mendes, reside no Chico Mendes.	20/05/2006
Primavera, integrante da associação do Chico Mendes e Agente de Saúde.	Não	Prédio Chico Mendes, reside no Chico Mendes.	20/05/2006
Assistente social 1	Não	Prefeitura Municipal de Florianópolis	04/05/2006
Assistente social 2	Não	Prefeitura Municipal de Florianópolis	04/05/2006



Quadro 3 – Número de mulheres entrevistadas que aguardam por suas casas ou não entraram no projeto de habitação.

<b>Identificação</b>	<b>Idade</b>	<b>Número de filhos</b>	<b>Local da entrevista</b>	<b>Data da Entrevista</b>
Dama da Noite, do lar, casada.	34 anos	2 filhos	Oficina de pintura, reside no Novo Horizonte.	25/04/2006
Papoula, dona de casa, casada.	52 anos	6 filhos	Oficina de pintura, reside no Novo Horizonte.	25/04/2006
Boca-de-leão, vendedora ambulante, divorciada.	49 anos	4 filhos	Oficina de pintura, reside na Nossa Senhora da Glória.	25/04/2006
Chuva-de-prata, artesã, divorciada.	53 anos	2 filhos	Oficina de pintura, reside no Novo Horizonte.	25/04/2006
Palma, do lar, casada.	55 anos	11 filhos (7 vivos)	Oficina de pintura, reside no Chico Mendes.	25/04/2006
Peônia, diarista, separada.	29 anos	4 filhos	Comércio, reside no Chico Mendes.	30/03/2006
Tulipa, agente de saúde, viúva.	40 anos	4 filhos	Prédio Chico Mendes, reside no Chico Mendes.	20/05/2006

### **Estrutura do Trabalho**

O trabalho divide-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo contextualiza o espaço em que ocorreu a pesquisa apresentando alguns aspectos históricos sobre a formação da Região Chico Mendes. Dá-se atenção para as ações de organização comunitária desenvolvidas pelas lideranças do bairro e sua relação com órgãos públicos, especialmente a PMF na reivindicação de melhorias para a região. Este capítulo ainda apresenta dados sobre a origem das mulheres inscritas no Projeto de Habitação, a renda,

a profissão e o grau de instrução, os quais fornecem as primeiras pistas para a pesquisa de campo.

O segundo capítulo persegue o intuito de questionamento à política habitacional brasileira e a forma como o Estado tratou a questão da habitação entre as populações residentes em favelas ao longo destes últimos anos. A apresentação do BID objetiva explicitar a ideologia do banco incorporada em seus programas habitacionais, inclusive no Projeto Bom Abrigo – Região Chico Mendes. Chama-se a atenção para a contradição que permeia o discurso do Banco quando exige participação dos envolvidos em seus programas, sem possibilitar que ela aconteça.

No capítulo três faz-se uma revisão sobre a noção de gênero e das novas percepções que esse olhar pode proporcionar aos velhos assuntos, dando visibilidade à mulher. Chama a atenção para a importância de incorporar gênero nas políticas públicas para melhor entender as diferentes necessidades de homens e mulheres. A ênfase deste capítulo vai para a importância do trabalho feminino, uma vez que as mulheres dividem seu tempo entre trabalhos que garantam o sustento da família, os afazeres domésticos, os trabalhos relacionados aos cuidados dos menores e enfermos e os trabalhos de participação cidadã desenvolvidos no cotidiano da favela.

O quarto capítulo apresenta os dados e os resultados das observações em campo. Expomos as falas das mulheres, a descrição e análise sobre o processo de implantação do projeto habitacional a partir da percepção dos moradores, o trabalho desenvolvido pelas mulheres dentro da favela, as percepções femininas sobre o projeto de habitação e as relações de gênero envolvidas nos processos de participação e tomada de decisão. Por fim, apresenta-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

## CAPÍTULO I

### CONHECENDO NOSSO CAMPO DE PESQUISA

#### 1.1 Região Chico Mendes: um breve histórico

Nesta parte do trabalho iremos apresentar o espaço onde nossa pesquisa se desenvolveu. Contextualizamos a atuação da Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) na região Chico Mendes, especialmente referente à implementação do projeto de habitação. Dá-se atenção ao processo de formação e organização da região assim como a reivindicação de direitos pelos moradores. Passamos, primeiramente, a delinear os aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais da região e dos moradores para em seguida aprofundar as informações relativas especificamente às mulheres.

A partir do resgate histórico, do processo de formação da área estudada e de organização comunitária, compreendendo como a comunidade se formou e a identidade dos indivíduos, é que podemos compreender a atual dinâmica da região.

A comunidade Chico Mendes junto com Novo Horizonte, Nossa Senhora da Glória, Nova Esperança, Promorar, Santa Terezinha I e II, Panorama e Pasto do Gado formam o bairro Monte Cristo pertencente ao Município de Florianópolis.

O bairro Monte Cristo tem uma população de 26.000 habitantes, segundo o Censo de 2000 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e é o bairro de Florianópolis que apresenta o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O Programa Habitar Brasil BID (HBB), que estamos estudando, compreende as comunidades Nossa Senhora da Glória, Chico Mendes e Novo Horizonte<sup>5</sup>. Essas três comunidades são conhecidas hoje como a Região Chico Mendes ou o Complexo Chico Mendes. Na região residem aproximadamente 1.383 famílias, somando mais de 5 mil pessoas<sup>6</sup>.

A Região Chico Mendes está localizada ao longo da via expressa (BR – 282), na área continental do Município de Florianópolis. Foi constituída por ocupações

---

<sup>5</sup> Esta região foi, por muitos anos, conhecida como “Pasto do Gado”. Região utilizada para pasto de gado e que foi confiscada de seu proprietário pelo Estado pelo acúmulo de impostos atrasados (PERES, 1999).

<sup>6</sup> Dados do cadastramento de 2000 realizado pela Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

irregulares de terra pública, principalmente entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, feitas por pessoas na sua maioria vindas da região serrana e do oeste catarinense.

Cada comunidade possui estágios diferenciados de organização assim como um histórico de formação distinto (PEREIRA, 2005; PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2000). A comunidade de Nossa Senhora da Glória foi formada a partir de 1975, mas durante muitos anos não teve uma identidade organizativa própria. Somente por volta de 1994 é que seus moradores conseguiram constituir uma Associação de Moradores e desde então possui um movimento comunitário local, reconhecendo-se como comunidade específica e assim reivindicando melhorias das suas condições de vida.

A Novo Horizonte iniciou seu processo organizativo antes da ocupação da área, pois teve sua formação a partir de uma invasão organizada com aproximadamente 98 famílias em 1989. Esta invasão foi assessorada por movimentos sociais ligados à questão da terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Centro de Promoção e Apoio ao Migrante (CAPROM).

Já a Chico Mendes teve sua formação a partir de 1991 e foi constituída por um processo desordenado de ocupação. É a comunidade com maior população. Assim como as outras comunidades, a Chico Mendes também possui uma Associação de Moradores que no decorrer dos anos conquistou diversas melhorias relacionadas à infra-estrutura local.

Hoje as possibilidades de expansão da região encontram-se estagnadas, devido às limitações do espaço físico. Entretanto, segundo a Prefeitura Municipal (2000) a região apresenta um considerável grau de adensamento, especialmente na forma de co-habitações. Mesmo que os moradores tenham consciência sobre a necessidade de estabilizar o processo de ocupação, é preciso ponderar as situações familiares que geram co-habitação, como o casamento dos filhos.

As Associações de Moradores da Região Chico Mendes têm estatuto próprio, cada diretoria possui forma hierarquizada e mandato de dois anos. Juntas elas formam a Carmocris, que integra todas as associações do Bairro Monte Cristo. Essas associações têm funcionado como uma ferramenta indispensável para a conquista de direitos essenciais à população local. Deve-se considerar que todas as Associações revelam suas dificuldades e que estas se apresentam das mais variadas formas, englobando desde a efetiva participação da população como um todo até a dificuldade de mobilização

permanente das lideranças. Entretanto, é inegável a legitimidade dessas Associações e o papel fundamental que desempenham em conjunto com a comunidade.

A leitura de Marliange Pereira (2005) mostra que a intervenção social na Região Chico Mendes, por parte da Prefeitura de Florianópolis, se deu a partir de 1994, motivada pelos agravos sociais da região. As ações voltaram-se para a questão da desnutrição, desemprego, analfabetismo, evasão escolar, mortalidade infantil, saneamento básico, marginalidade, entre outros. No entanto, a região já tinha um histórico de organização comunitária e uma ânsia pela reivindicação de melhorias relacionadas principalmente às questões de infra-estrutura, bem como à consolidação do direito à terra, uma vez que já vinha há tempos recebendo assessoria de instituições não governamentais e de pessoas ligadas a Universidades da Grande Florianópolis.

A visível localização da Região Chico Mendes, a péssima situação das habitações e o contínuo processo reivindicatório da comunidade pela melhoria de suas condições de vida foram fundamentais para que a região fosse a primeira do Estado a receber recursos advindos do Programa HBB. Segundo Pereira (2005), este programa possui características de ação integrada com a proposta de uma reestruturação urbana oferecendo serviços habitacionais, sociais, infra-estrutura e regularização fundiária.

Sua execução viabilizou-se através de parceria com a União, Caixa Econômica Federal e Prefeitura Municipal de Florianópolis. As discussões entre Prefeitura e moradores sobre o Projeto Bom Abrigo do Programa HBB tiveram início em final de 1999. Além de assembléias com os moradores sobre o Programa, a Prefeitura também realizou seu primeiro levantamento sócio-econômico<sup>7</sup> na região, quando foi fundamental a participação dos agentes de saúde da própria comunidade, fazendo assim um cadastro de todas as famílias para mais tarde realizar a inscrição das que deveriam ser beneficiadas pelo Programa de Habitação<sup>8</sup>.

O início do Projeto de habitação na Região Chico Mendes transformou o modo de vida da população local assim como a dinâmica das entidades de organização comunitária. Por um lado, as ações do Programa HBB acabaram por desmobilizar parte da população por causa das mudanças de endereços e conseqüentemente perdas das relações de sociabilidade. Havia territórios demarcados pelo tráfico e os moradores não tinham autonomia para se locomoverem livremente dentro da região; por outro lado essa

---

<sup>7</sup> Este levantamento de 1998 aconteceu em decorrência das obras do Habitar Brasil que já estavam acontecendo e serviu também como base para o planejamento da implantação do Programa Habitar Brasil BID. Este último teve início em 2000.

<sup>8</sup> Mais detalhes sobre o Programa Habitar Brasil BID estão expostos no Cap. 2.

reestruturação do espaço físico resultou em novos encaixes sociais, ou seja, em novas redes de sociabilidade, em formas de mobilização e organização comunitária, algumas coisas se perderam ou apenas se desfizeram e outras acabaram por se redefinirem e se renovarem dentro da Região. Os depoimentos de duas lideranças da Região Chico Mendes demonstram essas mudanças.

Pra algumas famílias [a reestruturação do espaço] foi positiva, principalmente por causa daquele negócio da violência que teve famílias que teve que ir embora e teve famílias que trocou de comunidade isso e aquilo por causa de seus filhos, eu, por exemplo, fui um. Eu morava aqui [Chico Mendes] e o meu filho morava ali no Novo Horizonte, onde eu moro hoje, e o meu filho não podia vir me visitar. Então a gente acabou vendendo a casa e compremo uma ali, então a gente hoje mora ali [...]. (Lírio - homem).

Porque o bairro, assim tem uma história de organização, de vizinhança, de união e de mutirão e de uns anos pra cá, como essas coisas se diluíram [...] porque o pessoal tinha essa questão de vizinhança, de tá perto e deu uma mexida muito grande, muito....muito grande e isso acaba desmobilizando. (Azaléia).

Com a implementação das obras do Projeto de Habitação, a partir de 2000, as reivindicações da comunidade deixaram de ser somente relacionadas à infra-estrutura, como saneamento básico, ruas, água, regularização fundiária, pois estes estavam por se resolverem, e passaram a exigir atenção do Poder Público para a situação social das pessoas da comunidade, para a questão da saúde, da educação, da falta de creches, principalmente questionando os pontos falhos no Projeto de Habitação, em especial os relacionados às mudanças pelas quais a comunidade passaria exigindo que os integrantes do projeto tivessem maior esclarecimento sobre suas novas casas e um acompanhamento mais humanizado. O projeto de habitação passou por diversas limitações e percalços, principalmente na área social, pois não conseguiu atuar junto à comunidade acompanhando as famílias que mudariam de casa e foi nessa lacuna que as associações, as ONGs, e as demais instituições locais tiveram que unir forças para amenizar os impactos sobre os moradores.

O que se percebe no andamento das obras do Projeto de Habitação é que, por um lado, gerou inúmeros conflitos pois concentrou-se na obra física e pouco no social, mas, por outro, promoveu um avanço da comunidade em sua capacidade de organização e participação para a solução dos problemas cotidianos.

Além das associações de moradores, vários outros grupos, instituições e ONGs atuam dentro da região Chico Mendes. Estes grupos realizam trabalhos referentes a

conscientização ambiental, como a Comissão do Meio Ambiente<sup>9</sup>; trabalhos de apoio sócio-educativo, como a Casa da Cidadania<sup>10</sup>, a Fundação Fé e Alegria<sup>11</sup> e a Casa Chico Mendes<sup>12</sup>; instituições de educação como as creches, a Escola Básica Estadual América Dutra Machado e o Centro de Educação e Evangelização Popular (CEDEP)<sup>13</sup>, grupos ligados a igrejas que através de religiosos e voluntários auxiliam o trabalho de outras instituições e projetos; grupos ligados ao Conselho Municipal de Saúde, aos agentes de saúde e aos postos de saúde da região; projetos autônomos de empresas privadas que atuam na comunidade desenvolvendo trabalhos de geração de renda; projetos para jovens de valorização da cultura negra; projetos para jovens de incentivo aos esportes e entidades de organização comunitária, dentre outros.

Essas iniciativas são fundamentais para o fortalecimento da organização e da auto-estima dos moradores do Monte Cristo, mostrando que lá não existe somente pobreza, violência e preconceito, mas também respeito pelas pessoas que moram no bairro e que estão exigindo uma forma digna de viver. Em 2003, lideranças da comunidade organizaram uma rede de articulação do bairro com a participação de diversas instituições, inclusive as que acabamos de destacar, com o objetivo de unir propósitos e diminuir as ações fragmentadas, evitando que os grupos e instituições trabalhem de forma isolada. Os membros da rede se encontram quinzenalmente na Escola Básica Estadual América Dutra Machado. Seus integrantes entendem que o trabalho é lento, pois é um novo modo de ver as coisas na comunidade, mas percebem que é uma atividade necessária para somar os esforços e manter o bairro mais atuante na conquista de direitos e de cidadania. Além das instituições e grupos que citamos também participam da rede instituições que ficam no entorno da Região Chico Mendes, mas pertencentes ao Bairro Monte Cristo, como o Lar Fabiano de Cristo, o Posto de Saúde Monte Cristo, Centro Comunitário do Conjunto Habitacional Panorama, Creche

---

<sup>9</sup> Como o Projeto Frentes Temporárias de Trabalho na Área de Meio Ambiente. Este grupo surgiu por iniciativa das Comunidades Novo Horizonte, Nossa Senhora da Glória e Chico Mendes com o objetivo de promover uma consciência ecológica. O projeto tem como parceiros a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) e a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Esta comissão é formada por um grupo de 10 moradores, com prioridade para os desempregados. Esses moradores são treinados e atuam na limpeza das comunidades por 3 meses, após esse prazo são feitas novas seleções.

<sup>10</sup> Atende a crianças de rua e atua em parceria com a Associação Florianopolitana de Voluntários (AFLOV).

<sup>11</sup> ONG que desenvolve atividades sócio-educativas com crianças e adolescentes. Coordena uma cozinha modelo que funciona na Escola Básica Estadual América Dutra Machado.

<sup>12</sup> ONG que realiza trabalhos de apoio sócio-educativos com crianças. Desenvolve cursos de informática para jovens e adolescentes e realiza, através do projeto “tecendo vidas”, um trabalho com oficinas práticas e sócio-educativas com as mulheres.

<sup>13</sup> Através do Projeto Oficinas do Saber atende crianças de 7 a 10 anos.

Municipal Joel Rogério de Freitas e a Ação Social Arquidiocesana (ASA), que acompanha a liberdade assistida.

No mesmo ano de 2003, a rede realizou um seminário para a população local. Este ano foi muito marcado pela violência e demarcação de territórios por parte dos traficantes. Muitos moradores comentaram casos de violência, assassinatos e de famílias que tiveram que deixar suas casas da noite para o dia devido às ameaças de morte. O seminário teve o objetivo de chamar a atenção da cidade, através da mídia, sobre o problema vivido dentro do bairro e mostrar o lado positivo da Região Chico Mendes, como também discutir o preconceito que os moradores da região sofrem. A repercussão nos meios de comunicação foi satisfatória e incentivou um novo seminário que aconteceu em 2004. Desta vez com o objetivo de ouvir os moradores, suas angústias, seus medos e seus anseios.

Já em 2005, por iniciativa da rede, foi realizada uma capacitação com os moradores, principalmente com as lideranças para fazerem uma leitura da realidade do bairro, discutindo questões como desemprego, saúde, moradia, lazer, considerando também o olhar do moradores. Foram feitas duas etapas de capacitação envolvendo as Associações de Moradores. Ainda em 2005, a rede promoveu o dia da juventude e tem intensificado a abordagem desse tema no ano de 2006, com capacitações para os educadores e grupos envolvidos com projetos de apoio sócio-educativos para jovens.

[...] tem essa questão das oportunidades né, eles estão aí nas portas das instituições e eles são vistos sempre como um problema né, sempre na ótica do problema. E no fundo, no fundo eles acabam sendo esse grande público assim né, porque é sempre nessa faixa de 15 a 24 anos [se referindo ao envolvimento com drogas e violência]. Isso na grande Florianópolis né, não só aqui. [...] Mas essa preocupação tem sido muito forte na rede assim, então uma coisa positiva essa semana foi dentro desse planejamento priorizar a juventude e um dos programas de ação dentro dessa prioridade é uma capacitação com os profissionais com relação à temática juventude. (Azaléia).

A rede de articulação tem buscado apoio de instituições e pessoas que possam contribuir com as oficinas de capacitação técnica. Existe há apenas 3 anos, entretanto está tentando fazer com que as ações na comunidade sejam mais abrangentes, menos fragmentadas e mais eficazes nos resultados.



## 1.2 Os habitantes da Região Chico Mendes

De acordo com o levantamento da Prefeitura Municipal de Florianópolis, realizado em 1998, o número de habitantes da Região Chico Mendes é de 4.526, sendo 40,83% acima de 15 anos. Destes, 47,40% são homens e 52,60% são mulheres, identificando a predominância destas últimas. As pessoas acima de 60 anos, caracterizadas como idosas, somam 4,68%. A região possui 1.114 crianças de 0 a 6 anos de idade, o que representa 24,62%. De 07 a 14 anos tem-se 34,55%, ou seja, quase 60% da população cadastrada para o projeto de habitação é composta por crianças e adolescentes com idades de 06 a 14 anos. A média dos membros por família é de 4,09%, sendo que 12,08% das famílias possuem de 07 a 11 membros. Do universo de mulheres cadastradas, 17% são chefes de família<sup>14</sup>.

Sobre a origem dos moradores da Região Chico Mendes, tem-se que 73,28% dos homens e 64,58% das mulheres residentes no local são procedentes de outro município do Estado de Santa Catarina e 21,87% de pessoas vieram de outros Estados brasileiros (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2000).

Nas últimas décadas, o município de Florianópolis tem recebido um grande número de pessoas, das quais a maioria é originária do interior do Estado, de onde saem em função das precárias condições de vida no campo. Para Maria Ignez Paulilo (1998), o fechamento da fronteira agrícola, na década de 70, pôs fim à mobilidade no campo, restando duas alternativas aos excluídos da terra: lutar por terra, daí o surgimento e fortalecimento do MST, ou engrossar os contingentes de favelados. Esses últimos trabalhadores, marcados pela histórica exclusão da propriedade da terra, trocam o campo pela cidade, mas aqui ou acolá o que permanece é que eles continuam sem ter o livre acesso ao chão em que pisam.

O Oeste Catarinense e o Planalto Serrano são regiões de origem de uma grande parte das pessoas que residem na Região Chico Mendes. Também há um percentual significativo de pessoas do próprio município de Florianópolis que, segundo a Prefeitura Municipal (2000), foram residir em favelas devido ao aumento da pobreza associado ao crescimento interno da população.

---

<sup>14</sup> Já o último levantamento realizado pela Prefeitura em 2000 apontou o aumento de 4.526 pessoas para 5.217. Utilizaremos aqui os dados do levantamento de 1998, pois não conseguimos cópia do levantamento de 2000.

Em relação às pessoas vindas das áreas rurais, destaca-se a crise vivida na agricultura entre as décadas de 1970 e 1980. A ausência de uma política agrícola para o campo e conseqüentemente de investimentos para os agricultores, justificado pelo diagnóstico do desaparecimento da pequena agricultura, levou famílias inteiras ou parte delas a migrarem para as cidades em busca de trabalho. Um levantamento de Lino Peres (2000) mostra que 38% da população residente na Região Chico Mendes é procedente de áreas rurais. Dessa forma, o autor aponta para o processo de distribuição de terras e de ocupação do Brasil e a ausência de política agrícola adequada como a raiz dos problemas urbanos, inclusive o da carência de habitação.

Quadro 4 - Cidade ou Estado de naturalidade das mulheres a partir de 15 anos cadastradas no Projeto de Habitação da Região Chico Mendes.

<b>Cidade</b>	<b>Número</b>	<b>%</b>
Lages	151	15,53
Florianópolis	162	16,62
Chapecó	50	5,14
Campo Belo do Sul	23	2,37
Campos Novos	27	2,78
Bom Retiro	23	2,37
Anita Garibaldi	20	2,06
Outras Cidades	242	24,90
Outros Estados	21	2,16
Rio Grande do Sul	37	3,80
Paraná	46	4,73
Não responderam	170	17,49
<b>Total geral</b>	<b>972</b>	<b>100</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Projeto Bom Abrigo, Programa HBB, 2000.

Assim, o motivo pelo qual as pessoas se sentem atraídas a migrarem para Florianópolis é a possibilidade de melhores condições de vida, caracterizada pela expectativa de tratamento de saúde, de educação para os filhos e de trabalho. A busca pelo trabalho é a razão da mobilidade mais recorrente entre as mulheres entrevistadas, que reclamam que as cidades do interior possuem poucas opções de trabalho para elas.

Muitas famílias migram para Florianópolis e aqui, normalmente, já possuem algum parente que as auxilia com casa, alimentação e busca de emprego nos primeiros tempos.

Em relação ao trabalho e renda das mulheres da Região Chico Mendes, percebe-se que além delas passarem por longos períodos sem emprego, mesmo quando inseridas no mercado formal, somente se ocupam de trabalhos referentes à limpeza e alimentação. É evidente que a escolha de suas profissões foi estimulada pela socialização da mulher mais próxima ao cuidado das pessoas, da educação dos filhos, dos afazeres domésticos, dentre outros. Mas, sobre esta escolha também pesam outros fatores como o nível educacional.

Por outro lado, também percebemos que as mulheres, mesmo desempregadas, possuem outras formas de sobrevivência e de ganhos inexistente nas cidades menores além de que, aqui, vivendo nas favelas, as famílias contam também com doações, com uma rede de solidariedade e um assistencialismo bem maior que nas cidades menores.

Há uma porcentagem bastante significativa de mulheres que se classificam como “do lar”, 38,79%, classificação que não aparece como categoria econômica. Entretanto, essas mulheres além de cuidarem da educação e alimentação dos filhos, driblando o pouco dinheiro que possuem com as tantas necessidades da família, dando todo suporte para que o marido possa trabalhar fora, acabam sempre por complementar a renda familiar com trabalhos manuais, artesanato, confecção de salgadinhos, venda de cosméticos e roupas íntimas que são negociados na vizinhança ou até mesmo comercializados através da troca por outros produtos no comércio local. Catar latinha ou papelão em horários alternativos também faz parte das opções de renda dessas mulheres. A insuficiência de creches e o despreparo profissional inviabilizam sua entrada no mercado de trabalho, tal fato é preocupante uma vez que essa parcela da população permanece desvinculada dos direitos garantidos pela legislação trabalhista.

Em segundo lugar, com 18,93%, estão as mulheres que dizem-se empregadas domésticas (camareiras e babás) e em terceiro, com 10,80%, as diaristas (faxineiras, lavadeiras e passadeiras). Entendem-se essas duas categorias como a dos serviços domésticos e juntas elas somam quase 30% de mulheres profissionais da área e representam a maior parte da mão-de-obra feminina empregada. O próximo quadro traduz a situação da mulher da Região Chico Mendes em relação ao tipo de ocupação.

Quadro 5 – Distribuição, das mulheres cadastradas no Projeto de Habitação da Região Chico Mendes, por tipo de ocupação.

Ocupação	Número	%
Do lar	377	38,79
Empregada doméstica (camareira e babá)	184	18,93
Diarista (faxineira, lavadeira e passadeira)	105	10,80
Serviços gerais (servente, ajudante de cozinha, auxiliar de copa e copeira)	104	10,70
Cozinheira	27	2,78
Outras ocupações	110	11,33
Não responderam	65	6,69
<b>Total geral</b>	<b>972</b>	<b>100</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Projeto Bom Abrigo. Programa HBB, 2000.

O desemprego é característico entre os moradores da Região Chico Mendes. Muitas famílias passam por grandes períodos vivendo somente de doações e programas governamentais. O próximo quadro mostra a situação da remuneração das mulheres, em salários mínimos (S.M.).

Quadro 6 – Distribuição, das mulheres cadastradas no Projeto de Habitação da Região Chico Mendes, por remuneração recebida.

Salários	Número	%
Sem renda	380	39,10
Menos de 01 S.M.	109	11,21
01 a 02 S.M.	190	19,55
02 a 03 S.M.	59	6,06
03 a 04 S.M.	14	1,45
04 a 05 S.M.	09	0,93
05 a 10 S.M.	10	1,03
Não responderam	201	20,67
<b>Total Geral</b>	<b>972</b>	<b>100</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Projeto Bom Abrigo. Programa HBB, 2000.

A deficiente condição de trabalho e renda das mulheres traduz sua situação educacional, sendo as limitações na educação um fator de peso quando o intuito é superar as dificuldades que surgem no campo do trabalho. O quadro 7 apresenta o nível de instrução da mulher.

Quadro 7 – Distribuição, das mulheres cadastradas no Projeto de Habitação da Região Chico Mendes, por nível educacional.

Nível de Instrução	Número	%
I Grau incompleto	335	34,47
I Grau completo	238	24,49
Analfabeta	145	14,92
Alfabetizada	112	11,52
II Grau	24	2,47
III Grau	03	0,31
Não responderam	115	11,83
<b>Total Geral</b>	<b>972</b>	<b>100</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Projeto Bom Abrigo. Programa HBB, 2000.

Com a leitura dos dados apresentados, deparamo-nos com um quadro preocupante da situação da mulher na Região Chico Mendes. Além de não terem boas condições de renda, educação e profissionalização, possuem dificuldades em relação aos cuidados com os filhos, ao uso de drogas, ao comprometimento da saúde física e mental, à gravidez indesejada, à violência, à dupla jornada de trabalho e ao preconceito por elas sofrido. São mulheres pobres, grande parte de origem cabocla, marcadas pelo estigma de morar na Região Chico Mendes e que se sentem culpadas por não conseguirem criar os filhos como gostariam. Há uma constante perda de auto-estima por parte delas.

O desrespeito e a dificuldade de criá os filho né, porque geralmente a maioria cria sozinha né, poucas têm pai, tem marido, são separadas né. Fica difícil, toda a discriminação que a nossa comunidade ela é excluída pela população, nós semos a única comunidade que temos uma nuvem preta que não deixa ninguém enxergá o nosso lado bom. Todos enxergam o lado ruim, mas eles não vêm na nossa comunidade pra vivê o dia a dia, pra vê se realmente é o que as pessoa, o jornal, os repórter falam, os policiais. Então assim, só isso já acaba com a vida da gente, que a gente quanto mais faz pelos filhos, os filho já descredita, né. (Orquídea).

## CAPÍTULO II

### PROGRAMAS HABITACIONAIS E BID: ASPECTOS DE RELEVÂNCIA

Este capítulo persegue os questionamentos de como o Estado tem agido historicamente frente à questão da habitação para pessoas de baixa renda. Apresenta-se uma síntese sobre as relações políticas entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A questão habitacional brasileira e a política habitacional do BID impressa no Projeto Bom Abrigo, implementado pela Prefeitura de Florianópolis na Região Chico Mendes, também serão tratadas neste capítulo. O Projeto Bom Abrigo integra o Programa Habitar Brasil BID e assume, como pré-requisito, a ideologia do Banco para o setor habitacional. Mesmo que o BID preze em seus discursos e programas que a participação dos atores envolvidos é essencial para o bom desenvolvimento dos projetos, poucos são os exemplos de projetos financiados por esta instituição que possibilitaram a construção de processos participativos, com poder de decisão dos envolvidos. A noção de participação trazida pelo BID também é exposta neste capítulo assim como as críticas ao viés conceitual presente nos Programas Habitacionais do Banco.

#### 2.1 BID e Brasil: uma política de influências

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), pela primeira vez na história, se adotou um sistema de regras públicas com o objetivo de disciplinar as relações financeiras entre as diversas economias nacionais. Tal fato foi colocado em prática por meio da atuação de instituições, hoje conhecidas pelos nomes de Banco Internacional para Reconstrução de Desenvolvimento (BIRD)<sup>15</sup>, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (CASTRO E FARIAS, 2005). O Banco Mundial e o FMI foram instituídos em 1944 em Bretton Woods, Estados Unidos, durante uma conferência internacional que aconteceu para estabelecer os pilares do sistema financeiro internacional no pós-guerra.

Mais tarde, em 1959, foi criado o BID. Este é a maior e mais antiga instituição multilateral de desenvolvimento regional e foi criado com o objetivo de contribuir para

---

<sup>15</sup> Que ficou conhecido como Banco Mundial.

o progresso econômico e social da América Latina e do Caribe (ALC), através da canalização de recursos para financiar o desenvolvimento dos mesmos (FREITAS, 2004). Sua visão sobre o processo de desenvolvimento social é bastante economicista (FARO E SAID, 2005). Reúne 26 países mutuários da ALC e 20 não mutuários, entre eles Estados Unidos, Japão, Canadá, 16 países europeus e Israel (CASTRO E FARIAS, 2005).

Rapidamente, o BID tornou-se um meio para a formulação de políticas de interesse de seus maiores acionistas. O acionista com maior poder individual de voto são os Estados Unidos (30%)<sup>16</sup>, seguido da Argentina (10,75%) e Brasil (10,75%), México (6,91%), Venezuela (5,76%), Japão (5%), Canadá (4%) e outros 39 países com menos de 3% do poder individual de voto. É evidente que a distribuição do poder de voto se torna a base de um jogo de interesses estratégicos sobre a condução das políticas do Banco (FARO E SAID, 2005). Assim, é possível afirmar que o BID possui um papel político influente e indiscutível na definição das metas políticas para a sociedade brasileira. Tomar seus empréstimos implica na aceitação das recomendações sugeridas pelo Banco.

Para a Rede Brasil<sup>17</sup>, são os interesses dos financistas que são preservados, ao passo que os interesses dos governos em realizar reformas são postos em segundo plano quando não são completamente marginalizados.

Segundo Freitas (2004), a relação do Brasil com as Instituições Financeiras Multilaterais – BIRD, FMI e BID – estreitou-se a partir da década de 60, período do governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek. O programa “50 anos em 5” fez com que os empréstimos tomassem um caráter de centralidade na política brasileira.

Nos anos 1980<sup>18</sup>, com a emergência da crise da dívida externa e com a complementação das políticas de ajuste neoliberal<sup>19</sup>, o BID, como também outras instituições financeiras, passaram a influenciar decisivamente na definição dos rumos da política macroeconômica interna. Esta influência, em diversos momentos, foi

---

<sup>16</sup> Os Estados Unidos tinham interesse especial em afastar a possibilidade de influência comunista, principalmente depois da Revolução Cubana (1959). Com a estratégia de injetar dinheiro nos países em desenvolvimento mantiveram uma considerável zona de influência.

<sup>17</sup> A Rede Brasil é uma ONG constituída em 1995, para, dentre outros objetivos, monitorar a atuação das instituições financeiras multilaterais no Brasil. Maiores informações sobre a Rede Brasil podem ser consultadas no site: [www.rbrasil.org.br](http://www.rbrasil.org.br).

<sup>18</sup> A década correspondente aos anos entre 1980 e 1989 foi chamada de década perdida, na América Latina, devido à estagnação econômica.

<sup>19</sup> Reformas estruturais necessárias para o desmonte do Welfare State garantindo o funcionamento do livre mercado. O neoliberalismo preza o livre funcionamento da economia de mercado, abertura dos mercados, e redução da participação do Estado na economia.

caracterizada por acentuada pressão, sobretudo em função das discordâncias entre o governo brasileiro e as Instituições Financeiras. Tais discordâncias motivaram o decréscimo do fluxo de recursos para o Brasil e diminuíram a participação do país nos financiamentos dessas entidades. Fato que só foi revertido na década de 90, no Governo FHC, com a adoção das principais orientações do modelo neoliberal (SOARES, 1998).

No final da década de 1980 e início da década de 1990, os bancos multilaterais viram-se abalados por uma crise de legitimidade, quando da constatação que seus programas não haviam contribuído para a amenização dos problemas sociais. A publicação de indicadores pelos bancos, no final da década de 1980 e início da de 1990, trouxeram a público os efeitos perversos dos programas de ajuste estrutural no acirramento da pobreza e desigualdade e o alto índice de fracasso das operações dos Bancos. Esta crise provocou uma mudança estrutural da política desses bancos e a incorporação de novas diretrizes em seus procedimentos. Os bancos também cederam às pressões do movimento ambientalista internacional que, alicerçado pelos prognósticos de rápida degradação do meio ambiente mundial e pelos impactos ambientais causados pelos grandes projetos financiados pelos bancos nos anos de 1970 e 1980, exigiu a incorporação de novas diretrizes de proteção ambiental em seus procedimentos (SOARES, 1998).

Do ponto de vista sociológico, a década de 1980 foi brutal em relação à questão social. Ocorreu um aprofundamento das desigualdades sociais e dos processos de exclusão social, principalmente nos países periféricos como o Brasil. Para Boaventura de Sousa Santos (2000), o primeiro olhar sobre a década de 1980 faz dela uma década para ser esquecida. “A dívida externa, a desvalorização internacional dos produtos que colocam no mercado mundial e o decréscimo da ajuda externa, levou alguns países à beira do colapso” (SANTOS, 2000, p. 17).

Entretanto, o autor assinala que a década de 1980 não pode ser esquecida, pois foi a década dos movimentos sociais e da democracia. Ressalta a importância desses fatos para um outro pilar da tradição intelectual da sociologia que é “a participação social e política dos cidadãos e dos grupos sociais, com o desenvolvimento comunitário e a ação coletiva, com os movimentos sociais” (SANTOS, 2000, p. 18). Para Boaventura, esses fatos reabilitaram a década de 1980 de forma surpreendente, fazendo dela uma década que ao mesmo tempo em que não pode ser esquecida ninguém a quer repetir.



Já na década de 1990, as Instituições Financeiras estavam apoiando muitos países que apostaram na euforia da globalização e nos princípios econômicos liberais defendidos e aceitos como inquestionáveis, chamados agora de neoliberalismo.

Neste mesmo curso, as pressões para o aprofundamento da reforma e formulação de novas diretrizes para os Bancos Multilaterais visaram garantir maior democratização, transparência e responsabilidade em sua atuação, como também incorporar o diálogo e a participação em suas operações de financiamento. Para Marcus Faro e Magnolia Said (2005), o BID sempre foi resistente a processos participativos. Entretanto, segundo Maria Soares (1998), a ausência de participação foi indicada como uma das principais causas do frágil desempenho do Banco Mundial e do BID. Dessa forma, este último iniciou um movimento de aproximação com as organizações da sociedade civil, estabelecendo parceria e formando opiniões, mas ainda sem efetividade em termos de incorporação dos pontos de vista das comunidades ao conteúdo das políticas do Banco (FARO E SAID, 2005).

Em sua nova postura, o BID, a exemplo do Banco Mundial, prescreve a promoção de reformas institucionais para fortalecer as organizações da sociedade civil e incentivar as comunidades a participarem do diálogo público sobre as políticas, em especial aqueles grupos excluídos historicamente, como as mulheres, as populações indígenas, os afro-latinos e os pobres em geral (FREITAS, 2004).

A contradição torna-se aparente, pois ao mesmo tempo em que o banco incentiva a população envolvida a participar dos projetos não abre espaço para tal evento. Assim, para Faro e Said (2005), é certo que o BID definiu uma política de participação.

Porém, na prática ela está afeita a um espaço meramente consultivo e problematizador, pois o poder efetivo de decisão sobre as políticas de assistência aos países se faz diretamente entre os governos e os bancos. A participação efetiva da sociedade é frustrada também porque os grupos sociais são chamados para interagir com o Banco, em geral, apenas na fase final das discussões, quando a política e sua estratégia já foram definidas e acordadas entre Banco e o governo. (FARO E SAID, 2005, p. 185).

De fato, faz sentido a afirmação de Soares (1998) a respeito de que tais diretrizes somente foram criadas como medida em resposta às acusações frente ao alto percentual de fracasso nas operações de empréstimos e às conseqüências perversas dos efeitos ambientais e políticos das ações desenvolvidas pelo BID, o que levou no questionamento da forma como os bancos percebem o real significado da participação social, da transparência e da sustentabilidade. Acrescenta-se a afirmação da autora, o

hiato existente entre as diretrizes políticas estabelecidas nos projetos e a sua operacionalização.

Ainda que o acesso à informação seja definido pelo BID como pré-condição para a participação, o banco não oferece facilidade alguma na obtenção de informações sobre projetos em negociação e/ou implementação. Grande parte dos documentos básicos não são traduzidos para o português, dificultando o acesso das populações diretamente atingidas (LEROY E SOARES, 1998).

Mesmo que as mudanças nas diretrizes dos bancos expressem avanços indiscutíveis com relação a temas como acesso a informações, participação, meio ambiente e outros, de interesse das organizações situadas no campo democrático, nem sempre os governos se mostram com posições favoráveis a essas mudanças. É o caso do governo brasileiro (FHC) que votou contra à aprovação dessas novas políticas; foi o único voto contra à aprovação ao acesso a informações do BID. A postura contrária do Governo também estendeu-se com relação à participação. Atuou de forma a esvaziar os espaços institucionais criados para viabilizá-la, dificultando a obtenção das informações necessárias ao acompanhamento dos projetos (SOARES, 1998).

Do material pesquisado, pode-se inferir que a postura do Governo Brasileiro mostrou-se paradoxal, pois ao mesmo tempo em que passou a adotar as políticas de ajuste estrutural recomendadas pelos bancos multilaterais, encerrando um longo período de resistência e conflitos, não aceitou as diretrizes dos bancos em relação à participação e acesso à informação (SOARES, 1998).

No entanto, esses desacordos não enfraquecem a relação entre o Brasil e o BID. A parceria entre ambos vem de longa data e, segundo Rosana Freitas (2004), o BID é responsável pelo financiamento de projetos que abrangem diversas áreas. Entre tais projetos predominam os “destinados às microempresas, ao desenvolvimento urbano e habitação, ao investimento social, à proteção ambiental, ao transporte e à reforma e modernização do Estado.” (FREITAS, 2004, p. 195-196).

Pode-se concluir que mesmo com as novas diretrizes dos bancos, o BID ainda não assimilou amplamente a necessidade de reformas em seu interior que impliquem na institucionalização efetiva de instrumentos de diálogo com a sociedade, de transparência e de acesso à informação. Tal impasse também se amplia para os governos pelas dificuldades de gerir democraticamente (FARO E SAID, 2005).

Apaziguar os ânimos, oferecendo participação por meio desses instrumentos, reafirmar retoricamente a política de participação, fazer promessas, demonstrar receptividade e preocupação quanto às demandas e denúncias apresentadas pela sociedade civil, têm sido os resultados da prática de diálogo inconseqüente promovido pelo BID. Ou seja, nada de concreto para superar definitivamente os indicadores de pobreza e as profundas desigualdades em que está envolta a região da ALC. (FARO E SAID, 2005, p. 186 - 187).

No mais pergunta-se então sobre qual tipo de participação fala o BID? O próximo item expõe sobre o conceito de participação utilizado por esta instituição e as críticas ao sentido do termo que no discurso do banco aparecem mais como um jargão do que como a necessidade de que processos participativos realmente aconteçam.

## 2.2 A participação na concepção do BID

O BID<sup>20</sup> define a participação como “um processo através do qual as *partes interessadas* influenciam e dividem o controle sobre as iniciativas de desenvolvimento e sobre as decisões e recursos que os afetam” (SOARES, 1998, p. 22-23). A participação não é restringida a modalidades específicas do projeto. Ao contrário, segundo a instituição, os métodos participativos podem ser usados em todos os tipos de projeto e em todas as fases do seu ciclo.

Como *partes interessadas* o banco entende que:

[...] abrange não apenas as populações diretamente atingidas, como o conjunto de atores sociais que direta ou indiretamente tenham relação com o projeto ou com as políticas propostas, incluindo governo e agências implementadoras, organizações da sociedade civil, acadêmicos, populações locais e os próprios bancos. (SOARES, 1998, p. 22-23).

Frente às diferenças entre os atores envolvidos, o BID reconhece a necessidade de se criar mecanismos que possibilitem a interação entre eles em bases equitativas. Assim, estabelece “como condição para a participação a divulgação de informações, a promoção sistemática de consultas às comunidades e a capacitação organizativa e financeira dessas últimas.” (SOARES, 1998, p. 24).

Conforme já comentado, Soares (1998) entende que a inserção da participação no conjunto das políticas do BID constitui-se no reflexo de um processo mais amplo, iniciado a partir dos anos 1990, que vem alterando a forma de pensar o desenvolvimento

---

<sup>20</sup> O Banco Mundial adota o mesmo conceito de participação.

e a cooperação. Esse processo teve início com a reforma das diretrizes das instituições financeiras decorrente dos fracassos de suas políticas. As principais características desse processo fundaram-se na democratização e na descentralização de poder dos governos da América Latina, somados ao forte surgimento dos movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil, que exigiam participar da definição das políticas que influenciavam a vida dos cidadãos.

Considera-se um grande passo por parte do BID admitir, pelo menos no discurso, que a população atingida por suas políticas tenha o direito de participar das decisões que entornam suas vidas.

Entretanto, ainda que encontrar no discurso dos bancos o compromisso de tornar a participação um elemento cotidiano do planejamento do desenvolvimento, a ênfase colocada nesse discurso sobre a participação não é suficiente para garantir sua prática. Segundo Soares (1998), pode-se dizer que a participação dentro dos programas do BID ainda é um elemento marginal. Sendo que os entraves colocados são de diversas ordens, abrangendo desde a ausência de normas e diretrizes claras, pouca flexibilidade nos procedimentos e desembolsos, limitações de diversas naturezas da população participante até claras restrições de ordem política, como omissão e manipulação de informações.

Jean-Pierre Leroy e Maria Soares (1998), além de criticarem a concepção de participação exposta pelo BID como não sendo clara sobre os conceitos utilizados, também afirmam que o banco não possui regras claras e concisas para que sua implementação aconteça da forma mais participativa possível, deixando a entender que em termos de participação “qualquer coisa serve”. Um planejamento temporal por parte do BID que suporte processos participativos também se mantém deficiente em seus programas. Não é de se surpreender que estes não apresentem os resultados esperados. Os autores ainda afirmam que são raras as experiências participativas realizadas nesses programas que tiveram êxito. Quando aconteceram, apresentaram um caráter bastante fragmentado.

Leroy e Soares (1998) vão mais além e dizem que, apesar de não haver um modelo único para a participação, como bem alertam os relatórios do BID, até hoje não foram definidas diretrizes básicas para a sua absorção nos procedimentos dos bancos. A participação não pode se limitar, como ainda ocorre, a meras consultas pontuais. Os bancos têm falhado ainda ao deixarem de adequar seus procedimentos à nova dinâmica da participação. Não é possível adotar o enfoque participativo e manter, por exemplo, os

mesmos prazos estreitos para a realização da etapa inicial dos projetos, na qual são fundamentais a identificação dos atores, a difusão de informações e o processo de consulta e negociação com a população envolvida. Por se desconsiderar esse procedimento, acabam-se gerando inúmeros problemas – um deles seria o entrave a processos participativos – e atrasos sucessivos nas fases posteriores dos projetos.

Segundo Silvio Caccia Bava (2003), na década de 1990, os bancos multilaterais, preocupados em melhorar sua imagem, deram início a um processo que desembocou na produção de uma agenda social mundial e nas propostas de participação e empoderamento<sup>21</sup> associados ao tema da governabilidade. Sobre as intenções do banco em relação à participação, Caccia Bava (2003, p. 26) sugere que:

Não se trata de ampliar a democracia e socializar o poder, como reivindicam os movimentos sociais [...]. Trata-se, isto sim, de canalizar as demandas sociais para momentos de consulta e formalização destas demandas para que elas sejam processadas por canais institucionais e métodos que garantam o controle da situação e a estabilidade política pelas instituições que organizam esses processos de participação.

Esta participação que os Bancos concedem à sociedade civil e às ONGs não ameaça sua soberania, pois não tem o poder de alterar as suas políticas. Além disso, se o direito de participar é doado, os riscos de manipulação e cooptação são bastante reais. Em seu discurso, o banco concebe a participação à sociedade civil como meio de promover o empoderamento desta. Mas,

A participação da sociedade civil, nesses termos [como direito doado], é vista como uma forma de esvaziar os movimentos sociais e protestos [...], assim como um meio de reconstruir a imagem das instituições multilaterais perante a opinião pública mundial. (CACCIA BAVA, 2003, p. 26).

O autor ainda afirma que o que se tem observado nas experiências é que a participação,

[...] tem ficado muito aquém das expectativas, quase só no discurso, tornando-se na verdade um exercício ideológico de incorporar as iniciativas populares aos discursos e programas, ressignificando-as e, desta forma, buscando promover a cooptação, a manipulação e o controle das forças sociais envolvidas. (CACCIA BAVA, 2003, p. 27).

---

<sup>21</sup> Segundo Rodrigo Horochovski (2006), o termo “empoderamento” implica na capacidade dos indivíduos terem controle sobre o que lhes afeta, isso requer ampliação da participação cidadã no processo político de tomada de decisão. Nos projetos dos Bancos, as práticas de empoderamento têm ficado aquém do que sugere o sentido do termo.

A partir dos autores estudados, a incorporação da participação nas diretrizes das Instituições Financeiras não aconteceu pela preocupação destas instituições com o exercício da cidadania dos pobres dos países subdesenvolvidos. O que estava em voga era que as pressões de organizações internacionais ganharam visibilidade e passaram a preocupar os bancos multilaterais que já tinham em mãos dados explícitos sobre o fracasso de suas políticas de ajuste. Dessa forma, os Bancos preferiram absorver as críticas e reelaborá-las, de maneira a atender, embora de maneira parcial, as demandas nelas contidas. Preferiram dar atenção às inquietudes antes que elas se convertessem em obstáculos para seu desempenho político.

Por outro lado, a participação da sociedade civil atua a favor dos bancos multilaterais, pois auxilia no controle dos recursos utilizados exigindo dos governos transparência e prestação de contas sobre o emprego dos recursos. Dessa forma, a sociedade civil pressiona os governos que resistem em incorporar a participação, pois esta constitui-se numa forma de controle social sobre a gestão pública inibindo favorecimentos ilícitos ou clientelismos (SOARES, 1998).

Os governos, por sua vez, usam o discurso da participação por conveniência, mas procuram por todos os meios esvaziá-la de qualquer sentido. Outro ponto falho em muitos governos é a concepção de planejamento que defendem, por ser ultrapassada e contraditória com a possibilidade de participação.

Modelado de maneira a garantir aos órgãos públicos o monopólio das ações, trata-se de processo eminentemente técnico-burocrático, herdeiro da concepção autoritária e centralizada que marcou o planejamento desde os anos da ditadura. Dessa forma, ou se resiste à participação em nome do bom planejamento ou se abre a possibilidade de participação como condição para o sucesso do projeto, mas dentro de uma concepção instrumental e utilitarista. (LEROY E SOARES, 1998, p. 216).

A concepção tecnocrática da participação é entendida por Leroy e Soares (1998) quando esta é programada de cima para baixo, ou seja, os gestores é que definem quando, como e onde a população pode participar. São raros os casos em que esse tipo de abertura traz resultados positivos à participação. Reza o BID que “tem que ter” participação, mesmo que não tenha sido programada esta etapa. Então, na maior parte dos casos alguns grupos irão ou ignorá-la ou orientá-la de modo clientelista.

Por outro lado, Leroy e Soares (1998) ressaltam que a aceitação da participação por parte dos governos e órgãos públicos pode ter outras motivações. Instaura-se um tipo de barganha em vários projetos em que o Estado faz algumas

concessões à participação aceitando algumas reivindicações, em compensação as pessoas que estão participando emprestam legitimidade aos governos envolvidos. Além disso, os governos ainda podem atuar no sentido de manipular a sociedade através da exagerada formalização da participação.

Criam-se organismos, uns, supostamente deliberativos e outros, técnicos, que codificam a participação, amarram-na em regras, cotas, critérios, afogam-na em números e dossiês, ridicularizam-nas em reuniões burocráticas. [...] São formas mais sutis e, no entanto, mais eficazes de esvaziamento do que o não funcionamento ou o descumprimento da função dos órgãos colegiados, pois envolvem as entidades na teia da tecnoburocracia. Dessa forma, o risco é que a participação estreitamente vinculada ao projeto se esgote com seu término. (LEROY E SOARES, 1998, p. 220).

Chama-se a atenção para a ausência de cultura democrática tanto dentro do Estado quanto entre a população. São poucos os setores públicos, tanto os funcionários quanto seus dirigentes políticos, que possuem uma cultura democrática difundida. O setor público, na maioria das vezes, não se encontra preparado para possibilitar processos participativos da sociedade. Por sua vez, a população tem poucas experiências de construção de espaços de decisão e participação.

As relações clientelistas, que se dão entre o governo ou políticos e setores pobres da população ainda se apresentam, segundo Giovana Veloso (2006), como um caminho alternativo para o acesso aos bens públicos, que por si só já são escassos e difíceis de obter. Todavia, não se pode deixar de considerar que o clientelismo constitui-se numa relação de poder vertical e hierarquizado obstruindo a formação do capital social e travancando novas formas de participação nos negócios públicos e na própria consolidação da cidadania, atuando como limitador da democracia. Esta idéia também é compartilhada por Francisco Farias (2000, p. 1) que define o clientelismo como “a apropriação *privada* da coisa *pública*”. Este autor percebe a barganha do voto como uma corrupção da democracia e “as razões apresentadas para o desvirtuamento da democracia pelo clientelismo normalmente são: a pobreza, a ignorância, a herança de um passado pré-moderno”.

Por fim, ressalta-se para as falhas de participação de uma população marcada pela expropriação, com dificuldades em argumentar e negociar suas vidas. Que acostumadas às promessas eleitoreiras e clientelistas já não acreditam em seus governantes, agindo com desconfiança em relação aos projetos do governo. E ainda questiona-se como exigir participação de uma população estigmatizada e desprovida de

auto-estima, que sofre pela ausência de condições dignas de viver, de morar e de alimentar-se.

O próximo item apresenta, de forma breve, a problemática da habitação no Brasil e em Florianópolis relacionada com o aumento das favelas e de pessoas em situação de pobreza. Descreve o surgimento dos órgãos responsáveis pela habitação popular, apontando também as deficiências deixadas pelos mesmos, principalmente em relação ao princípio de erradicação das favelas e ao caráter fragmentado que tem norteado as políticas habitacionais brasileiras. A forma como o BID percebe a questão habitacional, relacionando-a diretamente com a pobreza, e as lacunas desse pensamento também são expostos. Encerra-se este capítulo descrevendo rapidamente o Projeto Bom Abrigo – Região Chico Mendes, integrante do Programa Habitar Brasil BID.

### **2.3 A Política Habitacional Brasileira: um breve histórico**

Pode-se afirmar que o reflexo das desigualdades sociais e da concentração de renda em nosso país aparece mais nos espaços segregados das nossas cidades caracterizados pelas favelas. Apesar de o Brasil estar situado, pelo critério da renda per capita, entre o terço de países mais ricos do mundo, ele é também um dos mais desiguais. O relatório de 2005, da Organização das Nações Unidas (ONU), mostra que a desigualdade social no mundo aumentou nos últimos dez anos, sendo que o Brasil é citado como o país número um da América Latina em desigualdade social<sup>22</sup>.

Segundo o IBGE (2000), o crescimento das favelas no Brasil entre 1991 e 2000 foi superior a 22%. Em 2005, o déficit habitacional alcança o número de 7,2 milhões de moradias, o que significa 32 milhões de pessoas vivendo sem condições adequadas (IBGE, 2005).

Em Florianópolis, segundo dados do Perfil das Áreas de Interesse Social, por Rogério Miranda (2001), a população residente em favelas cresceu de 21 para 50 mil habitantes somente entre 1987 e 2000. A taxa de crescimento de 4,15% ao ano para a Grande Florianópolis é a maior do estado e as pessoas residentes nas favelas contabilizam 15% dos moradores da cidade. A Prefeitura Municipal de Florianópolis (2000), através de levantamento, afirma que o município possui 55 favelas, somando aproximadamente 11.886 famílias.

---

<sup>22</sup> Relatório da ONU, 2005 Disponível em: [www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br) Acesso em: 25/08/2005.



Dessa forma, apesar de Florianópolis ter sido anunciada pela ONU, em 2003, como uma das melhores cidades do país para se viver, também enfrenta vários problemas sociais, sendo um deles o déficit habitacional que segundo Miranda (2001) já ultrapassa 12 mil unidades.

Sabe-se que o problema da precariedade e insuficiência de moradias no Brasil é histórico e sempre esteve em pauta nos programas políticos partidários. Serviu de joguete eficiente para diversos governos, mas como política pública deixou a desejar. Marisa Carpintéro (1997) afirma que as medidas para a solução dos problemas de moradia não são contínuas e partem sempre da estaca zero desconsiderando as inúmeras experiências. Em continuação, a autora ressalta que as preocupações com as condições de vida da população pobre da cidade e com sua habitação são percebidas desde finais do século XIX, principalmente nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. “Um século depois, essas preocupações permanecem e os discursos dominantes, apesar do tempo, assemelham-se, apontando o mesmo caráter formador e moralizador da habitação higiênica” (CARPINTÉRO, 1997, p. 201).

Zaluar (1994) afirma que por muitas décadas os estudos sobre pobreza seguiam a equação pobreza-marginalidade-favela. A idéia central de estudos acadêmicos e políticas públicas destinados à população pobre entendia a marginalidade como um problema apenas físico-ecológico. Dessa forma, o foco desses estudos e políticas era a habitação, pois se pensava que o problema da incorporação dos pobres à sociedade moderna poderia ser resolvido pela simples remoção dessa população para moradias adequadas de baixo custo. Assim, todas as ações políticas sobre favela eram tomadas com o objetivo de erradicá-las. Essa erradicação teve início na década de 1940, mas somente firmou-se como política na década de 1960.

Além disso, Zaluar (1994) ressalta o caráter de estratégia política presente na construção de casas populares, na qual o mercado de habitações populares era incrementado sempre que o regime político necessitava de apoio popular. Essa estratégia consistia em política de remoção compulsória em períodos de ditadura e adoção de medidas de urbanização de favelas e critérios voluntários de inserção nos programas em períodos populistas. Outro ponto citado por Zaluar (1994) em relação às questões habitacionais no Brasil, diz respeito às pressões exercidas pelas empresas de construção civil, pois para estas os programas de habitação popular sempre consistiram em um negócio lucrativo.

As primeiras ações referentes à habitação no Brasil tiveram início em 1930, vinculadas aos Institutos e Caixas de Aposentadoria de Pensões (ICAP). Em 1942 o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI) foi autorizado a financiar conjuntos habitacionais (MARCHI, 2004). Em 1946, criou-se a primeira Política Nacional de Habitação através da Fundação Casa Popular, que tentou responder aos problemas habitacionais, porém não houve êxito devido à falta de recursos e às regras de financiamento estabelecidas (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Em 1964 a política habitacional é marcada pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), que estendeu os programas habitacionais também a outras classes sociais. Através do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), o BNH passou a captar recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE). Em vinte anos o SFH financiou 4.356.963 unidades habitacionais. Apesar do BNH atender aos interesses políticos, foi o maior órgão destinado à política habitacional e teve resultados consideráveis. Na mesma época foi criada em Santa Catarina a Companhia Habitacional (COHAB), para contribuir com o BNH (MARTINS, 2004; MARCHI, 2004). Do montante de 4.356.963 habitações, 27,7% pertenciam às Companhias Habitacionais (MIRANDA, 2001).

Dentre as críticas feitas a este modelo de política habitacional, destaca-se primeiramente a atuação do BNH em sua incapacidade de atender à população de mais baixa renda, principalmente porque priorizava o lucro do sistema. Segundo, o modelo institucional adotado, com forte grau de centralização e uniformização das soluções em território nacional, desarticulação entre os programas habitacionais e planejamento urbano, resultou na construção de grandes conjuntos habitacionais em locais distantes e sem infra-estrutura. Além disso, o modelo financeiro se revelou inadequado em uma economia com processo inflacionário. Tais problemas somados a incapacidade do BNH de superar a crise do SFH o levou a extinção (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004).

Em 1986 extingue-se o BNH e suas responsabilidades são transferidas para a Caixa Econômica Federal (CEF), sendo esta instituição, até hoje, a principal executora das políticas habitacionais do país (MARCHI, 2004; MARTINS, 2004).

Dessa forma, questiona-se a política habitacional do país frente à realidade dos problemas apresentados. Mesmo a Constituição de 1988, que trouxe no seu Artigo 182 a necessidade da existência de uma Política de Desenvolvimento Urbano que gerasse as funções sociais da cidade garantindo o bem estar da população, e o Artigo 183, que instituiu o usucapião urbano, possibilitando que as áreas irregulares, dentre elas as

favelas, passassem por processo de regularização fundiária, não deram conta de criar uma Política Habitacional articulada com a Política de Desenvolvimento Urbano que tivesse efetividade para resolver os problemas de habitação para pessoas de baixa renda, possibilitando cada vez mais o aumento do déficit habitacional (MARCHI, 2004).

Ainda que o artigo 6º da Constituição tenha sido alterado em 2000, com a Emenda Constitucional nº 20, onde a habitação passa a vigorar como direito social, tal fato não resultou em mudanças significativas na Política Habitacional a fim de viabilizar esse direito. Entretanto, abriu espaço para a criação de novos instrumentos, como o Estatuto da Cidade.

O Estatuto da Cidade representou um importante avanço para que os brasileiros assegurem o direito a cidades sustentáveis, direito à terra, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer (ESTATUTO DA CIDADE, 2001). Entretanto, segundo Maricato (1996; 2000 apud GONDIM, 2006, p. 26), as possibilidades de aplicação do estatuto da cidade “com vistas à democratização da gestão pública urbana e à maior equidade de acesso à habitação e aos serviços urbanos são, no mínimo, incertos”, visto que a criação de leis para a gestão das cidades brasileiras não garantem sua efetiva aplicação.

Entende-se agora que o problema da habitação não se restringe à dimensão do déficit habitacional. Mas está relacionado com a questão fundiária urbana, na qual a excessiva valorização dos terrenos e o crescimento desordenado produzem desequilíbrios na estrutura interna da cidade, cuja expressão mais evidente é a crescente segregação social a que as classes populares são submetidas (SILVA, 1989; PERES, 2000).

Na mesma linha, Romano (1998 apud MARCHI, 2004) afirma que em aspectos constitucionais, a habitação é responsabilidade comum da União, dos estados e dos municípios, sendo que o problema da moradia deve ser analisado a partir da discussão de soluções adequadas aos problemas, da crise financeira do sistema habitacional, da fragmentação e descontinuidade das políticas e da participação da sociedade na tomada de decisões.

A criação do Ministério das Cidades foi fundamental para o entendimento de que a política habitacional deve estar integrada e articulada com as políticas de desenvolvimento urbano. E de que a “habitação não se restringe à casa, incorpora o direito à infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade e transporte coletivo, equipamento e serviços urbanos, buscando garantir direito à cidade” (MINISTÉRIO

DAS CIDADES, 2004, p.12). Foi o trabalho do Ministério das Cidades, a partir de 2003, que, atento às pressões e reivindicações sociais, tornou possível a criação de uma nova Política Nacional de Habitação. Esta traz como meta principal a promoção das “condições de acesso à moradia digna, urbanizada e integrada à cidade, a todos os segmentos da população e, em especial, para a população de baixa renda” (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004, p.13).

Os princípios da nova Política Nacional de Habitação, segundo o Ministério das Cidades (2004), resumem-se em: moradia digna como direito e vetor da inclusão social que garanta os padrões mínimos de habitabilidade; função social da propriedade urbana; questão habitacional como política do Estado; gestão democrática; articulação das ações de habitação à política urbana e integradas às demais políticas sociais e ambientais.

Entretanto, a definição de uma política habitacional coerente não resolve, por si, o problema existente. Fernando Pereira e Kremer (2000) dizem que hoje a questão da habitação das populações de baixa renda é um dos maiores problemas sociais existentes no Brasil e se coloca num nível de complexidade jamais enfrentado. O que requer que profissionais de diversas áreas se unam para enfrentar o desafio de criar soluções para esta questão.

Os mesmos autores fazem críticas à política habitacional brasileira por deixar de lado a habitação de interesse social e priorizar a busca da rentabilidade do SFH, configurando dessa forma, a história do processo de segregação das populações. Mais do que qualquer outra época, a década de 1980 foi um período marcado pela fome e pela reivindicação por melhores condições habitacionais. De lá pra cá, o Estado tem respondido implementando programas habitacionais com oferta de habitações do tipo mínimas localizadas em sítios inadequados e muitas vezes não adaptadas às necessidades da população usuária.

Na mesma linha Peres (2000) questiona os programas oficiais de reurbanização que perseguem os fundos do BID com pretensões baseadas na sustentabilidade, pois estes reproduzem velhos métodos e programas de erradicação e adotam práticas autoritárias de planejamento<sup>23</sup>.

---

<sup>23</sup> O Prof. Lino Peres é arquiteto e professor adjunto do Depto. de Arquitetura e Urbanismo da UFSC e fez parte da Comissão de Defesa de Melhorias das comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte. Sua pesquisa foi de valiosa importância para os moradores da região, pois serviu de suporte técnico para as reivindicações da população e negociações com a Prefeitura de Florianópolis. Atuou em conjunto com a comunidade, onde foram construídas propostas de mudanças no projeto de habitação financiado pelo BID.

Em seus estudos sobre a crise do Padrão de Desenvolvimento Territorial (PDT), particularmente em Florianópolis, Peres (2000) verifica que desde as ocupações da década de 1970 até hoje, a maior parte das comunidades já existentes não foi expulsa e, através de sua luta de negociações com o poder público ou até de ajuda clientelista de algum político, conseguiu garantir sua permanência na região. Por outro lado, as áreas de estudo ainda preservam marcas da miséria existente no nosso país.

Em outro momento, Peres e Valle (1999) falam sobre as ações fragmentadas do Estado na área das políticas habitacionais. O mesmo tem agido sem considerar as relações de interdependência existente entre os enfoques econômico, territorial e social, tendo como resultado a ineficiência de suas intervenções. No caso de Florianópolis, os autores dizem que:

A fragmentação do Estado em suas ações, na verdade, é fruto direto da fragmentação deste mesmo Estado em vários núcleos/órgãos com a mesma função e desarticulados entre si, em suas linhas de pensar e interagir com a realidade social, como no caso da COHAB e da Prefeitura (PERES; VALLE, 1999, p. 5).

Assim para Peres (2000, p.169), a política habitacional deve ser parte de uma política mais ampla de desenvolvimento econômico, social, cultural e urbano. A criação de políticas públicas municipais deve ser fundamentada pela proximidade do problema e da realidade sócio-econômica-cultural dos envolvidos. Para que isso aconteça o caráter fragmentário deve dar espaço para a integração entre a questão habitacional e outras problemáticas, tais como, o papel da economia e o desemprego agrícola e urbano-industrial na conformação territorial do trabalho e nos processos migratórios, as políticas territoriais do modelo de desenvolvimento econômico ou de acumulação e seus impactos na política de financiamento urbano e habitacional.

Além disso, o direito a moradia deve ser implementado com participação popular incorporando a perspectiva de gênero como forma de afirmação da cidadania e também como estratégia de democratização e controle social da gestão pública.

Dá-se continuidade ao assunto no próximo item que comenta a forma como o BID percebe sua política habitacional e os resultados dessa visão.

## 2.4 A Política Habitacional do BIB

Até 1985, o Banco não acompanhava o processo de operacionalização dos programas habitacionais. Todavia, essa política provou ser insuficiente, na opinião do banco, para melhorar as condições de vida e moradia dos grupos mais pobres. Em 1995, o BID estabelece mudanças em sua política habitacional. O texto modificado diz que:

Vivienda: El Banco respaldará los esfuerzos que realicen los países prestatarios para mejorar las condiciones de vida de la población de bajos ingresos, estimulando a los gobiernos para que apliquen políticas que permitan la eficiente movilización de recursos privados y públicos para ayudar a los hogares a resolver sus problemas de vivienda. Consecuentemente, los objetivos de las actividades del Banco em materia de vivienda serán:

- a) Respalda políticas, programas y proyectos sostenibles encaminados a mejorar las condiciones de vivienda de los hogares de bajos ingresos.
- b) Mejorar la eficacia del sector público como facilitador de las iniciativas del sector privado y em la administración de los recursos públicos asignados al sector.
- c) Promover la eficiencia sectorial de asignación em los mercados de vivienda y otros mercados afines, tales como los de tierras, financiamiento y materiales de construcción y servicios. (BIB, 1999, p. i).

Dessa forma, os objetivos do BID, em relação ao setor de habitação, pretendem num primeiro plano melhorar as condições de moradia para populações de baixa renda, regularizando os bairros irregulares, contando com o apoio das organizações comunitárias e dos governantes, criando medidas de geração de emprego e dando atenção especial para as mulheres. Logo, aumentar a eficácia do setor público, assegurando que as metas para a habitação estejam bem definidas e as medidas sejam eficientes. E, por fim, promover a eficiência de todo setor, prestando atenção aos mercados imobiliários e às indústrias de construção (BIB, 1999).

No mesmo documento, o BIB ressalta que proverá financiamentos para a construção de novas habitações para populações pobres, assim como o melhoramento de bairros e habitações já existentes, considerando fundamental a transparência no desenvolvimento de seus programas pelos governos, o controle e a sustentabilidade de seus projetos habitacionais.

Diante da complexidade do problema habitacional nos países em desenvolvimento, o BIB afirma ser a pobreza a maior vilã, apontada como causa e efeito das péssimas condições de habitação.

Tal afirmação aponta a centralidade que o termo “pobreza” tem nas políticas neoliberais recomendadas pelas instituições que injetam capital financeiro nos países em desenvolvimento. Para Vivian Ugá (2004), o Banco Mundial percebe que o Estado neoliberal deve ter o papel de complementar os mercados nos setores da produção de bens e serviços que não interessam ao setor privado, prestando serviços sociais àqueles que não conseguem pagar por eles. A partir dessa concepção, entende-se que o mercado de trabalho divide-se em dois: de um lado estão os indivíduos que conseguem atuar no mercado e, de outro, estariam àqueles incapazes de integrar-se aos mercados. Estes últimos, os pobres, devem ser cuidados pelo Estado, por meio de suas políticas residuais e compensatórias. Sendo para os pobres que o Estado deve oferecer os serviços públicos de saúde e educação, habitação, uma vez que estes não podem pagar por eles. Baseada em publicações do banco, Freitas (2004) conclui que a oferta destes serviços à população justifica-se pela necessidade de garantir aos mais pobres os requisitos humanos essenciais para o aumento da produtividade.

Dessa forma, o Estado, ofereceria políticas compensatórias e focalizadas de aumento do capital humano dos indivíduos pobres<sup>24</sup> com o objetivo de torná-los capazes, sendo estas políticas entendidas como as mais eficientes ao combate à pobreza.

A presença do Estado só seria necessária, portanto, em um primeiro momento, no sentido de aumentar as capacidades dos pobres, para, em um segundo momento, quando esses indivíduos já estivessem capacitados, o Estado já se tornaria desnecessário, passando a deixar que eles, individualmente, procurassem seu desenvolvimento pessoal no mercado. (UGÁ, 2004, p.6).

Segundo Freitas (2004), o BID afirma ter como prioridade contribuir para a criação de sociedades incluídas e considerar a pobreza não somente como ausência de condições materiais, mas como resultado direto da exclusão social. Uma forma, segundo esta instituição, de promover as mudanças necessárias para conseguir apoio aos programas de redução da pobreza é dar maior dimensão à voz dos pobres, cimentar seu capital social e fortalecer sua capacidade de organização. O BID ainda propõe a eliminação de qualquer prática discriminatória promovendo oportunidades aos grupos excluídos. Porém, para Freitas, o discurso dos bancos sobre o “combate à pobreza” de maneira urgente esvazia os espaços significativos para a discussão sobre os conteúdos do conceito.

---

<sup>24</sup> A pobreza é vista pelo Banco Mundial como a “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p.27 *apud* UGÁ, 2004, p.4).

O caráter de urgência incorporado da mesma forma pelos governos pressupõe que também há a necessidade da obtenção de resultados rápidos, mesmo que superficiais, para uso em campanhas políticas e, diga-se de passagem, para esse objetivo as políticas compensatórias se enquadram perfeitamente.

## **2.5 Programa Habitar Brasil BID - Projeto Bom Abrigo**

O Programa Habitar Brasil BID (HBB), implantado no país desde 1998, é resultado de acordos políticos e parcerias entre o Governo do Brasil e o BID.

O Ministério das Cidades atua como órgão gestor, sendo a Caixa Econômica Federal (CEF) o agente financeiro, técnico e operacional, responsável pela implementação do programa. A Prefeitura é o agente executor.

Em 2000, a Prefeitura de Florianópolis assinou com a União o contrato de repasse para a implantação do Programa HBB. A operacionalização do Programa HBB pela Prefeitura de Florianópolis deu-se através do Projeto Bom Abrigo: Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário destinado à Região Chico Mendes.

O investimento inicial foi de R\$ 9 milhões, sendo que R\$ 6,3 milhões foram repassados pelo BID ao governo federal como fundo perdido e R\$ 2,7 milhões são recursos do município. Entretanto, devido aos atrasos o montante do investimento chega, em 2007, em torno de R\$ 14 milhões. O projeto, ainda em desenvolvimento, beneficiará de 4 mil a 5 mil pessoas das comunidades de Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória, destacando-se a construção de moradias para as atuais famílias residentes na região.

A intervenção da Prefeitura, no plano habitacional, no Bairro Monte Cristo, é anterior ao Programa Habitar Brasil BID. Essa intervenção acontecia com os recursos do Programa Habitar Brasil, iniciado em 1997, com construção de 142 habitações, um alojamento provisório, uma unidade multifamiliar com os espaços comunitários e algumas obras de infra-estrutura (PEREIRA, 2005).

Este programa tinha o objetivo de construir unidades habitacionais principalmente para os moradores da comunidade Novo Horizonte. Esta comunidade se localiza bem próxima à via-expressa, que é a principal via de acesso a Florianópolis, e nas intermediações de dois grandes empreendimentos comerciais, o Big e a Havan. Tal localização dá maior visibilidade à comunidade.



Dessa forma, a localização somada à ocorrência de um incêndio no local, anos antes, são fatores que devem ter influenciado na escolha da comunidade como a primeira a ser beneficiada com os recursos para habitação.

Quando do início das obras do Programa Habitar Brasil na Novo Horizonte, parte dos moradores, que haviam perdido suas casas devido ao incêndio, já não se encontravam mais na região. Na ocasião, a Prefeitura abrigou essas pessoas construindo um alojamento provisório, onde os desabrigados permaneceram de três a quatro anos, carecendo de condições de infra-estrutura, serviços básicos e higiene, sendo que, depois desse tempo, algumas famílias foram transferidas para um Conjunto Habitacional em um bairro próximo, no Abraão, e outras receberam casas na própria comunidade.

Peres (2000) questiona as ações da Prefeitura em relação ao deslocamento de muitas famílias moradoras na comunidade Novo Horizonte. Julga-as contraditórias, pois promovem a reurbanização da Chico Mendes, Novo Horizonte e Nossa Senhora da Glória e, ao mesmo tempo, aplicam uma estratégia de erradicação para deslocar pessoas a fim de viabilizar o acesso aos empreendimentos do Big e da Havan, deixando as marginais da via-expressa com uma aparência mais suave aos olhos de quem passa.

Em outubro de 1999, a Prefeitura Municipal, em reunião com os representantes da comunidade em suas dependências, anunciou a liberalização dos recursos do BID que garantiria a continuidade do projeto de habitação nas comunidades de Novo Horizonte, Chico Mendes e Nossa Senhora da Glória.

Como objetivo, o Programa HBB destina-se à promover a qualidade de vida das famílias de baixa renda, predominantemente na faixa de até 03 salários mínimos, desenvolvendo melhorias habitacionais e de saneamento de forma integrada, em assentamentos precários em regiões metropolitanas, capitais de Estado e aglomerações urbanas, através de dois subprogramas. Para tanto destina recursos para execução de obras e serviços de infra-estrutura urbana e de ações de intervenção social e ambiental através de um Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI), e de um Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS), (BID, 1999).

O programa HBB possui três linhas de ação: Mobilização e Organização Comunitárias; Educação Sanitária e Ambiental; e de Geração de Trabalho e Renda. A interdisciplinaridade e a integração são fundamentais entre essas linhas. As equipes técnicas responsáveis por cada eixo também precisam atender ao cronograma da execução de obras físicas e às necessidades da população, sendo que cada equipe possui seu cronograma de ações.

O objetivo da linha sobre Mobilização e Organização Comunitária é de “desenvolver ações voltadas à mobilização e organização comunitária, através do estímulo à participação efetiva em todas as etapas do Projeto e definição das responsabilidades dos agentes envolvidos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2000, p.90).

A linha da Educação Sanitária e Ambiental propõe-se, através de um processo educativo, possibilitar a mudança de valores e hábitos individuais e coletivos, constituindo uma inter-relação entre o novo ambiente construído, o ambiente natural e as condições de vida e de saúde.

Já a linha sobre Geração de Trabalho e Renda objetiva favorecer a melhoria econômica-financeira dos moradores, “visando a capacidade de pagamento dos encargos advindos da implantação do Projeto e conseqüente fixação na área” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2000, p.97). Para a viabilização dos objetivos dessa linha foram construídos quatro galpões de geração de renda dentro do bairro. Até o momento, dois galpões estão sendo utilizados, um pelos recicladores de lixo e outros pelo CEDEP que desenvolve o projeto Oficina do Saber, destinado à iniciação dos jovens ao trabalho.

As ações das linhas mestras do HBB, Projeto Bom Abrigo, se estruturam temporalmente para cumprir com as metas a serem desenvolvidas antes, durante e depois da conclusão das obras físicas. Mas, tanto as equipes responsáveis pelas ações das linhas mestras do projeto quanto a equipe de engenheiros, responsáveis pelo desenvolvimento das obras físicas, e a construtora não têm conseguido desenvolver suas tarefas no tempo pré-determinado. Motivo pelo qual o projeto que deveria terminar em 2003 tem seu término previsto apenas para 2007, se tudo correr conforme o planejado.

A razão dos atrasos é de natureza diversa. Vem desde a inexperiência das equipes na implementação de programas habitacionais, conflito no trabalho com as comunidades e entre as próprias equipes, como da burocracia estatal, mudança do governo municipal, problemas com licitações, contratos, dentre outras.

A leitura do Projeto de Habitação mostra que o objetivo geral é de criar um ambiente urbano em que as pessoas se reconheçam como cidadãs. No entanto, ele mantém implícito os objetivos ideológicos, como o de controle do espaço e o controle da mobilidade social que agem como limitadores de qualquer participação dos moradores no exercício da cidadania.

O Projeto Bom Abrigo apresenta uma proposta complexa inserida numa

concepção ampla de habitação e trouxe para a região obras de infra-estrutura e habitação, regularização fundiária e desenvolvimento comunitário.

A regularização fundiária objetiva tornar o ocupante da terra seu legítimo proprietário. Todos os terrenos e casas estão passando por um processo de escrituração sendo registradas em nome das famílias cadastradas que estão ocupando a área do projeto. O título da casa fica em nome do casal a menos que a união seja recente e a mulher tenha colocado apenas seu nome no cadastro. Neste caso, o companheiro tem direito de solicitar que seu nome seja colocado juntamente com o da companheira no título da casa se comprovar a estabilidade da união. Mulheres solteiras com filhos tiveram o direito de reivindicar uma casa em seu nome. Nos demais casos, a casa fica em nome somente da mulher se esta for solteira, viúva ou separada.

As obras de infra-estrutura compreendem a abertura, drenagem e pavimentação de ruas, ampliação e melhora dos sistemas de abastecimento de água e esgoto sanitário, melhoria do sistema de fornecimento de energia elétrica e iluminação pública, melhorias na coleta de lixo e construção de creches, posto de saúde, centros comunitários e centros para geração de renda, formação e capacitação de mão-de-obra.

As famílias que estivessem morando em situações de risco, apresentassem precariedade extrema ou que tivessem suas casas atingidas pelas obras de infra-estrutura tiveram prioridade na obtenção das novas casas.

A continuidade do projeto dá-se através do Fundo Municipal de Integração Social (FMIS), destinado ao assentamento de famílias de baixa renda e sua integração à sociedade (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2000). Este fundo foi instituído pela Lei 3.210/89, sendo que a Resolução 01/99 resolve que 25% do montante arrecadado com as prestações das casas serão reinvestidos nas áreas comunitárias do empreendimento, conforme prioridades estabelecidas pelo Conselho de Administração do FMIS.

As ações sociais implantadas pelo projeto, segundo a PMF (2000), serão garantidas através da formalização dos grupos criados e assessorados durante a duração do projeto. Esses grupos referem-se a Comissão do Meio Ambiente, Cooperativas e Associações formadas no decorrer do processo. As entidades representativas atuam como canais legítimos para estabelecer parcerias garantindo a continuidade das ações sociais.

A leitura dos documentos do BID sobre o Programa Habitar Brasil e do Relatório da Prefeitura sobre o Projeto Bom Abrigo deixam bem claras as diretrizes

sobre as quais foram construídos os objetivos do Projeto. No discurso muito se prioriza a democracia participativa em detrimento da representativa, a participação comunitária e a importância de considerar a situação histórica, cultural e econômica da população envolvida. Todavia, as ações do Projeto Bom Abrigo, delineados nos eixos de Mobilização e Organização Comunitária, Educação Sanitária e Ambiental e de Geração de Trabalho e Renda, e, mais ainda, a fala dos moradores, particularmente a dos entrevistados nessa pesquisa, traduzem contradições e uma desarticulação entre o dito, o planejado e o realizado.

Entretanto, cabe reconhecer o esforço dos técnicos da Prefeitura Municipal de Florianópolis, responsáveis pelo projeto, que no âmbito da habitação mesmo que ainda tenham em suas políticas ações voltadas ao controle da população em situação de pobreza, erradicação e/ou reurbanização e inexperiência na gestão de projetos públicos, percebem a necessidade de iniciar um processo de abertura ao diálogo com os moradores, pois é este processo que garante uma melhor adequação das soluções aos problemas da população envolvida.

## CAPÍTULO III

### GÊNERO, TRABALHO E MORADIA

Este capítulo pretende considerar alguns aspectos que envolvem as relações de gênero entre mulheres em situação de pobreza. Dentre eles aponta-se para o avanço contido na incorporação de questões de gênero nas políticas públicas; para a necessidade de se pensar a cidade e o acesso aos serviços públicos também a partir das exigências femininas; e para a tripla jornada de trabalho da mulher dividida entre o sustento da família, os afazeres domésticos, os trabalhos relacionados aos cuidados dos menores e enfermos e os trabalhos de participação cidadã desenvolvidos no cotidiano da favela. A construção dos argumentos sobre a função social da casa também será apresentada neste texto, reivindicando que os planejadores de projetos habitacionais passem a considerar a perspectiva de gênero como fator fundamental para obtenção de resultados positivos.

#### 3.1 Gênero

A discussão sobre o conceito de gênero torna-se uma tarefa bastante complexa, principalmente porque ele tem sido utilizado como categoria de análise por diversas correntes teóricas<sup>25</sup>. No entanto, a centralidade que essa categoria toma nessa pesquisa e a riqueza de sua contribuição, por permitir um olhar diferente sobre as mulheres da Chico Mendes percebendo coisas antes não visualizadas, exige de nós uma atenção redobrada e um esforço para expor uma conceituação de gênero coerente com nossos objetivos e que dê sustentação às questões colocadas neste trabalho.

O significado do conceito de gênero acentua o caráter social das distinções baseadas no sexo e serve às explicações sobre as desigualdades entre feminino e masculino. Seu uso torna-se útil, pois rejeita o determinismo biológico do sexo e passa a considerar o sujeito masculino ou feminino também como uma construção social (SCOTT, 1995).

A categoria “gênero” é relacional, ou seja, ao falar de masculinidade fala-se também de feminilidade. Mulher e homem são definidos por termos recíprocos e a

---

<sup>25</sup> Dentre elas citam-se a marxista, a laciana e a pós-estruturalista.

compreensão de qualquer um dos sexos faz-se em conjunto com o outro. É impossível compreendê-los em separado.

Para Joan Scott (1995, p. 86),

[1] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [2] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional.

Figueiredo Santos (2005), além de afirmar que a noção de gênero realça a idéia de que as diferenças atribuídas aos sexos são de origem social e estrutural, também afirma que a categoria masculina detém mais poder social que a categoria feminina. A divisão social de gênero não implica somente em diferenças, mas em desigualdades incorporadas nas estruturas da sociedade. “Gênero é uma construção social usada para definir, explicar e justificar desigualdades. As desigualdades de gênero, embora contestáveis e mutáveis ao longo do tempo, são ordenadas e consistentes.” (SANTOS, 2005, p. 4-5).

Pode-se afirmar que a desigualdade vivida entre as mulheres por nós pesquisadas é dupla, pois além de comportar as desigualdades de gênero, fundadas no modelo patriarcal, também vivem a desigualdade de classe, marcada pela pobreza.

Mas, o gênero é uma construção social e assim sendo, pode ser desconstruída (SCOTT, 1995). Questionar os conceitos e compreender a importância dos grupos de gênero no passado histórico, seus papéis e simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, encontrando o sentido e entendendo o funcionamento são, para Scott (1995), fundamentais para manter ou mudar a ordem social. A primeira desconstrução, para Scott (1995) seria em torno da oposição binária dos gêneros masculino e feminino, pois o modo de pensar fundado no binarismo coloca antíteses entre os termos e os hierarquiza. Em complementação, Guacira Louro (1995) diz que esta lógica da oposição binária torna possível naturalizar e fixar um lugar para cada gênero dificultando qualquer mudança.

Uma vez naturalizado, o tempo exigido para rupturas pode ser longo. Segundo Bourdieu (1995), a visão dominante da divisão sexual está incorporada na linguagem, nos comportamentos, posturas, práticas, organização do espaço referente ao masculino e ao feminino, cultura, enfim, se encontra no *habitus* de cada indivíduo, desenvolvendo-se “como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de

percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 1995, p.137). E se essas divisões fazem parte da vida das pessoas como se fossem naturais, a ponto de serem vistas como inevitáveis é porque estão presentes em estado objetivado no mundo social e incorporadas nos *habitus*. Excluindo, assim, qualquer forma de questionamento sobre os ditos “fatos naturais” mesmo que essas divisões sejam arbitrárias.

O *habitus* tende a conformar e orientar a ação e, quando incorporado, tende a assegurar a reprodução das relações objetivas que o engendraram. São as instituições sociais que funcionam como constituidoras do ser social dos indivíduos, principalmente a família, a escola, a igreja e o Estado que contribuem para a manutenção e a reprodução deste padrão na ordem social (BOURDIEU, 1999).

Tânia Fonseca (1999), em leitura a Scott<sup>26</sup>, enfatiza sua contribuição ao vincular o estatuto do saber ao poder e à construção das diferenças. No momento em que Scott (1994) questiona como se dá a construção e legitimação das hierarquias de gênero, desloca a lógica da explicação mais para os processos do que para as origens. Dessa forma, gênero para Scott faz parte de toda a organização social, está em todos os lugares, pois os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de lutas pelo poder. Assim a diferença sexual não pode ser vista como causa da organização sexual, mas como efeito produzido de maneira complexa e inseparável da organização que a contextualiza.

Na leitura de Izaura Fischer e Fernanda Marques (2001), Scott (1995) percebe as relações de gênero como relações de poder, marcadas por hierarquias, obediências e desigualdades. Estão presentes os conflitos, tensões, negociações, alianças, seja através da manutenção dos poderes masculinos, seja na luta das mulheres para ampliação e busca do poder. A partir disso, a questão que se coloca é a respeito das diferenças e sua relação com as desigualdades. A relação de gênero formada por homens e mulheres é norteada pelas diferenças biológicas, geralmente transformadas em desigualdades e é o gênero feminino que é desigual em relação ao masculino, dessa forma é vulnerável, sendo suas funções e papéis sociais desvalorizados.

Para Giddens (2005), mesmo que haja diferenças e variações dos papéis de homens e mulheres nas diferentes culturas, nenhuma delas é conhecida em que são as mulheres as mais influentes. Além disso, a divisão do trabalho que coloca as mulheres

---

<sup>26</sup> Fonseca tem como base três textos: Prefácio a *Gender and Politics of History*, 1994; *Desconstruir igualdad-versus-diferencia: usos de la teoria posestructuralista para el femenino*, 1994; *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, 1995.

como as responsáveis pelos filhos e pelo trabalho doméstico e os homens pelo trabalho produtivo dá a estes maior poder, prestígio e riqueza.

Sobre o poder, Scott (1995, p. 88) diz que:

[..] o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas.

Scott (1995) parte do pressuposto de que o gênero masculino e o gênero feminino percebem o mundo de formas diferentes e atuam nele diversamente o que pressupõe desigualdades quanto à distribuição de poder. Assim, o gênero está implicado na concepção e na construção do próprio poder. Na interpretação de Louro (1995), tal análise abre espaço para se pensar a dinâmica social, pois sugere que o gênero pode provocar novas questões e novas respostas podem ser dadas a velhas questões, colocando como ativos e visíveis sujeitos historicamente escondidos nas análises mais tradicionais.

Nos estudos feministas as relações de poder têm sido muito discutidas, principalmente a partir dos conceitos de Hannah Arendt (1981; 1999) e Michel Foucault (1986; 1996; 1999). Ambos conceituam o poder não apenas a partir da perspectiva positivo – negativo, mas como um fenômeno que se constitui a partir de distintas perspectivas. Dessa forma, passou-se a perceber uma idéia positiva do poder no sentido de fazer acontecer e de que o poder não tem uma concepção apenas negativa ou repressiva como algo que impede a emancipação. O poder constitui e cria; o poder não é um atributo, ele se exerce. Direcionados por esse novo conceito, é que as teorias feministas passaram a falar em “empoderamento”. Se o poder era somente visto como algo negativo concentrado nas mãos de poucos e que teria de ser combatido e negado, ele agora passa a ser percebido como algo que não é absoluto, único e permanente, mas como algo que é transitório e constituído de micro poderes.

Para Foucault (1986; 1996; 1999), o poder não está limitado ao âmbito do Estado, nem em qualquer outra instituição, pois de maneira alguma o poder se situa num locus, mas sim está difuso no conjunto da sociedade. Percebe o poder como algo disperso, contudo isso não significa afirmar que o poder está em toda parte, não significa que este englobe tudo, mas sim que ele vem de toda parte.



Para Foucault (1986; 1996; 1999), o poder não é uma capacidade e não tem uma localização específica. É algo que circula e está presente em todas as relações sociais e esferas da sociedade. O poder funciona em rede e é impossível estar imune a ele. Sendo que o mesmo também está presente em situações de resistência, inclusive nas observadas entre as mulheres entrevistadas.

Entende-se, então, que o conceito de gênero tem sido muito eficaz para explicar grande parte dos comportamentos de mulheres e homens em nossa sociedade, auxiliando a compreender as discriminações que as mulheres enfrentam tanto na vida pública quanto no exercício de sua sexualidade, na reprodução e na família. Além disso, o conceito de gênero mostra consistência argumentativa para articular as categorias de classe, raça e etnia. Também se ressalta o esforço do movimento feminista ao tentar dar visibilidade às restrições impostas às mulheres nos diversos segmentos da sociedade.

Entretanto questiona-se até que ponto a luta do movimento feminista e as discussões de gênero influenciam no pensar e no agir de homens e mulheres em espaços marcados pela pobreza e pela violência? Devido ao seu grande alcance e influência, a mídia poderia ser uma grande aliada na flexibilização dos *habitus*, na incorporação de outros papéis, porém ainda são somente as mulheres as protagonistas nas propagandas de sabão em pó e outros produtos de limpeza. Fatos assim acabam por reafirmar que os espaços e as tarefas femininas estão incorporados à casa, ao trabalho doméstico e aos filhos.

### **3.2 A importância do trabalho feminino**

As mulheres, principalmente as mulheres de famílias pobres, nunca foram alheias ao trabalho e em todas as épocas e lugares têm contribuído para a subsistência de sua prole e para criar a riqueza social (SAFFIOTI, 1976). Tradicionalmente é função masculina prover a casa, mas como o salário não é suficiente, as mulheres são impulsionadas para o mercado de trabalho atuando em conjunto com os maridos no sustento familiar, ainda que sob o caráter de trabalho “provisório” ou de “ajuda”. Além disso, entre famílias carentes, é comum o marido abandonar o lar deixando toda a responsabilidade de criar os filhos para a mulher o que lhe pesa por ter que desempenhar o papel de mãe simultaneamente ao papel de provedora. Além do abandono voluntário, as mortes por envolvimento com drogas, as ameaças, as prisões e

as doenças acontecem com mais frequência em favelas e contribuem significativamente para o aumento das estatísticas de ausência masculina do lar.

A responsabilidade e o trabalho das mulheres aumentam na mesma proporção em que aumenta o número de filhos, sendo que, segundo Hildete Pereira (2004), a taxa de fecundidade no Brasil é mais alta nas famílias pobres. Dessa forma, há uma maior concentração de crianças nessas famílias, enquanto que os idosos são mais numerosos nas famílias não pobres. Este dado pôde ser comprovado em campo, pois entre os membros das famílias inscritas no projeto de habitação, 60% são crianças de 0 a 14 anos, enquanto que o número de idosos, acima de 60 anos, nem chega a 5%. A autora conclui que se nasce mais na pobreza, mas se vive menos nela.

Ainda sobre os filhos, tem-se que é responsabilidade das mulheres decidirem sobre quantos irão ter ou sobre métodos de contracepção. Tal fato pode ser percebido num estudo realizado por Luzinete Minella (2005), com um grupo de mulheres esterilizadas de um bairro de baixa renda (Costeira do Pirajubaé) e um grupo proveniente de setores médios (professoras, funcionárias públicas e estudantes da UFSC), ambos de Florianópolis. A proposta original da pesquisa era de entrevistar também os parceiros das mulheres investigadas. Entretanto, as mulheres dos dois grupos alegaram que seus companheiros não precisavam ser entrevistados, o que levou a autora a crer que, as decisões sobre contracepção são, majoritariamente, responsabilidades femininas e estas ainda evitam incomodar o parceiro com discussões sobre o assunto.

Uma outra tentativa de Minella (2005) em entrevistar os homens foi numa pesquisa sobre planejamento familiar, realizada com mulheres de baixa renda usuárias dos serviços públicos de saúde. Para tal visitou 43 centros de saúde em Florianópolis e 40 centros de saúde em Porto Alegre. Nesta a entrevista com os homens não foi possível pela ausência dos mesmos nas instituições de saúde reforçando a idéia de que o cuidado com a saúde em geral e, em particular com a reprodutiva é “assunto de mulher”. Sendo que esta idéia é defendida pelas mulheres e reforçada por parte das instituições públicas responsáveis pelos serviços de saúde, tanto que, as redes de assistência não incorporam os homens quando o assunto é planejamento familiar<sup>27</sup>.

Entretanto, o que se percebe nas favelas - além do desemprego, da fome, das doenças, da insuficiência de serviços públicos e infra-estrutura, das péssimas condições

---

<sup>27</sup> É interessante ressaltar que o fato das mulheres assumirem sozinhas as questões ligadas ao planejamento familiar não são acompanhadas do tom de queixa. Minella (2005) não vitimiza as mulheres e diz que tal constatação tem “a função de desqualificar o parceiro e reforçar o próprio poder e o próprio conhecimento [das mulheres] sobre o assunto”.

de trabalho a que se submetem homens e mulheres - é a proximidade dos filhos com o tráfico de drogas e o medo dos pais, principalmente das mães, de perder os filhos para as drogas. Os pais necessitam empregar um esforço ainda maior para criarem os filhos num espaço em que a proximidade das crianças e jovens com o “mundo das drogas” atenua as barreiras e facilita o envolvimento.

Frente a esta realidade é comum encontrar famílias em que, se o marido está empregado, a mulher escolhe a opção de passar mais tempo em casa na tentativa de educar e cuidar melhor dos filhos. A presença da mãe garante um controle maior sobre os filhos pequenos, assim como a permanência destes na escola ou em projetos educacionais. A redução do tempo em que os filhos ficam sozinhos em casa e na rua resulta também na redução e controle dos riscos destes se envolverem com traficantes. Destaca-se para a importância dessa questão, pois tradicionalmente a mulher possui maior responsabilidade sobre os filhos e se estes não “derem certo na vida” é sobre os ombros da mãe que pesa a designação de incompetência, de fracasso e de culpa.

Assim, percebe-se como fundamental apresentar um quadro sobre a questão do trabalho feminino, expondo os avanços que as mulheres conseguiram em sua inserção no mercado de trabalho, como também, a importância do trabalho doméstico que envolve não somente os afazeres da casa, mas a “produção” de seres humanos e do trabalho das mulheres nas comunidades ajudando a construí-las. Sem a intenção de esgotar a literatura sobre o assunto, reporta-se a alguns trabalhos que permitam a problematização desses temas.

Nas últimas décadas assistimos a uma presença significativa de mulheres na esfera pública, com inserção nas universidades, na política e no mercado de trabalho. Ora rompendo barreiras que colocam sua capacidade à prova, ora impondo sua presença sustentada pelo sistema de cotas, a questão é que mesmo com toda discriminação a mulher tem conquistado um amplo espaço público, ganhando reconhecimento e prestígio pelo trabalho desenvolvido, mas ainda não alcançou total igualdade frente aos homens. Uma forma de desvalorização pode ser observada nos salários das profissões tradicionalmente femininas relacionadas à educação, à alimentação, dentre outras.

Em consulta aos dados de Hildete Melo (1998), temos que de 1985 a 1995 a taxa de ocupação feminina cresceu de 33,42% para 37,95%. A taxa média de crescimento ao ano da inserção das mulheres no mercado de trabalho foi de 3,68% contra 2,37% do total de pessoas. Isto sugere que o número de mulheres empregadas está crescendo mais que o dos homens.

Assim, a partir da década de 1980, houve um aumento da participação feminina em todas as atividades econômicas (MELO, 1998), sendo que a maior absorção das mulheres se deu no comércio e na administração. Mas, o serviço doméstico remunerado ainda é a principal ocupação das mulheres brasileiras somando quase 5 milhões delas. Domésticas, trabalhadoras rurais e comerciárias perfazem 46% da mão-de-obra feminina. Depois temos as áreas do ensino e da saúde.

Todavia, a relação que a mulher tem com o trabalho ainda é muito diferente da que tem o homem. O trabalho feminino, apesar do progressivo reconhecimento, ainda sofre discriminações e, em alguns casos, como no do trabalho doméstico, é até considerado como não-trabalho. Para Leda Machado (1999), o trabalho reprodutivo é entendido, nas sociedades capitalistas, como de responsabilidade das mulheres e está tão naturalizado como tal que tornou-se invisível.

A inserção da mulher no mercado de trabalho abre o foco para a percepção das várias formas de dominação e discriminação que acontecem neste espaço, relacionadas às questões de gênero, classe e etnia. A deputada Luci Choinacki (2004), relatora da Comissão Externa do Relatório sobre Feminização da Pobreza no Brasil, afirma que a pobreza tem contornos diferentes em cada região do país, mas, em todos eles, tem rosto feminino e cor negra. A deputada ainda questiona sobre o que leva as mulheres a serem as mais pobres entre os pobres.

A noção de gênero nos permite melhor compreender que a divisão sexual do trabalho nada mais é que uma construção social desigual de valor e de poder que confirma a existência de uma hierarquia entre os sexos e que esta hierarquia reflete-se também no mercado de trabalho.

Segundo Heleieth Saffioti (1976), a tradicional submissão da mulher ao homem e a desigualdade entre os sexos não podem ser vistas de forma isolada. A autora sugere a análise da sociedade de classes a partir da perspectiva de gênero e afirma que o capitalismo se deu em condições extremamente adversas à mulher. Esse sistema se utiliza do caráter submisso que molda as mulheres para sua marginalização das funções produtivas, restando a elas trabalhos mais precários e com menor remuneração. A própria maternidade é usada contra a mulher, pois é possível que em algum tempo de sua vida a mulher ausente-se de seu trabalho por razões ligadas aos filhos. Assim, essas funções femininas operam no sentido da discriminação social a partir do sexo expulsando as mulheres do mercado de trabalho ou permitindo-lhes uma integração periférica.

Saffioti (1976) também ressalta que a sociedade burguesa estabeleceu a igualdade formal de seus membros, pois necessitava de mão-de-obra livre, instaurando a bandeira da liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, negou parcialmente seus princípios, uma vez que, na medida em que se tratava de uma sociedade de classes, o princípio da igualdade entre os homens permanecia válido apenas no plano jurídico e, de fato, as diferenças anulavam a igualdade formal. “No que tange aos sexos, a sociedade competitiva não fez senão dilatar as diferenças entre homens e mulheres”. (SAFFIOTI, 1976, p. 106).

Além disso, a integração da mulher no mercado de trabalho, mantendo ao mesmo tempo os papéis ocupacionais e os familiares é uma sobrecarga considerável. Muitas abrem mão de uma possível realização profissional em benefício da família. Nessa decisão também pesa o próprio tipo de formação recebido pela mulher que gira em torno do cuidado, da reprodução e socialização dos filhos. Mas também pesa a capacidade do cônjuge de promover o sustento familiar para que ela possa escolher entre uma carreira profissional e a dedicação exclusiva à família. Assim, o trabalho não-pago que a mulher desenvolve no lar contribui para a manutenção da força de trabalho, pois faz render o baixo salário recebido pelo marido, diminuindo para as empresas capitalistas o ônus do salário mínimo de subsistência que o capital deve pagar pelo emprego da força de trabalho (SAFFIOTI, 1976).

As contribuições de Saffioti (1976) são de grande valia para o entendimento da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade capitalista, de classes, e no sistema de produção. Entretanto, a autora defende que o trabalho doméstico, por fazer parte da esfera reprodutiva seria improdutivo, o que desqualifica todo o trabalho que a mulher realiza nas funções do lar, de reprodução e socialização dos filhos. Por isso, recorremos a Cristina Carrasco (2005) que aborda a questão do trabalho doméstico de maneira diferente, enfatizando a função que desempenha no sistema capitalista. Dessa forma, ela dá margem à discussão sobre a relação da mulher com a economia e sobre o valor do trabalho não-remunerado.

Entende-se que a categoria gênero surge frente à incapacidade das teorias das ciências sociais de explicarem a desigualdade social entre os gêneros feminino e masculino, ou como sugere Carrasco (2005), não somente pela incapacidade de oferecer uma explicação, mas pela incapacidade de oferecer um tratamento adequado à desigualdade social entre mulheres e homens. Entretanto, apesar desta categoria ter resolvido muitos problemas estabelecendo as bases para construções teóricas feministas,

a discussão ainda está em curso principalmente em disciplinas como a Economia que pouco se dedicaram a estudar o trabalho feminino e mais particularmente o trabalho doméstico.

O conceito de trabalho tem sido muito questionado a partir da perspectiva de gênero. Diversas pesquisadoras negam a referência exclusiva ao seu caráter mercantil, porque este, por sua vez, nega a existência da condição de “trabalho” a outros tipos, principalmente as atividades domésticas realizadas majoritariamente pelas mulheres (CARRASCO, 2005).

O resultado dessa discussão, muito presente na literatura feminista, dá ênfase para o questionamento sobre como dar valor ao trabalho doméstico, uma vez que, a partir das teorias da economia clássica, são atividades que não há como mensurar. Como seria possível atribuir um valor ao trabalho referente aos cuidados e aos afetos com a família e com os filhos realizados especialmente por mulheres?

Neste ponto algumas mudanças já estão em curso. A ONU (2005)<sup>28</sup> divulgou que o trabalho não remunerado de pessoas que cuidam dos filhos e de idosos representa US\$ 16 trilhões anuais, sendo que destes, US\$ 11 trilhões são gerados por mulheres. A mensuração e a divulgação deste dado significam um avanço em relação à limitação das estatísticas oficiais em captar e analisar todo o trabalho que se realiza na sociedade.

Carrasco (2005) mostra a centralidade que o processo de reprodução social ocupa em sua análise quando afirma a necessidade de se reconceitualizar as categorias não neutras da economia permitindo o desenvolvimento de novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico para dar visibilidade ao trabalho doméstico.

Neste momento, percebe-se a importância do estudo de Klaas Woortmann (1987) sobre as famílias pobres da cidade de Salvador – Bahia aplicável a quase todas as famílias pobres de outros lugares. Neste estudo, o autor afirma que o papel da mulher é tão econômico quanto o do marido, pois somente conseguem criar seus filhos com o trabalho de ambos. Conforme Woortmann (1987, p.87-88), “[...] na sociedade brasileira, o grupo doméstico organiza uma divisão social do trabalho segundo o modelo que atribui ao marido-pai e aos homens em geral o papel de provedor de renda e à esposa-mãe o da prestação de serviços”. Porém,

Os papéis domésticos da mulher não são menos econômicos que os do marido pois, usando certos “meios de produção” - panelas, frigideiras,

---

<sup>28</sup> Dado disponível em: [www.onu-brasil.org.br](http://www.onu-brasil.org.br) Acesso em: 10/06/2006.

fogão, etc. – e certas “matérias-primas” - o alimento cru – e “economizando” com os recursos disponíveis, ela produz certos bens [a comida cozida] e serviços a serem consumidos pelos membros da unidade doméstica [...]; ainda que de forma indireta, as atividades da mulher também geram renda, mesmo que – e por isso mesmo - não sejam remuneradas.

Paulilo (2005) entende que a afirmação de Woortmann (1987) contém uma visão bastante crítica do que em geral se entende por “atividade econômica”, ou seja, esta atividade é entendida em termos de uma economia de mercado, onde o trabalho é uma mercadoria como as outras, sendo seu conceito identificado somente com o de emprego. Entretanto, o trabalho que não pode ser “vendido” é, nesta perspectiva, considerado “improdutivo”, como as atividades domésticas.

Carrasco (2004) afirma que os modelos econômicos tradicionais não consideram os processos fundamentais para a reprodução social e humana, desconsiderando assim os trabalhos referentes aos cuidados da vida e de reprodução das pessoas realizados quase que exclusivamente por mulheres. Como trabalho doméstico, a autora entende que este se constitui de um conjunto de tarefas que prestam apoio a pessoas dependentes por motivo de idade (crianças e idosos) e de saúde como também à grande maioria de homens adultos. Estas tarefas são fundamentais para garantir a estabilidade física e emocional dos membros da família.

Ainda para Carrasco (2004), o objetivo do trabalho doméstico, responsável pelo cuidado da vida humana, não implica somente em subsistência biológica, mas em bem-estar, qualidade de vida, afetos, relações e tudo aquilo que faz de nós pessoas. É o trabalho doméstico, no sentido dos cuidados, que possibilita a aquisição do capital humano.

Carol Gilligan (1982) desenvolveu uma pesquisa baseada nas diferenças de gêneros com homens e mulheres em idades variadas e de diferentes classes sociais sobre a perspectiva moral que cada um possui de si. A autora propõe que existe uma diferença entre o raciocínio moral feminino e o masculino. Enquanto as mulheres baseiam seu raciocínio moral dentro da noção de cuidado, os homens baseiam na noção de justiça. O princípio moral das mulheres tende a priorizar o outro, o cuidado para com o outro, indo além do princípio de justiça. A dedicação das mulheres às atividades relacionadas ao cuidado, à assistência é socialmente estimulada, sendo comum a transferência de habilidades e funções de cuidar, praticados na casa e na comunidade, para as profissões que exercem.

A pesquisadora do Departamento de Economia da Universidade de Massachusetts – Estados Unidos - Nancy Folbre (2001) mostra que homens e mulheres, ao casarem-se, assumem um compromisso onde há uma expectativa de reciprocidade entre os dois. Porém esta reciprocidade, nas palavras de Paulilo (2005), não se aplica aos filhos, estes devem ser sustentados e cuidados. Folbre (2001) argumenta que as pessoas são produzidas por outras pessoas, são geradas, alimentadas, educadas, cuidadas dentro da instituição chamada família.

Ainda para Folbre (2001), a reciprocidade entre marido e mulher acontece no presente e, portanto pode ser mais controlada, entretanto a reciprocidade entre pais e filhos se dá em termos de futuro. Mesmo que os pais desfaçam o compromisso matrimonial permanecem tendo obrigações com a socialização dos filhos.

Paulilo (2005) complementa a idéia falando do alto preço que se paga para criar os filhos, sendo que deve-se investir cada vez mais em educação, saúde, cuidados e segurança e sobre a complexidade que envolve sua socialização e a relação entre pais e filhos adultos que se altera a cada geração. Segundo ela,

[...] a sociedade espera que os pais cuidem dos filhos, tanto que podem ser punidos quando não o fazem, inclusive perdendo a guarda das crianças. Espera-se também que os filhos cuidem dos pais idosos e já estão aparecendo casos na justiça de pedido de pensão de pais aos seus filhos. Mas há uma diferença. Os pais podem controlar o que dão aos filhos, mas não podem saber ou ter poder de decisão sobre o que vão receber. Mesmo que na opinião deles, eles tenham dado o suficiente ou até muito, os filhos adultos podem ter outra opinião e guardar ressentimentos. Também ao formar outra família, nem sempre contam com a compreensão dos cônjuges na ajuda aos pais. (PAULILO, 2005, p. 4-5).

Além disso, percebe-se que cotidianamente é atribuída à mulher a responsabilidade pelo caráter e moral dos filhos adultos. Se estes se tornam pessoas de bem é porque foram bem educados pelos pais, mas se os filhos trilham os caminhos obscuros do crime, das drogas, do mau caráter, diz-se que foi por falha da mãe. Assim, Nancy Folbre (2001) conclui que a dedicação dos pais, principalmente da mãe, traz importantes benefícios para a sociedade como um todo, pois divide com a sociedade toda, os benefícios de uma nova geração bem criada, mas não os custos. Os custos quem paga são principalmente as mães.

Nessa perspectiva, Carrasco (2004) ressalta a importância do trabalho de participação cidadã. Este também conhecido como trabalho voluntário “engloba uma cantidad de actividades muy variadas realizadas em distintos espacios sociales y com



um papel significativo em lo que podríamos llamar la cohesión social” (CARRASCO, 2004, p. 19). Sem estes dois trabalhos pessoas doentes, crianças, idosos, deficientes, desempregados, dentre outros, simplesmente morreriam.

Carrasco (2004) conclui dizendo que as famílias combinam os três tipos de trabalhos – emprego, trabalho doméstico e trabalho de participação cidadã – de uma forma dinâmica a fim de subsistirem com a maior qualidade de vida possível. Defende que tanto o emprego quando o trabalho doméstico são necessários para a reprodução social e pessoal e que apesar de serem atividades regidas por diferentes lógicas deveriam ser analisados em conjunto.

O que se tentou apresentar aqui foi o debate que gira em torno da discussão sobre a importância do trabalho realizado pelas mulheres, as dificuldades de mensurá-lo e enquadrá-lo dentro de uma teoria econômica. Entretanto, também, apresentou-se a seriedade do trabalho doméstico não-remunerado responsável pela produção das pessoas para a reprodução da sociedade humana.

### **3.3 Incorporação de gênero nas políticas públicas e a tentativa de construir uma política feminista**

Falar de desigualdade no Brasil nos leva a perceber que seu leque de abrangência vai além das diferenças sociais, políticas e econômicas; seu grau de interferência aumenta conforme direciona-se o olhar às discriminações relacionadas ao gênero. As ações políticas que contemplam as desigualdades de gênero são de maior relevância, principalmente porque são as mulheres as mais afetadas pela pobreza e sua expectativa de vida é maior do que a dos homens.

Para as feministas foi a separação sexuada entre público e privado que acabou por reforçar as desigualdades sociais e políticas entre os gêneros. As atividades da esfera pública couberam aos homens, que mantiveram o poder de decisão e representação sobre os demais indivíduos da sociedade (MARQUES, 1996).

Siomara Marques (1996), em pesquisa realizada com mulheres de periferia de um bairro de Florianópolis, percebeu que enquanto as mulheres viviam isoladas em seu mundo doméstico, não consideravam importante discutir sobre a realidade do país e sobre política. Política era vista como “coisa de homem”. O mundo político não lhes dizia respeito, por isso não participavam dele. Com suas atividades baseadas nas

funções de reprodução e cuidados com a família, as mulheres limitaram-se à esfera privada. Por outro lado, os Estados tardaram a reconhecer politicamente as mulheres. No Brasil, elas só tiveram direito a voto em 1932.

Ao analisar seu problema de estudo, Marques (1996) chega à conclusão de que há uma percepção de que a cidade não é pensada para mulheres e crianças, que as políticas públicas pouco contemplam as diferenças de gênero e que a cidadania é algo ainda a ser conquistado, principalmente entre as classes mais pobres. Também encontra um desencanto ou descrença na política e no Estado entre seus entrevistados, pois se percebe que as decisões políticas se distanciam cada vez mais do cotidiano dos indivíduos.

Diversos autores, dentre eles Teresa Caldeira (1984), Marques (1996) e Teresa Lisboa (2003) discutem sobre a participação da mulher em organizações de periferias urbanas através de suas trajetórias de empoderamento e mostram a luta frente ao Estado por infra-estrutura, habitação e serviços públicos de qualidade para as camadas populares.

Segundo Marques (1996), assim que as cidades se expandem também se expandem os problemas devido à precariedade dos serviços de infra-estrutura urbana, principalmente para as populações de baixa renda, deslocadas para as favelas por causa do êxodo rural ou da especulação imobiliária. Dentro desse quadro, a população pobre é a mais seriamente afetada e uma das características mais notáveis da pobreza atual é a crescente e desproporcionada pobreza das unidades familiares nas quais a mulher é chefe de família.

Para Paulilo (2000), a discriminação das mulheres em esferas tanto públicas quanto privadas como família, saúde, educação, trabalho e política persiste fortemente mesmo depois de uma trajetória marcada por incansáveis lutas do Movimento Feminista<sup>29</sup> que já perduram por mais de 40 anos. Ainda assim, a autora considera que houve conquistas relacionadas à igualdade de gênero e que muitas delas foram conseguidas sem o menor apoio do Estado.

No entanto, a participação da mulher no espaço público, atuando tanto no mercado de trabalho quanto nas associações comunitárias, desenvolvendo trabalhos voluntários, conquistando sua cidadania na luta por seus direitos e inserindo-se nas questões políticas exigem do Estado uma contrapartida em relação à criação e

---

<sup>29</sup> O Movimento Feminista marcou os anos 1960, denunciou a desigualdade entre os gêneros iniciando uma luta por direitos iguais que continua se desenrolando (PAULILO, 2000).

manutenção de uma infra-estrutura de acesso com qualidade a creches, escolas, saúde e habitação. A disponibilização de tais serviços atua como suporte nas tarefas cotidianas, principalmente entre as mulheres pobres que precisam garantir o sustento da família.

A partir da década de 1960, o Movimento Feminista conseguiu mobilizar a atenção de diversos países para as desigualdades de gênero promovendo discussões e pleiteando acordos políticos que garantissem os direitos das mulheres. As desigualdades de gênero e particularmente a situação de discriminação e exploração das mulheres passou a ser um incômodo para governantes e gestores de políticas públicas, que passaram a dar mais atenção à situação da mulher.

O ano de 1975 foi considerado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher (PAULILO, 2000). A Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), ratificada pelo Brasil em 1984, e mais tarde a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (COPENHAGUE, 1994), a IV Conferência Internacional de Pequim (1995), dentre outras, assinalaram um avanço no reconhecimento da situação de discriminação que afeta as mulheres. O que tem gerado em muitos países políticas sociais dirigidas especialmente a elas (VILLALOBOS, 2000). Em Copenhague foram assumidos compromissos que causaram impactos na política social e que iniciaram um processo de definição de políticas direcionadas a grupos vulneráveis como os povos indígenas, as crianças, mulheres, jovens, idosos, principalmente os assolados pela pobreza.

Assim, a década de 1990 foi marcada pelo alargamento das discussões sobre as questões de gênero. Cedendo a pressões, as Nações Unidas deram início à criação de uma nova agenda de reorientações das políticas sociais que permitiu considerar os direitos e não apenas as carências e os problemas da população. Apesar das críticas, teve seu aspecto positivo, pois ela passou a lançar um olhar que abarcou esses grupos específicos incorporando timidamente as questões de gênero.

Em Pequim, segundo Heloisa Frossard (IBGE, 2005), o Brasil, a exemplo de diversos outros países, assumiu o compromisso internacional de combater as discriminações e desigualdades de gêneros. Dessa forma, a abordagem de gênero passou a ser incorporada no processo de formulação de políticas públicas, transformando-se num mecanismo promotor de ações mais eficazes para o desenvolvimento humano e social das mulheres.

Políticas públicas que contemplem mulheres não são novidade em países em desenvolvimento. Moser (1989 apud MACHADO, 1999), vista como uma precursora

dos estudos sobre a necessidade de implementar políticas públicas para mulheres, realiza uma divisão interessante sobre as abordagens dessas políticas. Cronologicamente, algumas delas se superpõem.

A primeira abordagem, chamada de bem-estar social, prevaleceu, sobretudo entre 1950 a 1970. Esta concepção toma a maternidade como principal função da mulher, dessa forma seus programas relacionam-se particularmente com auxílio e orientação nutricional e planejamento familiar. A mulher é vista como beneficiária passiva não participando de discussões com o Estado sobre seus programas.

A abordagem sobre equidade prevaleceu de 1975 a 1985. Defende a participação das mulheres no planejamento de políticas públicas, centrando a redução da desigualdade entre homens e mulheres nas diversas esferas sociais.

Uma terceira abordagem é a concepção contra a pobreza iniciada a partir da década de 1970. Esta concepção está ligada à noção de redistribuição como garantia para o aumento da produtividade das mulheres pobres. A desigualdade entre homens e mulheres é centrada na desigualdade de renda. Gerou muitos programas voltados para a geração de renda, estimulados por organismos internacionais.

Após a década de 1980 surge a abordagem da eficiência. Nesta a equidade está relacionada com o aumento da participação econômica das mulheres, sendo que esta participação melhoraria seu *status*.

A última abordagem é a de empoderamento que já começa a surgir a partir de 1975. Essa concepção entende que a transformação da condição da mulher dá-se pela mobilização política, pela conscientização e pela educação, pois o empoderamento deve ser um processo de baixo para cima. Esta abordagem é percebida por Maria Novellino (2004) como a que mais se aproxima do que deveria ser uma política pública de gênero.

Dessa forma Maria Novellino (2004) afirma que as políticas de gênero se baseiam no princípio de que mesmo as necessidades e interesses de homens e mulheres com experiências de vida similares, que pertençam a uma mesma região, raça ou classe, são específicos a cada gênero.

Com essas mudanças, as políticas sociais passam a ter um maior nível de complexidade e de exigência para o Estado e também para a sociedade civil que tem maior responsabilidade social. O Estado, por sua vez, deve de forma igualitária promover e garantir os direitos dos cidadãos e ser, ao mesmo tempo, gestor estratégico, fornecedor de recursos, regulador e produtor direto de serviços (VILLALOBOS, 2000).

### 3.4 Políticas Públicas de Gênero e Habitação

Machado (1999) diz que desde a década de 1970 estudiosos da área de planejamento urbano ressaltam a necessidade de se incorporar a questão de gênero nas políticas públicas, a fim de atender as diferentes necessidades da população. De lá pra cá um longo caminho de erros e acertos foi percorrido.

A autora faz um estudo comparativo entre políticas públicas que incorporaram a questão de gênero e políticas que não incorporaram, para examinar em que medida a incorporação desta categoria proporciona melhor entendimento das diferentes necessidades da população<sup>30</sup>.

Em análise, Machado (1999) percebe que os programas que incorporaram gênero entendem que as políticas públicas podem ser instrumentos na mudança das relações de gênero, contribuindo para que sejam mais equitativas. A incorporação de gênero nas políticas públicas, segundo o argumento da autora, permite um melhor entendimento das necessidades de homens e mulheres e conseqüentemente melhores condições de atendê-las. Ainda para a autora, considerar questões de gênero possibilita um entendimento mais abrangente e complexo sobre como a sociedade é estruturada. Classe, etnia, crenças e idade, por exemplo, também devem ser analisadas.

Já nas políticas públicas relacionadas à habitação, a elaboração de projetos a partir das compreensões sobre as diferenças de gênero e das necessidades de cada um é que pode garantir seu sucesso.

Dessa forma, segue-se a análise de Machado (1999) sobre os pontos que devem ser considerados num programa habitacional que incorpore gênero. Estes vão desde a fase de elaboração até a implementação e manutenção dos programas habitacionais.

Na elaboração do projeto devem ser considerados aspectos como: renda familiar que nem sempre pode ser comprovada, pois é provável que a grande maioria

---

<sup>30</sup> Os programas analisados pela autora são: Programa de Garantia de Renda Familiar Mínima (PGRFM), Prefeitura Municipal de Campinas, 1995; Programa de Núcleos Infantis de Cuidados – Ninhos (PNICN), também da Prefeitura Municipal de Campinas, 1995; National Literacy Programme of Namíbia – NLPN (Programa Nacional de Alfabetização da Namíbia), para adultos, iniciado em 1992 pelo Ministério de Educação e Cultura; Lok Jumbish, People’s Movement for Education for all, Rajasthan – PMEA (Programa Educação para Todos, Rajasthan) na Índia, iniciado em 1992 para crianças até 14 anos; Projeto Dique de Santos, implantado em 1993 pela Prefeitura Municipal de Santos; Projeto México 70 de São Vicente é um desdobramento do projeto Dique dos Santos também desenvolvido pela Prefeitura Municipal de São Vicente.

tenha renda informal ou que haja transferência de renda entre famílias; os pré-requisitos exigidos na definição dos participantes do programa que assim como incluem certas famílias no projeto excluem outras; assumir que todas as famílias sejam nucleares e que o chefe é sempre o homem é um erro grave.

No momento do planejamento da área e infra-estrutura: a localização da área habitacional que se muito distante impede que a mulher trabalhe fora, uma vez que é dela a responsabilidade pela esfera doméstica e não tem tempo para passar horas viajando de casa para o trabalho e vice versa; planejamento de transporte, que deve considerar as responsabilidades da mulher referente à produção, reprodução e trabalho nas comunidades onde suas viagens não são as mesmas dos homens; A casa deve ter espaço apropriado para atividades de geração de renda, além de garantir abrigo e privacidade para a família.

Também ressalta que deveria ter mais possibilidade de financiamentos habitacionais para mulheres. Segundo o Banco da Associação das Mulheres Autônomas da Índia, a casa possui um papel central nas atividades de geração de renda das mulheres autônomas.

A casa é um recurso produtivo, funcionando em momentos diferentes como depósito, como fonte de água, de eletricidade. Acesso à habitação permite à mulher trabalhar o ano todo, protegida do vento, da chuva, inundações e outras intempéries. A casa provê segurança, permite o acúmulo de material, produtos, e facilita a articulação dos serviços necessários ao desenvolvimento de atividades rentáveis. (WORLD BANK, 1996, p.7 apud MACHADO, 1999, p. 88).

Entretanto, para que isso ocorra a mulher precisa estar envolvida com o projeto desde seu início durante todas as suas etapas. Para essa função destaca-se a importância dos canais de participação.

Por fim, Machado (1999) chama a atenção para que todo programa habitacional encontre sustentação na realidade, ou seja, exige no momento da definição do público alvo o conhecimento da realidade que homens e mulheres vivem.

### **3.5 Função social da casa a partir da concepção de gênero**

O que torna a moradia uma condição básica à existência humana é a sua função social de abrigo. Esta função também possui um aspecto psicossocial. “No desenvolvimento do indivíduo, a família tem uma função estruturante e a qualidade da moradia é uma das variáveis significativas em seu processo de desenvolvimento”.

(IPPUR/UFRJ, 2001, p. 19). O acesso ao chão é fundamental para que o indivíduo não sofra ameaças de despejos ou remoções forçadas e é um elemento básico do direito à moradia. Ainda para o IPPUR (2001), a habitação é um elemento básico, é um mínimo social, que habilita os indivíduos e os grupos sociais a fazerem outras escolhas ou desenvolver suas capacidades. Dessa forma, a habitação passa a ser um direito básico de cidadania.

Como direito, a moradia é um bem que favorece o acesso a outros bens, como saúde, educação, trabalho, transporte, cultura e lazer. Deve estar integrada à cidade e aos serviços públicos. Para Nelson Saule e Patrícia Cardoso (2005), do Instituto Polis, o direito à moradia deve ser compreendido em seu aspecto econômico, social, cultural e ambiental, seguindo os mesmos princípios do direito à cidade.

Dentro deste quadro cabe estabelecer o que seria uma moradia adequada dentro dos padrões de normalidade. A Conferência Habitat II, realizada em 1996 em Istambul e citada no documento do IPPUR/UFRJ (2001), diz que uma moradia sadia deve garantir segurança, privacidade, ser construída em espaço adequado e acessível com infra-estrutura básica, com fornecimento de água, energia e saneamento e com disponibilidade de uso de serviços públicos como saúde, educação, transporte coletivo, coleta de lixo. Além disso, deve incluir a garantia de posse, durabilidade e estabilidade da estrutura física, adequada iluminação, aquecimento e ventilação.

Uma moradia adequada corresponde ao direito de viver com segurança, paz e dignidade. Tem como componentes essenciais: a segurança jurídica da posse; disponibilidade de serviços de infra-estrutura; custo acessível da moradia; habitabilidade; acessibilidade; localização; e adequação cultural (SAULE JÚNIOR e CARDOSO, 2005). Esta última, refere-se ao respeito à diversidade cultural e aos padrões habitacionais advindos dos usos e costumes das comunidades e grupos sociais.

Analisando o elemento cultural, percebe-se os equívocos do modelo padronizado defendido pelos planejadores de projetos habitacionais, que imprimiram na estrutura urbana e nas moradias um modo de vida não condizente com o dos moradores por não considerar seus usos e costumes. Zaluar (1994, p.83), lembra que “as classes sociais são compostas de indivíduos” e que é o respeito aos indivíduos que garante o sucesso de um projeto habitacional.

Szücs (2000) diz que a padronização dos projetos de habitação para pessoas de baixa renda tem dificultado a inserção social, a apropriação espacial e a fixação das famílias em seu local de moradia. A insatisfação em relação aos projetos habitacionais

dá-se pelo não atendimento às necessidades dos moradores. Estes, por sua vez, migram de bairro em bairro até encontrarem um lugar onde fixar raízes e fazer história. Os projetos devem adequar-se à população de baixa renda levando em conta não somente o atendimento das necessidades humanas mínimas de segurança e higiene, mas também suas necessidades sociais vinculadas às características familiares, suas habilidades e potencialidades.

Essa adequação passa pela flexibilização do projeto, ou seja, é a capacidade da casa se adequar a um leque diversificado de necessidades familiares. Em que cada família possa transformá-la da melhor forma para que a moradia atenda aos eventos que constituem o cotidiano dos indivíduos, articulando trabalho, lazer, descanso e interação familiar (SZÜCS, 2000). Dentre as necessidades expostas também destacamos as de gênero.

Entende-se que a mulher de baixa renda desenvolve funções múltiplas e a casa é utilizada como ferramenta e suporte para o sustento familiar. A mulher realiza o trabalho doméstico ligado à limpeza e arrumação da casa, à produção de alimentos, ao desenvolvimento de tarefas que lhe produzam alguma renda e, ao mesmo tempo, cuida dos filhos, sendo que estes precisam estar num espaço seguro e agradável sem fugir-lhes aos olhos.

Cabem neste momento as observações de Woortmann (1987, p. 292) sobre a relação de sobrevivência que a mulher cria com sua moradia. Nas palavras do autor: “A situação de pobreza não altera em nada o status da mulher. Pelo contrário, ele torna o seu ‘domínio’ – o da casa e das relações que a rodeiam – central e decisiva para a sobrevivência da casa”.

Assim, Szücs (2000) ressalta que a casa reflete a cultura de seu morador e os elementos arquitetônicos devem estar em harmonia com as necessidades desse mesmo morador. A inexistência ou mau provimento desses elementos prejudicam as atividades domésticas e acabam por exigir um esforço ainda maior das mulheres no desempenho de suas atividades. Entende-se a dificuldade existente para tornar compatível a necessária padronização do projeto de habitação com a desejada flexibilidade de soluções que permitam às famílias a satisfação de suas necessidades. Entretanto, se os profissionais dos projetos mostrarem-se sensíveis às necessidades dos usuários e preocupados com a qualidade de vida urbana é possível articular entre os recursos mínimos disponibilizados em programas habitacionais e os anseios das populações



moradoras, incorporando às habitações importantes atributos que garantam sua função social.

Como a casa, a cidade também deve ser repensada sendo que o planejamento urbano deve responder às diferentes necessidades de homens e mulheres. Sabe-se que o cotidiano feminino é preenchido por atividades ligadas aos papéis sexuais que resultam no acúmulo de responsabilidades.

Quando se fala em diferentes necessidades, está-se a considerar os diferentes papéis de gênero e pressupondo que é a mulher a responsável pela casa, pelos filhos, pela alimentação e saúde da família. Dessa forma, os horários de funcionamento dos postos de saúde, das escolas e creches, dos estabelecimentos comerciais, a adaptação do transporte público para mulheres e crianças, a boa iluminação noturna, são mecanismos que precisam ser repensados e adaptados a partir de uma concepção de gênero.

## CAPÍTULO IV

### DADOS DO CAMPO: DESCRIÇÃO E ANÁLISE

#### 4.1 Quem são as mulheres que vivem na Região Chico Mendes?

O número de pessoas entrevistadas formalmente para esta pesquisa foi de 25, conforme apresentado na metodologia. Para uma melhor organização da amostra essas pessoas foram divididas em 3 grupos. O primeiro grupo é composto por 9 mulheres, todas residentes nas casas do Programa Habitar Brasil BID. Estas mulheres têm idades variadas entre 27 e 45 anos. Uma mulher é solteira e não tem filhos, 7 são casadas e uma é separada. Entre as casadas e a mulher separada a média é de 4 filhos<sup>31</sup>.

O segundo grupo é composto por 6 mulheres líderes comunitárias, duas assistentes sociais do projeto de habitação e um homem também líder comunitário. A entrevista com esta liderança masculina mostrou-se necessária por sua dedicação aos interesses dos moradores com intensiva participação no projeto de habitação, que acompanhou desde as primeiras discussões. Este líder fez parte de uma comissão que viajou a Brasília, para reunir-se com os representantes do BID, e ao Espírito Santo para visitar o projeto de habitação realizado na cidade, também financiado com recursos do BID. As idades das líderes entrevistadas ficam entre 32 e 50 anos. Duas líderes são irmãs de uma congregação da Igreja católica e, portanto, solteiras. Uma é mãe solteira e possui um filho. Duas são casadas, ambas com 5 filhos, e uma é separada, com 9 filhos<sup>32</sup>. Observa-se que nenhuma das líderes tem filhos pequenos, o que facilita muito o trabalho comunitário.

O terceiro grupo<sup>33</sup> é composto por 7 mulheres com idades entre 29 e 55 anos. Uma mulher é viúva, 3 são separadas e 3 são casadas. Todas possuem filhos e a média é de 4,7. Entre o grupo destas mulheres, 3 estão morando provisoriamente nos abrigos da Prefeitura enquanto aguardam o recebimento de suas casas. As outras 4 mulheres não entraram para o projeto de habitação, pois tem casas em bom estado. Este grupo de mulheres foi entrevistado durante um curso de pintura realizado pela Casa Chico Mendes. Dos 5 encontros que tiveram, participamos de 3. Neste grupo a conversa

---

<sup>31</sup> Ver quadro 1.

<sup>32</sup> Ver quadro 2.

<sup>33</sup> Ver quadro 3.

acontecia livremente, foi onde tivemos oportunidade de ouvir as mulheres que não faziam parte do projeto e registrar seus comentários. Usamos o gravador em somente um encontro quando foi realizada uma entrevista de grupo, mas sem sucesso, pois diante de nossas perguntas elas se calavam. No último encontro fotografamos as mulheres e suas pinturas.

Além das entrevistas, as andanças pela favela e o desenvolvimento de outro trabalho na Chico Mendes<sup>34</sup>, permitiram conversar com inúmeras mulheres. As conversas aconteceram na rua mesmo quando as acompanhávamos a algum local, em seu comércio, nas reuniões, nos cursos, no portão de suas casas e até dentro de suas casas, quando recebíamos convite para entrar. Ao lado delas passamos por momentos gratificantes de enriquecimento tanto como pesquisadora quanto como mulher.

Mas, como em toda pesquisa de campo, também passamos por diversas situações tristes e indesejáveis. O contato com a pobreza e a carência foi uma delas e de início impressionou bastante. Foi doloroso ver casos de mulheres doentes, HIV positivas, com as feridas abertas, violentadas pelos maridos e cercadas de filhos pequenos chorando, que faziam rodízio em seus seios em busca de alimento. Aliás, violência, envolvimento de familiares com drogas e doença fazem parte da vida dessas mulheres. Depressão, diabetes e pressão alta são as doenças mais recorrentes entre as entrevistadas.

Durante uma entrevista, com Hortênsia aos prantos, ouvimos o relato de um estupro ocorrido em sua infância. Hortênsia teve um filho de seu pai. Passou a odiar o pai que assim que soube da gravidez da filha suicidou-se, mas amou muito o filho que perdeu pelo câncer quando ele tinha cerca de 30 anos. Como este, ouvimos diversos outros relatos de mulheres violentadas pelos maridos, mesmo quando grávidas. Relatos que, devido às circunstâncias, não puderam ser gravados.

Entre os relatos das mulheres mais velhas, em condições de pobreza, que já sofreram violência, pode-se perceber o domínio que o marido exercia sobre o corpo e sobre a vida da mulher. Depois de muito apanhar, parece que as mulheres se acostumaram com a dor e com o sofrimento. Dizem sofrer mais que os homens por causa das dores do parto e da preocupação com os filhos e são resistentes em procurar

---

<sup>34</sup> Este trabalho faz parte de uma pesquisa quantitativa que está sendo realizada com 200 mulheres pela empresa Ambientalís, para a qual fui contratada. Esta empresa venceu a licitação da PMF para desenvolver algumas das atividades do Projeto Bom Abrigo, dentre elas a de conscientização ambiental e uma pesquisa sobre o perfil das mulheres residentes nas casas do Habitar Brasil BID. O propósito da pesquisa é o conhecimento aprofundado sobre a realidade das mulheres, mapeando os principais problemas de se viver na região.

ajuda médica ou odontológica. Além de terem passado muito tempo sem ter acesso a esse tipo de serviço, hoje não o usam por medo e até por falta de hábito. Algumas dizem que preferem “morrer” a ir ao dentista, nunca foram e tem muito medo de sentir dor. Como fuga, dizem que o atendimento no posto de saúde é ruim, demorado e, portanto não possuem tempo para ficar na fila. A auto-medicação nesses casos é freqüente. Com o ginecologista a situação é parecida, mas além do medo também têm vergonha.

Houve situações em que algumas famílias esperavam receber algo em troca, como uma cesta básica, pois estavam doando o seu tempo para a pesquisa. Em outras ocasiões doamos nosso tempo para ouvir a trajetória de vida das mulheres, suas angústias. Parecia que elas estavam ansiosas na espera de alguém que as ouvisse.

Como já dito, a Região Chico Mendes foi formada a partir de ocupações, principalmente entre as décadas de 70 e 90. 37% das pessoas cadastradas no Projeto de Habitação, residentes na Região Chico Mendes, são originárias das cidades da Grande Florianópolis, Lages e Chapecó. A descendência cabocla é forte na região, embora muitas mulheres não saibam responder sobre suas origens.

Sobre a infância, as mulheres dizem que foi curta e de muito trabalho. As determinações do pai eram para que trabalhassem seja em casa, cuidando dos irmãos, na roça, ou fora de casa trabalhando de empregada doméstica. O estudo não era valorizado na época e quando o pai permitia que os filhos estudassem, a preferência era dada aos meninos. A fase de adolescência nunca apareceu nas conversas, quando se descobriam “mocinhas” logo engravidavam. Da curta infância passavam para a idade adulta. Muitas afirmam ter começado a trabalhar fora ou na roça a partir dos 8, 9 anos de idade. O casamento também acontecia cedo. Aos 15 anos estavam casadas e grávidas.

As atividades profissionais das mulheres estão ligadas aos serviços que tradicionalmente desenvolvem dentro de casa, como empregadas domésticas, diaristas, agentes de saúde, cozinheiras, limpeza de prédios e ruas, babás e costureiras, dentre outros. São trabalhos de baixa remuneração e as vagas são preenchidas por pessoas com baixo nível de instrução. O emprego doméstico é bem visto pelas mulheres e, segundo Woortmann (1987), possui um caráter estratégico em seu cotidiano. São os patrões, ou como elas preferem dizer, “a patroa”, que as auxilia em tempos de crise com alimentação e roupas. Uma “boa patroa” serve a elas como conselheira orientando na educação das crianças; acesso a serviços como escolas e creches; indicação de emprego para os filhos; como apoio jurídico em casos de separações; tratamentos de saúde e reivindicação de direitos. Atividades ligadas a vendas de alimentos na rua e de catadoras

de papelão e latinha são boas opções para as mulheres que não conseguem um trabalho “fichado”<sup>35</sup>.

É comum encontrar mulheres com filhos de diferentes homens, pois se casaram várias vezes. Para mulheres em situação de pobreza, a separação é muito custosa. Tania Salem (1981), numa pesquisa com moradoras da Rocinha, afirma que a separação é uma penalização para a mulher pelos altos custos que ela enfrenta por ser a única responsável pelo sustento familiar. Nos momentos de separação, ela conta com uma rede de solidariedade dos vizinhos e da família para manter a subsistência da prole. Como é alto o número de maridos/pais que abandonam o lar, as mulheres não têm muita escolha senão casarem-se novamente para dividirem as despesas do sustento familiar.

Também é comum encontrar mulheres com filhos já falecidos. A laqueadura e o uso da pílula anticoncepcional são os métodos mais utilizados entre as mulheres para evitar a gravidez. O acesso a esses métodos e à informação explica o menor número de filhos entre as mulheres mais jovens. Mas, o que mais encontramos em campo, é a preocupação, o medo das mães que os filhos cresçam e se envolvam com drogas. Existe uma vigilância constante nas amizades, nos comportamentos dos filhos mais novos. Este medo também é a principal razão que leva as mulheres a mudarem-se para outro lugar. Quando acontece dos filhos virarem ladrões, drogados, as mães se culpam. O depoimento transcrito abaixo exemplifica a questão.

Às vezes eu me pergunto, onde que eu errei. O que eu fiz de tão errado que eu não pude dá uma vida digna pros meus filhos. Não pude dá uma boa alimentação, uma boa moradia. A gente vive com dificuldades, desrespeitados, desmoralizados. O que faltou? Comida? Amor? Porque eu me separei então eu não fui uma boa mãe? [...] Eu não me acho justa de ter botado 9 filhos no mundo que isso [...] não é vida [...] agora eu não me acho no direito, assim quando eu engravidava eu não pensava, mas agora eu fico pensando, porque que eu fiz isso? Eu não fui digna de mim, eu não fui capaz de sê uma boa mãe, eu não fui capaz de dá um vida digna pros meus filhos, eu não tive força, eu não tive luta, eu não corri atrás pra podê dá uma boa alimentação, uma boa escola, meu filho as vez não tinha o que comê, as vez eu não tinha onde dormi, aí eu me pergunto – será que é por isso que ele virou isso? Que eu tô com um filho que agora tá preso, é um filho assim... não que tenha diferença dos outros, mas é o mais pequeninho, o mais doentinho. Então assim, meu Deus, ele até hoje se fizerem alguma coisa com ele acho que eu morro. E eu me sinto culpada porque quando ele fez 13, 14 anos que ele queria um bom tênis, queria andá com uma roupa e eu nunca tive pra dá, então eu acho assim que ele saiu, que eu perdi ele no meio dos meus dedos pra essa vida, pra essa maldição de droga, pra essa vida aí. [...] Eu não tive capacidade, não tinha um serviço digno, não tinha um bom salário, eu não tinha ninguém para podê dá as coisas, então ele foi pra rua porque ele tem o direito de querê o melhor. [...] Então assim, eu fico me

---

<sup>35</sup> Trabalho com carteira assinada.

perguntando: por que eu não segui meu estudo, porque que eu não fui morá num outro lugar, quem sabe seria diferente, mas ainda eu não me achei, eu me pergunto, mas ainda não tive respostas.

Aí eu olho pro outro lado e vejo aquela mãe que é mulher de juiz, de advogado, que o filho já nasceu em berço de ouro com musiquinhas, tudo e são igual ou pior do que o meu. Aí eu me pergunto: Tá, eu errei em quê? E ela errou em quê? Em ter dado muito? Ter dado uma boa alimentação, ter sempre dinheiro, remédio? (Orquídea).

#### **4.2 Descrição do processo de implantação do Projeto de Habitação: uma relação tensa e conflituosa**

A reconstrução histórica sobre o processo de implantação do projeto de habitação foi possível pelo resgate da memória das pessoas entrevistadas, tanto moradoras quanto assistentes sociais, e pela pesquisa documental realizada através da leitura dos livros atas, disponibilizados por um membro da Comissão em Defesa da Região. Esta organização também é conhecida como Comissão de Habitação e foi formada por representantes das comunidades Chico Mendes, Nossa Senhora da Glória e Novo Horizonte, com o objetivo de acompanhar a implantação do projeto habitacional na região.

As atas analisadas para este estudo datam entre 20/03/1998 e 01/03/2001. Foram analisados três livros atas, sendo que as mesmas não se apresentam segundo uma organização cronológica, pois os três livros foram utilizados quase que simultaneamente e somente um deles estava totalmente preenchido. Tal fato exigiu uma atenção redobrada na leitura das atas, a fim de situar as informações descritas sobre a implantação do projeto de maneira mais precisa. A maior parte das atas relata as reuniões acontecidas entre Associação de Moradores, Prefeitura e Comissão de Habitação. Também é grande o número de atas sobre reuniões ocorridas entre os membros da comissão. Porém, foram poucas as assembléias acontecidas entre representantes da Prefeitura, Comissão de Habitação e moradores, num total de 7 reuniões.

### 4.3 Esclarecimento aos moradores sobre o projeto de habitação

Desde o ano de 1997, a Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF) desenvolvia um projeto habitacional na comunidade Novo Horizonte, região que fica às margens da BR 282, através do Programa Habitar Brasil, descrito no primeiro capítulo deste trabalho. No segundo semestre de 1999, recebeu a confirmação sobre a liberalização dos recursos do Habitar Brasil BID. Tal fato foi a garantia da continuidade do projeto de habitação na região Chico Mendes. Esta informação está registrada em ata do dia 20 de outubro de 1999, em reunião entre a Prefeitura e a Comissão de Habitação.

As obras de regularização fundiária e construção de casas no Novo Horizonte pelo programa Habitar Brasil aconteceram entre os anos de 1997 e 2000. No decorrer da leitura das primeiras atas ficou claro que, durante este período, a Prefeitura dialogava com a Comissão de Habitação sobre a possibilidade de se concretizar um projeto de habitação que envolvesse toda a região Chico Mendes.

Assim é importante ressaltar que os representantes das associações estavam avisados da continuação do projeto de habitação, mas grande parte dos moradores não. A melhoria para a região Chico Mendes, visualizada pela Comissão de Habitação, justifica o acordo desta com a Prefeitura, aceitando o projeto sem que o mesmo fosse amplamente discutido entre as comunidades da região. Entretanto, tal fato foi responsável pelo surgimento dos primeiros conflitos entre os moradores com os representantes comunitários e a Prefeitura. A postura da Comissão de Habitação foi muito criticada pelos moradores e a perda da confiança na Comissão estimulou a eleição de novos representantes para as associações de moradores, assim como a eleição de uma nova comissão para acompanhar o projeto de habitação<sup>36</sup>.

Já a Prefeitura, que tinha em mãos a confirmação do programa, estava frente à necessidade de realizar o cadastro sócio-econômico da população e conseguir as assinaturas favoráveis dos moradores ao projeto de habitação e frente à restrição temporal imposta pelo Programa Habitar Brasil BID. Para desempenho destas tarefas, iniciou prontamente (final de 1999) um processo de esclarecimento à população através de reuniões com lideranças comunitárias e assembléias nas três comunidades

---

<sup>36</sup> Esta eleição aconteceu somente em 2000, mas foi em final de 1999, a partir das assembléias com a prefeitura, que os moradores perceberam que a comissão já havia aceitado o projeto de habitação sem que eles estivessem sabendo. Nesse meio tempo o cadastro das famílias já estava sendo realizado juntamente com a coleta de assinaturas dos termos de adesão ao projeto.

envolvidas. Estas três comunidades foram divididas em 5 setores, setor A, B, C, D e E. Não há hierarquia entre os setores, a divisão deu-se como forma de organizar a remoção das pessoas e o início das obras do projeto de reestruturação. Esse período de esclarecimento da Prefeitura com a região teve início em 1999, quando se deu uma assembléia geral com os moradores, mas intensificou-se no decorrer do ano de 2000. Com cada setor a Prefeitura realizou uma assembléia.

A Prefeitura deu início aos esclarecimentos sobre o projeto de habitação através das assembléias, informando às comunidades sobre o novo projeto de habitação, esclarecendo dúvidas e ressaltando a necessidade de fazer o levantamento das famílias que entrariam no plano, para que estas assinassem o termo de adesão. E, ao mesmo tempo, também disponibilizou equipes compostas por assistentes sociais e agentes de saúde da região para realizarem o cadastro sócio-econômico e colherem as assinaturas de adesão ao projeto.

Durante a realização do cadastro sócio-econômico, alguns moradores assinaram o termo de adesão mesmo que não estivessem informados sobre seu conteúdo, todavia muitos não assinaram. O avanço das discussões esperado pela Prefeitura nas assembléias não aconteceu e os questionamentos dos moradores sobre o projeto não couberam nos prazos delimitados pelo BID.

Assim, a Prefeitura deu continuidade ao processo de esclarecimento aos moradores por meio de encontros individuais nos escritórios regionais, findando com a assinatura dos mesmos ao termo de adesão. Já os moradores através dos líderes comunitários e da Comissão de Habitação organizaram-se em parcerias com a UFSC, particularmente o Departamento de Arquitetura e Urbanismo através do Professor Lino Peres e o Departamento de Ciências Jurídicas, a fim de obterem as informações não contempladas pela Prefeitura e, com isso, defenderem seus interesses. O debate da comunidade com esta instituição resultou na criação de diretrizes que serviram de base para a criação de uma proposta de reurbanização alternativa e inclusiva, a qual não foi aceita pelo poder municipal. Dentre as diretrizes destacam-se:

- a) manter a identidade e conformação social e espacial das comunidades, garantindo-se as condições adequadas de habitabilidade, serviços e infraestrutura;
- b) programa paisagístico [arborização e equipamentos];
- c) reestruturação viária e de acessos, mantendo e fortalecendo os espaços comunitários existentes, evitando-se a ruptura do tecido como ocorre com a proposta da Prefeitura;
- d) arquitetura progressiva e revisão da proposta da Prefeitura com aumento dimensional dos ambientes [três e quatro quartos com área para depósito ou outra destinação];
- e) utilização de mão-de-obra



local; f) área para estacionamentos por unidade e coletiva; g) transparência e inter-relação dos setores envolvidos como Comunidade, Prefeitura e Universidade. (PERES, 2000, p. 14).

Em entrevista com assistentes sociais percebeu-se que a Secretaria de Habitação, Trabalho e Desenvolvimento Social da Prefeitura de Florianópolis não tinha experiência de implantação de um projeto de tamanha complexidade e nem preparo técnico para tal desafio, particularmente em relação ao trabalho direto com as pessoas. Além disso, sendo o HBB um projeto piloto, a Prefeitura não tinha todas as respostas para as perguntas dos moradores, muito ainda estava sendo pensado e decidido. Já entre os líderes, a falta de informação se transformou, em alguns casos, em resistência ao projeto.

Na visão dos técnicos da Prefeitura, que não contavam com tamanha resistência dos moradores, a implantação do projeto de habitação já estava decidido, pois traria uma melhora significativa para a vida dos habitantes e para o aspecto físico do bairro. Os recursos estavam garantidos, sendo que precisavam apenas do consentimento dos moradores para dar início às obras que tinham um prazo de 3 anos para seu desenvolvimento. O argumento exposto aos moradores era de que se eles não aceitassem os termos do projeto, o mesmo seria levado para outro lugar.

Entretanto, a região Chico Mendes, como qualquer outro bairro, é composta por famílias com diversas especificidades que, por mais que precisassem, não estavam esperando pelo projeto habitacional e portanto ainda não estavam prontas para ele. Havia moradores que queriam vender suas casas para tentar a sorte em outro lugar. Famílias que haviam acabado de construir ou reformar suas casas e foram informadas que seriam demolidas, porque as residências eram de madeira ou porque no local estava previsto a abertura de uma rua. Iriam morar em novas casas porém com a ressalva de que teriam que fazer novo investimento, pois a indenização da atual residência seria apenas o valor de entrada para a nova casa, a qual seria financiada no prazo máximo de 25 anos.

Havia famílias vivendo em condições extremamente precárias e desumanas, sob o risco da casa desabar ou com os filhos doentes pela excessiva umidade da construção e, por isso, desejavam se mudar rapidamente para outro lugar para terem um teto sobre suas cabeças, independente dos compromissos que teriam que assumir.

Entre os moradores o projeto também era percebido como algo que traria melhorias fundamentais para suas famílias, principalmente entre as mais carentes.

Entretanto, as divergências eram muitas e precisavam ser resolvidas antes de iniciar as obras. A questão que mais provocou discussões foi a de como adaptar um projeto padrão a uma região composta por famílias com diferentes expectativas.

Os moradores queriam a casa, mas não estavam dispostos a pagar tanto tempo por ela, principalmente porque não sabiam se teriam condições financeiras para assumir tal responsabilidade.

Então, por um lado, estava a Prefeitura empenhada na realização de assembléias com os moradores para repasse de informação e resolução dos problemas de urgência e, por outro lado, estavam tanto os moradores, divididos, ansiosos por informações mais consistentes sobre o projeto, quanto as lideranças comunitárias que tentavam, com muito custo, articular entre as situações emergenciais de moradia de alguns e os interesses coletivos.

A dificuldade da Prefeitura centrou-se em como trabalhar com as pessoas envolvidas. Afinal de contas, toda uma logística deveria ser pensada, pois o projeto aconteceria no local de atual moradia dessas pessoas, influenciando diretamente sobre o cotidiano delas. Terrenos seriam desapropriados, casas seriam demolidas e as famílias deveriam ser transferidas para um local provisório.

O projeto teve três ações integradas: obras de infra-estrutura, regularização fundiária e desenvolvimento comunitário. Para realização das assembléias e início das obras, como já dito, a região foi dividida em 5 setores. Várias assembléias entre Prefeitura, Comissão de Habitação e moradores foram realizadas, durante o ano de 2000, para esclarecimento dos moradores. O cadastro sócio-econômico e as assinaturas dos termos de adesão terminaram em final de 2000 e o processo foi avaliado pela Prefeitura como satisfatório, pois o projeto teve boa receptividade. Foi aceito com 89% dos termos assinados e as obras físicas se iniciaram em 2001.

Quando as obras se iniciam num setor, as famílias são removidas para os alojamentos provisórios, as casas velhas são demolidas e no lugar são feitas as ruas e as casas novas. Assim que estas ficam prontas, as famílias retornam para as casas e as obras iniciam-se em outro setor. Existe a possibilidade de negociação quando um morador prefere residir em outro local dentro da região. A Prefeitura se encarrega de viabilizar a mudança dos moradores.

#### **4.4 Termo de adesão: “assinei, mas não sei o que significa...”**

Para que a Prefeitura recebesse a sinalização dos recursos a fim de dar início ao projeto propriamente dito deveria repassar para a Caixa Econômica Federal cópia dos termos de adesão assinados por cada morador integrante do projeto. Para ser passível de aprovação o programa deveria atingir 80% de pareceres favoráveis.

Assim, enquanto realizavam as reuniões com os moradores para esclarecimento do projeto também realizavam o cadastro sócio-econômico e a assinatura dos termos de adesão. O cadastro e os termos de adesão estavam sendo feitos sem que os moradores tivessem aprovado o projeto em assembléia, sendo que a assinatura do documento implicava em aceitar o projeto de habitação nas condições colocadas pela Prefeitura.

Segundo a leitura das atas, a nova Comissão de Habitação e os novos líderes comunitários avaliaram o processo de assinatura dos termos de adesão como não-ético, primeiro, porque os agentes de saúde que estavam colhendo as assinaturas não tinham preparo e informações suficientes para desempenhar tal tarefa e esclarecer os moradores a respeito do projeto de habitação. Os agentes de saúde também residiam na região e isso transmitia certa confiança aos moradores incentivando-os a assinar o termo.

Segundo, porque os moradores que não assinaram o termo de adesão nesta primeira etapa foram chamados individualmente ao escritório regional da Prefeitura, desrespeitando novamente a decisão coletiva dos moradores de realizar primeiro todos os esclarecimentos para que, depois, todos decidissem sobre a assinatura ou não do documento.

Dessa forma, durante a realização do cadastro sócio-econômico ou nos encontros individuais, os moradores assinaram os termos de adesão. No entanto, os relatos coletados em campo através das entrevistas esclarecem que muitos assinaram sem ter lido seu conteúdo e sem terem informações suficientes sobre o projeto, confiando nas ações da Prefeitura. As atas trazem as dúvidas dos moradores que já haviam assinado e estavam participando das reuniões com a Comissão de Habitação para que a mesma os esclarecesse sobre o significado do documento assinado.

Houve a tentativa por parte da comissão de interromper a assinatura dos termos de adesão, pois o combinado com a Prefeitura era de primeiramente realizar apenas o cadastro sócio-econômico. Essa interrupção do processo de assinatura dos

termos de adesão foi tentada através da realização de um abaixo-assinado exigindo mais tempo para o esclarecimento e discussão com os moradores. A Comissão também reivindicou que o termo de adesão fosse feito por pessoas que não residissem ou tivessem função profissional dentro da região. No entanto, a iniciativa não foi reconhecida pela Prefeitura como uma ação de representação dos interesses coletivos dos moradores, visto que os mesmos estavam assinando os documentos de adesão.

O fato é que hoje muitos moradores ainda desconhecem diversos pontos do projeto, mas, à época, a adesão ao Programa de Habitação foi de 98%, o que possibilitou a Prefeitura firmar com a União o contrato de repasse financeiro do programa HBB no dia 30 de junho de 2000.

Tanto o processo de esclarecimento dos moradores através das assembléias, quanto o cadastro sócio-econômico e a assinatura dos termos de adesão terminaram no final do ano de 2000. Entretanto, a Comissão de Habitação somente ficou sabendo do montante das assinaturas dos termos em janeiro de 2001, tentando ainda negociar com a Prefeitura sua validade, mas sem bons resultados.

#### **4.5 Em relação aos questionamentos dos moradores**

Como dito anteriormente, as atas transparecem que a Prefeitura realizou assembléias com os moradores a fim de prestar-lhes esclarecimentos sobre o projeto de habitação, respondendo aos seus questionamentos. Percebeu-se que a intenção era de esclarecer, informar esperando como resposta o consentimento dos moradores ao projeto e não de abrir para a possibilidade de participação.

Algumas assembléias eram bastante tensas e muitas perguntas ainda não tinham respostas por parte dos técnicos que ficavam de pensar, avaliar e responder em outra ocasião. Como foi o caso da ausência de garagem no projeto, pergunta que só teve resposta algum tempo depois do início das assembléias, mas não trouxe a solução esperada pelos moradores, ou seja, as garagens não foram construídas. Notamos que apenas nas casas próximas à via-expressa houve espaço no terreno para o morador construir sua garagem, como mostra a foto a seguir. Com exceção da foto nº 1, todas as outras fotos mostradas neste trabalho foram realizadas por nós.



Foto 2: garagens feitas pelos moradores.

Data: 07 de janeiro de 2007.

Sempre que as perguntas eram mais específicas de alguma família, a orientação dos técnicos da Prefeitura é de que seus membros procurassem o atendimento individual no escritório da Prefeitura.

A maior preocupação dos moradores, identificada nas atas e descrita muitas vezes como angústia, era em relação ao pagamento do imóvel e a situação do terreno. Na avaliação dos moradores a casa nova e o terreno ficaram muito caros enquanto suas casas antigas foram indenizadas com valor baixo. Os moradores também discutiam o fato de terem adquirido o direito de usucapião sobre o terreno, mas este direito somente foi reconhecido pela Prefeitura em casos específicos. A transcrição do depoimento de um morador em ata, também líder comunitário, é importante para perceber um pouco da resistência dos moradores ao projeto e a vontade de discuti-lo em conjunto com a Prefeitura. Como consta na ata,

[...] Lembrou a todos que para formar esta comunidade sofreu muito, desde há 10 ou mais anos. Morando em lona, barraca, enfrentando a polícia. Este tempo que moramos aqui nos dá o direito de dizer que a casa é nossa e também é nossa a terra. Não estamos avançando nas duas reuniões que fizemos. Perguntamos e as respostas são as mesmas. Temos que saber o que vai acontecer depois das reuniões com a comunidade. De que forma podemos encaminhar sugestões para rever esse projeto? Como resolver os problemas de maneira conjunta com a Prefeitura? Precisamos discutir o projeto que está sendo apresentado. (Morador e líder comunitário).

Como resposta ao questionamento, os técnicos da Prefeitura disseram que as reuniões estavam sendo realizadas para saber o que as pessoas pensavam sobre o projeto e esclareceram que nas 2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> feiras, no prédio comunitário da Chico Mendes, teriam pessoas da Prefeitura para esclarecer os moradores sobre dúvidas pontuais. É importante ressaltar que o objetivo era de sempre “esclarecer”, nunca de “receber contribuições” ou abrir espaço para a participação dos moradores, o que pressupõem a falta de preparo técnico dos responsáveis pelo projeto para lidar com processos que envolvessem participação popular.

Em outro momento, este mesmo morador fala em assembléia sobre a necessidade das pessoas manterem-se unidas em relação ao projeto e pensarem no coletivo. “Estamos pensando no coletivo e não em questões particulares e sabendo que temos nossos direitos e não somos miseráveis como os ricos e o poder público pensam”.

É preciso explicar que os moradores não eram contra o projeto de habitação. Eles entendiam as melhorias que o projeto traria para a região, assim como a necessidade de muitas famílias em relação a uma moradia digna. Entendiam que um projeto habitacional desse porte traria mudanças bastante significativas para a região, principalmente em relação à estética do bairro, infra-estrutura e melhor acesso aos serviços públicos, resultando em qualidade de vida. O que foi questionado nas assembléias é a forma como o projeto foi colocado. Foi um projeto que veio pronto, é rígido, não foi totalmente discutido com os moradores, o que os deixou sem escolha. A regra é que somente as casas de alvenaria em bom estado não entrariam no projeto. Em alguns locais, mesmo a casa sendo boa teve de ser demolida para passar uma rua.

Segundo opinião de outro morador na assembléia, “o projeto não está sendo feito de acordo com o pensamento das comunidades e a Prefeitura está fazendo como ela bem entende”. Em outro momento aparece na ata a afirmação de que as pessoas querem melhorias, mas não do jeito que está sendo proposto. Querem construir uma casa que tenha o jeito delas e estão indignadas com o fato de terem que pagar pelas casas por tanto tempo. “A comunidade tem o direito de escolher, se for aprovado pela comunidade teremos que pagar o preço juntos”. (Morador).

Na fala a seguir pode-se perceber o drama de uma família quando avisada que teria que se mudar e o desconhecimento sobre o projeto de habitação. Esta fala da entrevistada não pressupõe que isso tenha acontecido com todos, mas aconteceu com algumas famílias e provocou uma repercussão negativa e insegurança dos moradores em relação ao que foi proposto.

Foi assim, por que daí a gente morava na Chico Mendes naquela época aí eu até levei uma surpresa, porque a gente não sabia que lá na minha casa onde eu morava ia sair uma rua, que na verdade nem saiu nada. Que eles também só iludiram nós daquela vez. Porque foi assim, eu trabalhava no mesmo serviço que eu trabalho hoje, daí quando cheguei em casa do serviço eles chegaram lá [os técnicos da Prefeitura]. Daí falaram assim para nós: Ah! Tem um projeto que essa casa vai ter que sair! Essa casa vai ter que sair e vocês têm o prazo de dois dias, um dia para se mudar. Aí foi uma coisa que pegou todo mundo de surpresa mesmo né, eu não conhecia o projeto deles, não sabia que ia sair essas coisas. Aí nós fomos morar no prédio lá da Chico Mendes [abrigo provisório]. Daí nós se mudamos, eu chorei tanto por que acho que não fazia nem um ano que nós tinha construído a nossa casinha lá quando foi derrubada de novo. E a nossa casa era grande e eles avaliaram muito pouco naquela época, mas fazer o que né, já foi avaliada! (Rosa).

Para melhor apresentação das discussões surgidas nas assembléias, segue o quadro 8, onde são apresentadas as dúvidas, questionamentos e algumas sugestões dos moradores ao projeto, assim como a resposta que obtiveram da Prefeitura.

Quadro 8 – Dúvidas, questionamentos e sugestões dos moradores e respostas da PMF.

<b>Dúvidas, questionamentos e sugestões dos moradores. *</b>	<b>Respostas da Prefeitura</b>
Quanto ao valor da prestação mensal do imóvel e as condições de pagamento.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• De R\$ 40,00 a R\$ 60,00 sem subsídios;</li> <li>• A prestação pode comprometer até 30% da renda familiar;</li> <li>• A dívida deverá ser quitada no prazo de 5 a 25 anos;</li> <li>• O valor será reajustado com taxa de 3% ao ano;</li> <li>• Em caso de desemprego, o pagamento das prestações fica suspenso por 6 meses;</li> <li>• O pagamento da casa reza que quem ganha mais paga mais e quem ganha menos paga menos, sendo todos os casos analisados pela Prefeitura;</li> <li>• O valor pago das prestações dos imóveis vai para o Fundo Municipal de Integração Social (FMIS), destinado ao assentamento de famílias de baixa renda e sua</li> </ul>

\* Há questionamentos elaborados pela autora, a partir do que está registrado em ata, e outros são falas de moradores retirados das atas. Estas últimas se encontram entre aspas.

	<p>integração à sociedade. É deste fundo que sairá o subsídio às famílias que não podem pagar pelo imóvel.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• As famílias que não tem renda fixa podem solicitar subsídio. Neste caso o valor mensal fica em torno de R\$ 15,00 a R\$ 20,00.</li> </ul>
Quando se começa a pagar a casa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A partir do momento em que estiver morando na casa.</li> </ul>
Quem tem direito a subsídio?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tem direito ao subsídio as famílias que não tem renda fixa;</li> <li>• Famílias com problema de saúde também podem receber subsídio;</li> <li>• Para quem tiver subsídio, as prestações mensais podem ficar em torno de R\$ 15,00;</li> </ul>
E quanto às famílias que não podem pagar pela casa?	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Nada está previsto, terá a casa nova com permissão de uso, mas um dia terá que resolver a situação;</li> <li>• Recebe uma permissão para morar na casa da Prefeitura;</li> <li>• Se não puder pagar, a casa é da Prefeitura e não poderá ser vendida pelo morador;</li> <li>• Se não puder pagar, não perderá o direito de morar, mas não será dono da casa;</li> <li>• As famílias sem condições de pagar serão avaliadas pela Prefeitura que pode abater em até 50% o valor do imóvel. O valor subsidiado é pago pelo FMIS;</li> </ul>
Quanto às reclamações de pessoas que tinham o terreno grande.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Só assim se poderão fazer mais casas para atender a todos;</li> <li>• As desapropriações foram realizadas visando o interesse comum.</li> <li>• O tamanho dos terrenos foi igualado e as casas são de tamanho padrão;</li> </ul>



<p>O terreno era da COHAB e foi negociado com a Prefeitura. Os moradores pedem que o terreno seja doado, pois acham o valor do terreno e da casa muito caro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Prefeitura diz que é proibido doar às pessoas bens públicos, tem que cobrar mesmo que seja uma quantia baixa. O que pode ser feito é facilitar as formas de pagamento para atender às necessidades das pessoas;</li> </ul>
<p>“Se o terreno não é nosso, porque temos que pagar IPTU?”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Muitos ficarão isentos do IPTU devido ao tamanho da propriedade e da renda familiar;</li> <li>• A Prefeitura assumiu o compromisso de isentar o pagamento do IPTU das casas cadastradas da COHAB.</li> </ul>
<p>“Tamanho da casa é muito pequeno, uma é coladinha na outra, não tem quintal para as crianças brincarem, não tem espaço para secar a roupa.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tamanho da casa era de 32m<sup>2</sup>, mas a Prefeitura julgou que deveria aumentar para 42m<sup>2</sup>;</li> <li>• A casa prevê sala, cozinha e banheiro embaixo e dois quartos no primeiro pavimento.</li> <li>• As famílias numerosas podem conseguir subsídio de até 50% do valor da casa, podendo aumentar um andar e fazer mais dois quartos;</li> <li>• As casas podem ser ampliadas verticalmente, fazendo mais um pavimento, fica a cargo dos moradores;</li> <li>• O objetivo da Prefeitura é abrigar o maior número possível de pessoas. As casas são coladas (germinadas) e tem dois pavimentos;</li> </ul>
<p>“Onde vou colocar meus filhos? Somos eu, meu esposo, 3 meninas e 5 meninos? A casa é muito pequena?”</p> <p>“Tenho 18 peças (sic) em minha casa que é de 12m x 12m, vou ter que ir para uma casa de 4 peças?”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• É o caso do bem coletivo e do bem individual;</li> <li>• Insisto que o tamanho das casas é para atender o maior número possível de famílias.</li> </ul>
<p>“No projeto não há garagem e muitos moradores possuem carro. Não temos direito de possuir um automóvel?”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O projeto pretende abrigar o maior número de pessoas e não de carros;</li> <li>• Não se pensou nisso inicialmente, mas</li> </ul>

<p>A casa não tem garagem e não tem espaço suficiente para fazê-la.</p>	<p>como muitos estão levantando a questão, esta deverá ser estudada pela Prefeitura.</p>
<p>“Sobre as pessoas que não querem perder o quintal que é grande e vão entrar na justiça para requerer o direito de usucapião.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quem quiser entrar na justiça pode entrar, mas a Prefeitura acha que está amparada, pois está fazendo a distribuição do terreno da forma mais justa possível.</li> </ul>
<p>“Se a família não quiser sair da casa a Prefeitura vai colocar a máquina em cima da gente? A Dona Ângela (a prefeita) deveria vir aqui pra conversar com a gente.”</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ninguém vai passar com o trator em cima da casa dela. Passaremos o convite para Dona Ângela para ela vir aqui.</li> </ul>
<p>Os catadores de papelão não têm onde colocar o papel coletado durante o tempo de permanência nos abrigos provisórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Prefeitura está estudando a proposta de alugar um imóvel para que essas pessoas possam guardar o papel.</li> <li>• No projeto de habitação consta a construção de galpões de renda que irão ser usados pelos moradores.</li> </ul>
<p>A abertura da Avenida Joaquim Nabuco, a comunidade não concorda que passe uma via dessa proporção dentro do Bairro.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O plano diretor já previa as vias que passam na comunidade. Devido ao questionamento, já diminuimos a largura da avenida, mas ela vai ter que permanecer.</li> </ul>
<p>O alargamento da rua pode trazer acidente, atropelamento das crianças.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O interesse de todos (a cidade) é maior que o interesse de uns (Região Chico Mendes). Os municípios vizinhos, São José, Palhoça, Biguaçu dependem da abertura dessa via.</li> </ul>
<p>Comissão de Habitação solicita a não cobrança de água, luz e aluguel durante a permanência das famílias nos alojamentos provisórios.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Foi aceito.</li> </ul>
<p>Solicitação à Prefeitura para que a construtora priorize a mão-de-obra da região.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitação foi aceita.</li> </ul>
<p>Casas diferenciadas para idosos, deficientes físicos e famílias numerosas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Solicitação aceita parcialmente, o cadastro sócio-econômico mostrou a necessidade de adaptar a casa para idosos e deficientes físicos, nas quais teria um</li> </ul>

	<p>quarto no piso térreo. As famílias numerosas poderiam expandir a casa construindo mais um pavimento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Surgiu a casa maior, com 63m<sup>2</sup> destinada as famílias numerosas, esta com dois pavimentos.</li> </ul>
<p>Sugeriram que o proprietário construísse sua própria casa com material financiado pela Prefeitura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi aceito.</li> </ul>
<p>A Comissão de Habitação, assessorada pelo Depto. de Arquitetura da UFSC através do Prof. Lino, realizou reuniões com todas as associações do Bairro Monte Cristo juntamente com a Aflov e a Escola Básica Estadual América Dutra Machado e apresentou à Prefeitura um projeto de área de lazer para o Bairro Monte Cristo. A idéia era de uma praça pública que vinculasse a preservação do meio ambiente com um espaço de prática de esporte e lazer para os moradores.</p> <p>O terreno destinado ao projeto fica localizado entre a região Chico Mendes e o BIG. É uma área privada cujo projeto incluía a compra do terreno pela Prefeitura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não foi aceito.</li> </ul>

Nesse processo de discussão sobre o projeto de habitação entre moradores e Prefeitura, percebem-se as dificuldades e os desafios surgidos entre os moradores quando precisavam tomar decisões conjuntamente. Além das dificuldades dos técnicos da PMF em esclarecer a população e ainda mais em permitir uma discussão democrática, também houve entre os moradores, particularmente entre os líderes comunitários e os demais moradores, um confronto constante entre os interesses coletivos e individuais.

A dinâmica entre interesses coletivos e individuais é, como sugere Magalhães (2006), propulsora da vida política, onde abre-se um espaço para a convivência e a discussão sobre interesses de membros de um mesmo grupo.

Sob esse ponto de vista, o conflito é percebido como parte importante do diálogo entre os moradores na tomada de decisões coletivas. Entretanto a ausência de experiências de participação por parte dos moradores, juntamente com a ausência de experiência dos técnicos da Prefeitura para lidar com processos participativos não possibilitaram a construção de um espaço de diálogo democrático voltado aos interesses coletivos. O pouco tempo para decisão também não permitiu uma discussão maior entre os moradores que possibilitasse dialogar sobre seus diferentes interesses.

Segundo Juliana Magalhães (2006), frente a impossibilidade de existir um consenso e deste ser a única forma admitida de solução de problemas e ainda sob a ressalva de que nenhuma pessoa abrirá mão de se ver como indivíduo, o melhor caminho seria o reconhecimento da legitimidade das diferenças existentes entre os indivíduos que, por circunstância e/ou por escolha, estão interligados e decidem se reunir a fim de agir em comum para alcançar objetivos coletivos.

Chantal Mouffe (1993) considera o político como “uma contraditória combinação de princípios irreconciliáveis” e, dessa forma, sugere que o político deve ser pensado como um espaço onde conflitos e antagonismos buscam realizar-se e a consequência é a impossibilidade de consenso, mas abre espaço para o diálogo entre os diferentes, para a participação coletiva. Dessa forma, a postura da PMF em esclarecer todas as dúvidas dos moradores esperando, como resposta, o consentimento em relação ao projeto foi equivocada, se pensarmos em participação democrática.

#### **4.6 O projeto de habitação na avaliação das moradoras**

A principal crítica das moradoras e das lideranças ao projeto de habitação é em relação à forma padronizada do atual sistema de moradia popular que não considera as particularidades das famílias e tão pouco o significado dos espaços para as práticas cotidianas.

A questão não se reduz ao fato das casas serem iguais passando a idéia de que são iguais também os moradores, porque as diferenças e as individualidades afloram no interior de cada moradia. Mas a crítica abrange a questão da restrição do espaço, tanto do terreno que não tem lugar para o quintal, para estender a roupa, para as crianças brincarem em segurança ou para a garagem do carro, quanto pela casa que deveria dar opções de ampliação, porém apresenta uma estrutura limitada.

Não tem espaço pra nada [...]. Eu não tenho espaço nenhum [...] não tem quintal. E pra cima não tem como fazê mais, porque do jeito que eles fizeram tá rachando, né, porque a fundação que eles disseram que iam fazê eles só fizeram uma valetinha dessa alturinha e daí botaram um pouquinho de cimento e já começaram a montá as casas. Não é que nem antigamente que eles faziam aquelas sapatatas que eles diziam que é bem reforçada. (Íris).

Olha, ele [o projeto] trouxe assim uns pontos positivos principalmente em termos de comunidade porque na época ela tava assim, com suas barraquinhas aqui, barraquinhas ali, trouxe uma visão melhor pra comunidade. A comunidade teve mais abertura, ficou mais ampla e se abriu mais. Agora, alguns pontos negativos pra mim, essa questão, não é só aqui é em termos de Brasil, do sistema de moradia. O sistema de moradia que não dá o direito de uma família, de um pobre crescer, você entra ali e fica ali, não tem jeito de você expandi pra cá ou pra lá. Porque eu estive em 2001 no Espírito Santo, o projeto lá foi implantado lá, mas com discussão ampla com a comunidade e a comunidade impôs lá como ela queria e aqui não teve isso, aqui nós engolimos de goela abaixo. (Lírio - homem).

Nesta última fala percebe-se como fator positivo a mudança na estética da região trazida pelo projeto de habitação. O mesmo modificou o espaço abrindo ruas, fazendo as casas uma do lado da outra, dando ao bairro um aspecto de organização. A estética do lugar, das casas e suas formas podem ser vistas na foto abaixo.



Foto 3: as casas vistas da via-expressa.

Data: 07 de janeiro de 2007.

Entretanto a fala reafirma a forma impositiva de como o projeto foi implantado na região e o fato das moradias populares serem muito limitadas, impedindo mudanças futuras.

Alicia Castells (2001, p. 13), ao estudar sobre a construção social do espaço, no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Santa Catarina, utiliza-se da abordagem interdisciplinar da noção de espaço percebendo os aportes das Ciências Humanas e da Arquitetura e Urbanismo no entendimento do termo. Apresenta que a noção do espaço trazida pela Arquitetura e Urbanismo é a do espaço como “meio e fim” e que a transformação deste constitui-se num saber de caráter ativo. Esta abordagem é diferente da noção das Ciências Humanas, as quais “têm a noção de espaço como suporte de análise das relações sociais”, não considerando a possibilidade da ação sobre o mesmo, sendo o saber sobre o espaço de natureza passiva.

Na abordagem interdisciplinar, a autora considera o espaço como um indicador fundamental para a identificação e compreensão das práticas sociais do cotidiano e considera que a constatação de diferentes percepções sobre o espaço permite melhor entender essas práticas.

Roberto DaMatta (1985, p. 28) refere-se ao espaço como esferas de significação social. O autor percebe o espaço e o tempo como invenções sociais quando diz que “tempo e espaço constroem e, ao mesmo tempo, são construídos pela sociedade dos homens”.

A partir desta leitura é possível perceber uma diferença de valores entre os de quem realizou o projeto de habitação e o que estava sendo esperado ou solicitado pelos moradores. A lógica de pensamento dos técnicos que fizeram o projeto não abarcou a idéia de espaço como uma construção social e um sistema de valores, permeado pelas relações históricas dos moradores, inclusive pela trajetória de ocupação.

Tais diferenciações nas formas de pensamento sobre o espaço podem servir de explicação para a lógica utilizada pela Prefeitura na construção do projeto de habitação. Os técnicos tinham como meta reestruturar a região a fim de abrigar o maior número possível de famílias num determinado espaço, considerando que tal medida atentava para os princípios de igualdade e de justiça social; todas as famílias teriam seu espaço independente das condições de tamanho, significado, formas de ocupação ou valor.

Já os moradores, segundo sua lógica de construção do espaço a partir de seu cotidiano e de suas significações, estavam preocupados com a área do quintal onde as crianças poderiam brincar com segurança enquanto a mãe realiza as tarefas domésticas.

Com o lugar para estender as roupas no varal. Com o espaço da cozinha, que sendo a peça mais importante e utilizada da casa mereceria um tamanho maior. Ou ainda com o espaço para guardar o carro, objeto de desejo de muitas famílias.

Os primeiros priorizaram a quantidade de pessoas que poderiam ser alocadas num determinado terreno e os segundos a qualidade de seu habitat e a continuidade de suas práticas sociais, suas relações de vizinhança, incluindo seus hábitos, costumes e modo de vida. No caso destes últimos, é compreensível a resistência frente ao projeto de habitação, pois este veio como uma ameaça de destruição de seu espaço. Acreditavam que muitas melhorias seriam possíveis sem que fosse necessário colocar “tudo abaixo”.

A construção das casas, uma colada à outra, também descontentou as moradoras pela falta de privacidade familiar.

[...] morava num cubículo, numa casa de madeira caindo os pedaços, mas cada um tinha seu cantinho, seu pátio, seu cachorro, suas cordas do varal e podiam se acordá, que agora a gente se acorda e o vizinho tá na casa da gente, que a porta é aqui, não tem como, não tem privacidade e eles acham que isso aí pra nós já é bom demais né, eu disse pra eles: Eu não mandei vocês desmanchá casa nenhuma, eu tava tão bem no meu barraco, agora tem que pagá, que é obrigado a pagá. (Orquídea).

A ausência de um espaço para a família guardar seu carro foi motivo de reclamação tanto entre os que o possuem quanto entre os que não o possuem, mas que esperam um dia poder comprar.

Na casa é o espaço só no quintal que deveria ser maior. Porque assim a gente vai ter um carro e não vai ter lugar para guardar, por que o pobre também um dia pode ter carro. Ainda um dia nós fizemos uma reunião e teve os caras lá da Prefeitura, daí eu comentei sobre isso na reunião daí o cara bem assim: - E quem disse que vocês precisam de carro? Ele foi bem grosso, é um cara lá da secretaria de não sei o quê. [...] meu Deus ..... eu falei horrores pra aquele homem. Eu disse para ele: - Tu acha que só por que vocês têm condições, porque acha que a gente nunca um dia vai ter alguma coisa na vida? É claro, tu trabalha para quê? Trabalha para conseguir alguma coisa na tua vida! [...] será que o pobre não tem direito de um dia ... né, a gente é um cidadão brasileiro, todo mundo tem que ter as coisas pelo menos e é o que a gente faz, só que não tem espaço, não tem espaço mesmo! Mas é a única coisa, o restante para mim está ótimo. (Rosa).

A resposta dos técnicos da Prefeitura aos moradores que reclamam pela garagem reproduz a idéia da pobreza em termos de carência, da negação, desconsidera-se totalmente a possibilidade de ascensão social entre as pessoas em situação de pobreza. De início, não constava no projeto espaço para tal objeto, não sendo considerada sua possível existência.

Sarti (2003) em seu livro *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*, dentre outras análises expõe a visão dos pobres nas ciências sociais brasileiras. Estas ciências, ao denunciarem o sistema, elidiram o sujeito, pois falou-se mais da pobreza do que do pobre.

A partir dos anos 60 prevaleceu nas ciências sociais a perspectiva de definir os pobres por uma negatividade, como o avesso do que deveriam ser. Tal tendência é criticada por Sarti (2003), pois essa perspectiva do “dever ser” marcou significativamente a literatura sociológica. “Com uma ênfase ora econômica, ora política, definiu-se a condição social dos pobres a partir da exploração do trabalho pelo capital e, mais recentemente, pela ausência de reconhecimento de seus direitos de cidadania”. (SARTI, 2003, pág. 36). A autora dá continuidade ao seu argumento dizendo que o resultado dessa perspectiva resulta na desatenção sobre a vida social e simbólica dos pobres.

Essa restrição de espaço restringe também as possibilidades do “pobre crescer”, de “melhorar de vida”, como ouvimos nas entrevistas, pois impõe limitações a multiplicidades de funções que a casa deve cumprir. Uma casa com espaço reduzido nem sempre permite o desenvolvimento de atividades femininas ou masculinas responsáveis pela complementação da renda familiar, a exemplo das mulheres que costumam cozinhar, lavar roupa pra fora, costurar, dentre outros, aumentando assim a renda familiar.

A tendência exposta por Sarti (2003) também aparece no despreparo dos profissionais que atuam no projeto de habitação e dos órgãos públicos em geral. O diálogo entre as mulheres e esses órgãos é sempre conflituoso e são tratadas como se fossem desprovidas de tudo. No caso da conta de luz pode-se perceber isso:

Eu tive conversando com as pessoas e tá vindo um absurdo de luz, um absurdo e sabe o que o pessoal da CELESC disse? Ele disse que isso aí é porque eram pobre numa casinha que não tinha chuveiro, não tinha luz, agora eles não tão acostumado. Que nós não temo acostumado com chuveiro, então a gente abre o chuveiro e fica 2, 3 horas no chuveiro. Liga a luz, sai e até viaja e as luz fica acesa, então eles não tão acostumado. Claro, nós era bicho né, nós não vivia, então por isso que tá dando gasto, ele disse isso e não mandou dizê, eu tava na reunião. (Orquídea).

Esta não foi a única reclamação em relação aos altos valores da conta de luz. Muitas mulheres se espantaram com o valor de suas contas. Algumas até afirmaram que já estão devendo mais de R\$ 2 mil de contas atrasadas. Problemas na instalação elétrica



das casas também são recorrentes. A forma de como são desrespeitadas pelos técnicos quando os procuram para tentar resolver os problemas aparece na fala abaixo.

Primeiro fui aqui no prédio da Chico Mendes no pessoal que fez a instalação aqui das casinhas. Aí veio electricista que fez a instalação nas casas e disse que não tinha nada. Viu aqui, viu ali, puxou fio de lá e puxou o fio de cá e não tinha nada. Não tinha nada, mas é aquele modo de dizer. Abriu o bocal, que as emendas toda do fio fica no bocal em cima do fogão que é a cozinha minha lá em cima. Ali cortava fio e emendava fio, tá mas o que que tem? - Não tem nada. Se não tem nada porque que tás cortando fio e emendando fio? Tirava os bocal da tomada cortava fio e emendava fio. Tá, não tinha nada! A solução para mim que eles davam é de que não tinha nada. Fui na CELESC, lá vinha o electricista, vinha aqui, olhava aqui e olhava lá, subia lá no poste, trocava fio azul por fio preto, trocava fio preto por fio... e enfim nada resolvido. Aí iam para fazer um laudo para ver o que é que dava e não tinha nada. A senhora pode trabalhar normal que não tem nada. Eu ia lá no Koerich e comprava uma batedeira nova, chegava, era botá na tomada e ligar que torrava na hora. Eu ia pro centro e ia na CELESC. E a luz era a mesma coisa, eu podia desligar tudo dentro de casa que o relógio trabalhava sozinho. Podia desligar a geladeira, freezer, televisão, chuveiro desligado e o relógio continuava caminhando, correndo. E, pra eles, não tinha nada! (Hortênsia).

Outra crítica levantada ao projeto foi a falta de atenção, orientação e acompanhamento às famílias. O projeto possuía um valor inicial de R\$ 348.312,00 para custos com atividades de participação comunitária e desenvolvimento social, no qual estavam incluídos custos com acompanhamento familiar. Todavia esse acompanhamento não aconteceu conforme previsto<sup>37</sup> e o projeto de habitação se restringiu à execução das obras físicas.

Então essa questão humana mesmo, de acompanhar a família, de acompanhar a pessoa, de dar essa orientação, até a parte educativa, tudo....tudo a gente assim que foi uma falha muito grande, ficou a desejar porque de fato não teve. O pessoal simplesmente era tirado, colocado, trazido, essa questão assim. A pessoa mesmo ficou em segundo plano, em primeiro ficou a questão da construção, a visibilidade, a obra e a pessoa não e o projeto previa isso, só que na prática não aconteceu. (Azaléia).

Essa fala também chama a atenção para a visibilidade das obras físicas e sua importância em épocas de eleição.

---

<sup>37</sup> Sem pessoal suficiente para realizar o trabalho social, a PMF abriu licitação para contratação de uma empresa de assessoria que desenvolvesse as atividades. Entretanto, a primeira empresa contratada, por diversas deficiências, não respondeu às necessidades do projeto não levando adiante o trabalho. Uma segunda empresa foi contratada e as atividades da assessoria de participação comunitária e desenvolvimento social foram retomadas no segundo semestre de 2006, quando boa parte do projeto de habitação já tinha sido realizado, ficando as pessoas sem acompanhamento.

Mas, apesar das críticas comentadas, alguns aspectos do projeto de habitação também foram avaliados positivamente nas entrevistas.

Mudou muita coisa. Do tipo que era a nossa comunidade da Chico Mendes, era favela... era favela, era só casebre, só barraquinho, uns cobertos com lona, escorados com madeira e com pedra na beirada da BR. Agora a gente vê hoje em dia que não é uma favela, é uma comunidade. (Violeta).

Não esperava isso não, achava que era uma coisa que não era coisa boa. Eu pensei que era só promessa e que era uma coisa que a gente vai entrar lá pra dentro e não vai aproveitá nada e foi bem o contrário. (Violeta).

O fato de ter um endereço fixo, de fazer uma compra e receber a entrega da loja na residência, de receber correspondência pelo correio, de ter policiamento<sup>38</sup>, de ter coleta de lixo foram os aspectos mais comentados.

O fato de ter endereço muda muito, porque antes me perguntavam: Ah! Onde a senhora mora? Eu moro na servidão tal, não tem número. Onde fica? Na favela Chico Mendes. E hoje em dia não, eu moro no Novo Horizonte, na Rua São José, número tal. E facilita muito pra fazer o crediário numa loja, a gente vir pra um lugar que a gente sabe onde mora, até para um parente que mora longe para ele saber onde a gente mora. (Violeta).

Então melhorou devido a isso [ao endereço], até pras pessoa vir na casa da gente né, porque onde a gente morava lá não é qualquer pessoa que gostava de entrá dentro lá, por exemplo, as minhas irmãs pra ir lá na minha casa era uma tristeza. (Margarida).

Antes não entrava correio, vinha tudo no mercado [Mercado Demétrio] e a gente tinha que ir lá buscar. Para você comprar um negócio, coisa numa loja que mandava trazer era uma tortura porque não achavam, que não tinha endereço fixo né, agora tem endereço tudo certinho. Mas isso aí mudou bastante e foi para melhor. E antes era beco, era só mais beco não tinha entrada pra viatura e não tinha nada, hoje não, hoje a viatura vem e cerca de qualquer lado. Então isso melhorou bastante e foi muito bom isso, foi ótimo. (Rosa).

A região também ganhou em relação às instituições coletivas com a construção dos centros comunitários, utilizados tanto para as reuniões dos moradores e espaço para cursos de profissionalização, como para o desenvolvimento de projetos de apoio sócio-educativo às crianças. Também foram construídos três galpões para geração de renda.

---

<sup>38</sup> A presença dos policiais no bairro foi colocada como um aspecto positivo no sentido de que é um serviço público que está a serviço dos moradores, acessível a eles, entretanto no decorrer das entrevistas muitas críticas surgiram aos policiais em relação a abuso de autoridade, invasão de casas, desrespeito, dentre outras, o que sugere que sua presença não necessariamente, ou nem sempre, traz segurança.

Um já está sendo utilizado pelos catadores de papelão e recicladores, os outros dois ainda estão fechados.

#### **4.7 Inadimplência**

A PMF possui três tipos de contratos de casas. Contratos referentes às casas quitadas; casas com permissão de uso e casas em condição de compra e venda. Até o momento<sup>39</sup> 251 contratos foram firmados com os moradores. Destes, 7 são contratos de casas que já foram quitadas e 118 são contratos de permissão de uso. Este caso se aplica às famílias que não podem pagar pelo imóvel. A cada ano uma nova avaliação deveria ser feita pela Prefeitura para verificar se a família continua sem condições de pagar. Entretanto, a instituição afirmou que não possui pessoal suficiente para realizar tais avaliações e que muitos contratos estão sem julgamento há mais de 2 anos.

Os outros 126 contratos são de compra e venda. Destes 16 são de famílias em fase de carência que deverão iniciar o pagamento a partir do mês de janeiro de 2007. E 96 são de famílias que estão inadimplentes. Apenas 14 famílias estão pagando regularmente pelo imóvel.

Durante as entrevistas, as moradoras colocaram de alguma forma as dificuldades da família, principalmente em relação à questão financeira, relacionando-as ao desemprego, aos custos com doenças na família, à dificuldade em ter alimentação suficiente dentro de casa, dificuldades em conseguir pagar as contas mensais, em particular a conta de luz e a prestação da casa. Assim, pode-se inferir que a renda ou a falta de renda influencia diretamente no pagamento da casa. Mas esta não é a única razão pelas quais as famílias não pagam as prestações em dia. Outras razões podem advir da relação de satisfação e insatisfação das moradoras em relação à casa.

Dentre as entrevistadas, somente duas mostraram-se muito satisfeitas e disseram manter as prestações em dia. Suas falas relatam as péssimas condições em que viviam em suas casas antigas. Para uma moradora a casa agora “é perfeita”. “A casa que eu tinha perto dessa aqui, essa aqui parece uma palácio. [...] Minha casa era de madeira, coberto com uma lona, chovia e não tinha assoalho, era terra coberto com carpete, sem divisórias” (Violeta).

---

<sup>39</sup> Dado referente a dezembro de 2006.

Da mesma forma, a segunda moradora fala de sua casa anterior com muita tristeza.

É complicado, as condições de moradia era ruim porque lá era de tábua, não era bem terminada. Então era muito frio no inverno, muito vento, meu banheiro ventilava melhor do que na rua. Então ia tomar um banho no inverno e era terrível, sofria [...] aquele banheiro era frio e gelado, a casa no verão era muito abafada, era ao contrário. (Calêndula)

As famílias que por algum motivo não queriam entrar no projeto, mas não tiveram escolha, culpam o projeto pelo fato de que agora precisam pagar um “aluguel”, referindo-se à prestação do imóvel. Na hora de sua implantação não foram ouvidas, não houve uma discussão democrática, mas agora as famílias precisam pagar pelas casas e parece que na visão dos moradores o pagamento é visto como injusto. A questão exposta é que se antes os moradores não tiveram escolhas, agora muito menos.

Não, agora nós gostemo de tudo, porque não adianta a gente dizê que não gosta porque não tem pra onde ir, tem que ficá com ela [casa]. Ou pagando ou sem pagando tem que ficá! Seria ideal se a gente tivesse condições que pudesse pagá e trazê ela certinha! Na casa, se fosse pra mudar era pra aumentá os quartos pra cima, mas não pode. Quando eu me mudei pra cá era 5 filhos pra um quarto. São dois quartos na casa, um pro casal e os 5 filho acumulado num quarto que só cabem duas camas de solteiro. Dormiu um colado no outro. (Hortênsia).

Não, o problema é assim, essas casinhas a gente tem que pagar tá, só que assim eu tava pagando, fulano pagando e beltrano pagando. De repente todo mundo parou de pagar. Todo mundo parou de pagar por quê? Eles disseram que se a gente continuasse pagando a casa tudo certinho quando a gente precisasse a gente tem o seguro dessa casa né, que atende e tal... O que aconteceu, tem coisas aqui ó, que nem ali na frente ... eles vieram e fizeram só essa minha casa ali, quebraram toda a estrada ali na frente, o portão não dá pra entrar porque tem um buraco ali no meio, a gente já chamou eles pra vim e eles não vem. Já chamei a construtora já faz um tempo por causa do meu telhado que chove e eles não vêm. Daí na hora de cobrar eles vêm na porta, mas na hora que a gente chama eles não vêm. (Begônia).

Ao quitar a dívida da casa, a família recebe a escritura do terreno e torna-se legítima proprietária. O não pagamento da mesma não implica em despejo da família pela Prefeitura, no entanto a casa permanece sendo da Prefeitura e qualquer mudança que a família queira realizar na casa deve passar pela avaliação do órgão público. Os moradores nem sempre atentam para esta regra, principalmente porque sabem que a Prefeitura não dá conta de fiscalizar todas as casas e são muitas as que já se encontram à venda, sem o conhecimento da instituição.

A Prefeitura possibilitou a essas pessoas o direito à moradia, mas não à propriedade. As regras colocadas pelo projeto de habitação em que as negociações de

compra, venda e aluguel da casa devem passar pelo consentimento da Prefeitura garantem a esta um controle sobre as pessoas, mas não agrada aos moradores que mantêm uma relação de dependência e se sentem desconfortáveis com a idéia de morarem em uma casa da qual não são donos.

Olha, eu pra ser bem sincera com você não sei nem o que de dizer, eu não tenho uma resposta fixa para te dar, para ser bem sincera. Porque assim, a gente também mora aqui porque não tem dinheiro para comprar uma casa e um terreno em outro lugar. Porque é obrigado a morar. Eu vender esta casa não posso, esta casa não é minha, é da Prefeitura né, eu sempre digo que eu moro aqui de favor por que eu não estou pagando, a casa não é minha, uma hora se o Dário [atual prefeito] quiser vir aqui despejar nós ele pode fazer, só que não é bem assim, mas é coisa que a gente pensa. Eles fizeram uma coisa para melhorar, eu sinceramente não vi nada de melhoras, eu não vi mesmo nada de melhoras. Mas teve pessoas que não tinham onde morar..... então essa casa foi ótimo. Mas eu acho que não mudou muita coisa. (Rosa).

As entrevistas com as assistentes sociais da Prefeitura sugeriram que havia uma expectativa de que o pagamento da casa resultasse em um apego e à atribuição de valor maior ao imóvel por parte dos moradores, fazendo com que diminuísse a rotatividade e mobilidade entre os habitantes. O estabelecimento de regras quanto ao aluguel e a venda da casa também se constitui numa forma de controle da população e de sua mobilidade. Assim, se a mobilidade diminuiu nessa região não foi devido ao apego a casa ou a questão de valor, mas sim porque os moradores se sentem amarrados ao projeto.

Ainda sobre mobilidade, dois equívocos devem ser ressaltados. Primeiro que é errôneo perceber que a mobilidade ou a migração aconteçam somente por aspectos negativos e que seja exclusivo das populações em situação de pobreza. A mobilidade é um processo habitual na sociedade brasileira, faz parte do ciclo de vida e, muitas vezes, muda-se por melhorias, por melhores condições de trabalho, de estudo, de saúde, de proximidade da família, enfim de maior qualidade de vida. Em Santa Catarina, com base no Censo de 2000 do IBGE, 1.590.344 pessoas já residiram fora do município de atual residência. Este número representa mais de 30% da população do Estado<sup>40</sup>. Florianópolis, por exemplo, recebe todos os anos centenas de estudantes que iniciam seus cursos universitários. Ao término de seus estudos, muitos optam por voltar a sua cidade de origem, outros não. Estes mesmos estudantes, agora já formados, podem optar por se locomoverem para outros locais com maiores oportunidades de trabalho e assim

---

<sup>40</sup> A população de Santa Catarina, segundo o Censo de 2000, chega a 4 milhões, 875 mil e 244 pessoas.

por diante. Da mesma forma, os moradores da Região Chico Mendes vieram para cá em busca de melhores condições de trabalho, de saúde ou para morarem mais próximos aos parentes e hoje as entrevistadas continuam afirmando que aqui tem mais oportunidades de trabalho e mais possibilidades de renda, principalmente para as mulheres. Entretanto, o problema da violência, das mortes, das ameaças e das drogas podem ser motivadores de novas mudanças para outros bairros, cidades ou Estados.

Segundo, chama-se a atenção para a lógica dos órgãos públicos em colocar os pobres circunscritos a um espaço onde possam ser controlados. O controle da mobilidade não pressupõe o controle da pobreza, do déficit habitacional e de outros problemas sociais. Não se pode fixar um indivíduo pobre achando que irá fixar a pobreza.

A fala da Rosa também revela que essa dependência que os moradores sentem em relação à Prefeitura é motivo de insegurança. Pois acreditam que um novo governo tenha autonomia para decidir se vai cumprir as promessas do anterior ou não e se, por acaso, não houver continuidade nos projetos dos governos, são os moradores que ficam com as maiores perdas. Mesmo os moradores que pagam só terão autonomia em relação à propriedade assim que quitarem sua dívida e receberem a escritura. Se a maioria não paga quem pode sair perdendo são os bons pagadores, pois se houver o perdão da dívida não terão como reaver o dinheiro investido.

Nota-se que as moradoras associam o projeto de habitação à então prefeita Ângela Amim. E o término do seu mandato pode pressupor o término dos projetos da PMF. Essa insegurança dos moradores não é totalmente infundada. A creche, por exemplo, que estava sendo construída no bairro foi interrompida com o final do governo Ângela Amim e os moradores, através de audiência pública, exigiram do novo prefeito, Dário Berger, o término da obra. A mesma foi finalizada em meados de 2006.

Voltando à entrevista da Rosa, outra questão surge: a do pagamento da casa. O prazo máximo para a quitação da dívida é de até 25 anos, sendo que muitos moradores possuem o valor dividido em prestações mensais ao longo de 20 anos. Sabe-se das dificuldades dos moradores para realizar o pagamento das prestações, entretanto o prazo de 25 anos é muito tempo para uma população em situação de pobreza que não tem projetos de futuro a longo prazo. Essa noção de futuro foi estudada por Oscar Lewis (1985) nas décadas de 50 e 60, no México, com 5 famílias pobres e resultou na publicação do livro: *Antropologia de la Pobreza*. O autor retrata muito bem as incertezas das famílias em relação ao futuro, ligadas não somente à questão financeira,

mas também à instabilidade das relações matrimoniais. Woortmann (1987) afirma que a continuidade não faz parte do modelo existencial do pobre e que a expectativa é de que haja descontinuidade das relações conjugais, o que de fato acontece.

Hoje as inseguranças são muitas, ligadas não somente às situações de separações conjugais, mas de problemas de saúde, envolvimento dos filhos com drogas que exigem da família uma mudança constante em seus projetos, planejando-os sempre a curto prazo. Isso aparece nas entrevistas quando se pergunta às mulheres sobre seus planos para os próximos anos. Muitas falaram sobre a vontade de saírem da região por medo que os filhos cresçam e se envolvam com drogas.

Do fundo do meu coração e eu adoro esse lugar. Mas só que tem dias que assim não dá, tem dias que a gente desanima, quando eu penso que vai melhorar aí pioreia tudo de vez por causa da situação aqui da comunidade. Veja bem, eu estou criando dois filhos, hoje eu governo eles e amanhã, depois? O que me preocupa é isso aí. Porque aqui nós estamos perto de tudo, a gente tem hospital, tem mercado, tem tudo perto, aqui não precisa... você vai no Kobrasol a pé, é perto. Só que tem dias que assim não dá mesmo, tem dias que dá vontade de abandonar tudo mesmo e sair fora. (Rosa).

Tô querendo sair porque os meus filhos aprendem muita coisa aqui [em relação às drogas], eles não podem brincá nem aqui no pátio. Porque tu vê que tá aquele bando aí fumando aí eu chego aqui pra dentro, eles jogam toda pita no meu pátio, entendeu? Então meus filhos ficam vendo, pegam e quando eu vejo, eles tão brincando com a pita aqui na porta né. Então eu tenho medo que eles vão se criando com isso e acabam ficando igual. (Camélia).

A entrevista com outra moradora também reforça a situação de dependência em relação à Prefeitura. A insatisfação entre as mulheres é compreensível, pois como sugere Woortmann (1987) a família é o domínio da mulher e a casa é peça fundamental no exercício de seu poder. Esta entrevista também chama a atenção para a presença de valores e práticas da política tradicional, como o clientelismo, presente de forma naturalizada no discurso durante a fase de implantação do projeto de habitação, e que agora revela-se como uma “enrascada” para os moradores.

Olha, eu gostei do projeto, mas a única coisa que eu não gostei foi que a Ângela Amim [prefeita de Florianópolis eleita em 1996 e reeleita em 2000] chegou e disse assim: - Todo cidadão tem direito a sua casa, todo mundo vai ganhá, vai ganhá a sua casa. Só que a gente não tá ganhando, a gente tá comprando a casa que, na real, se fosse todo cidadão ganhá a sua casa podia vendê e saí a hora que quisesse né, só que eu tô presa aqui porque eu não posso saí, não posso alugá, não posso vendê, entendeu? Então eu querendo ou não eu tenho que ficá aqui, que se eu saí eu tenho que devolvê a casa da Prefeitura e se eu vendê eles me acusam de estelionato porque diz que a casa não é minha e o dinheiro que eu paguei pra eles, isso é apenas um aluguel. [...] Eu fui conversá com o advogado da Prefeitura e ele me explicou o motivo

que eu não podia vendê a casa, e eu entendi ele. Só que poxa, eles falam muita coisa, mas não é eles que tão nessa enrascada, que eu acho que isso é uma enrascada que tu entrou e não pode mais saí, entendeu! Que se eu for alugar eu perco a casa que a pessoa que entrar não sai mais, e pode acabar sem me pagar e não vai querer sair. (Camélia).

A forma clientelista de como o projeto de habitação foi posto em prática pela Prefeitura não possibilitou o completo entendimento dos moradores sobre o mesmo, gerando diversos conflitos, inclusive não permitindo aos cidadãos a participação e o direito de escolha sobre a aquisição da casa ou não. Entretanto, sua aceitabilidade de 98% pressupõe que mesmo que não tivessem certezas sobre o futuro do projeto, depositaram confiança nas palavras dos políticos e na pessoa da prefeita, levando a sério o que consideraram ser uma promessa.

Tal fato é explicado no estudo de Leticia Ferreira (2005) sobre a noção de política e a construção do voto pautado na “promessa”, realizado em um assentamento rural composto por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, situado na cidade de Herval, Rio Grande do Sul. A autora entende que, “a promessa encarna o pedido, o favor e o compromisso” e que tanto o crédito na política como a desesperança relaciona-se com a confiança depositada nas palavras do político. O eleitor aposta mais na relação vis-à-vis com o político, no comprometimento personalizado, do que em programas partidários. Baseados nessa explicação é que entendemos porque em diversos momentos os moradores mandaram recados à prefeita Ângela Amim convidando-a para que viesse até a comunidade esclarecer as dúvidas dos moradores.

Assim, percebe-se que o projeto de habitação aconteceu permeado por relações entre eleitor e político, relações estas de confiança na promessa do político sobre os benefícios do projeto de habitação. Para Giovana Veloso (2006, p. 2), as trocas clientelistas caracterizam-se pelo apoio político do eleitor a um candidato garantindo assim o cumprimento da promessa de benefícios próprios, entretanto conforme Ferreira (2005), o não cumprimento da promessa põe em risco a continuidade do jogo, pois desfaz o compromisso. Em resumo a idéia, a partir das palavras de Veloso (2006, p. 3): “Se o sistema o engana porque não enganar o sistema de volta?” Ou seja, se a promessa de ganhar a casa fez parte de um discurso clientelista, onde as relações são as de “favor” e não as de “direito”, qual razão levaria o morador a manter o compromisso de pagar por ela?



#### 4.8 O significado da casa

As mulheres entrevistadas para esta pesquisa receberam a casa há aproximadamente 3 anos e se dizem satisfeitas em como a moradia se encontra no momento. No início, as moradoras que tinham residências maiores e se mudaram para as do projeto tiveram muitas dificuldades de adaptação além de perderem móveis, pois estes não couberam na residência.

A casa é entregue pintada com cal aos moradores e estes precisam fazer o acabamento interno, como colocar o piso, realizar uma pintura melhor, colocar o forro, dentre outros. As casas com 42m<sup>2</sup> são compostas por sala, cozinha com lavanderia, banheiro e dois quartos. Muitos já modificaram os fundos do imóvel, melhorando a lavanderia e fazendo um depósito. Os quartos ficam na parte superior da moradia.

Os imóveis para famílias numerosas possuem mais um piso com mais dois quartos. Os imóveis destinadas ao comércio são de 52m<sup>2</sup> e possuem sala comercial e depósito no térreo. Sala, cozinha e banheiro no primeiro piso e dois quartos no segundo piso. Já os imóveis para famílias com idosos ou deficientes físicos possuem um quarto no térreo com sala, cozinha e banheiro, os outros quartos ficam no segundo piso e terceiro. A metragem desta casa varia de 52m<sup>2</sup> para 62m<sup>2</sup>.

A entrada da casa é pela sala e a localização da porta das residências é frontal. O espaço entre a casa e a rua é pequeno, cerca de 3 metros, e a porta funciona como limite entre o espaço privado da casa e o espaço público da rua.

A arquitetura da casa não possui a flexibilidade necessária para adequar-se às necessidades de todos os moradores. O espaço limitado pouco permite a recriação física dos ambientes, ampliação dos espaços e transformações que possibilitem aos moradores recriarem seu mundo simbólico. Assim as mulheres personalizam a moradia dando significados a ela através do artesanato, dos móveis, dos objetos que podem fazer ou adquirir.

A sala tem um aspecto de vitrine enfeitada onde é exposta uma combinação de objetos com significados históricos ou referentes aos gostos dos moradores, à identidade como fotografias, flores de plástico, certificados de cursos realizados, bibelôs, troféus, medalhas, imagens religiosas, assim como objetos que traduzem o poder aquisitivo da família como a televisão e o DVD. Este último foi visto em poucas casas.

Pode-se dizer que a sala apresenta o que a família tem e o que ela é, as medalhas, os certificados e os troféus representam suas vitórias, seu conhecimento, sua capacidade. A sala e a cozinha são os cômodos mais enfeitados da casa e a maior parte são artesanatos de crochê confeccionados pela própria mulher.

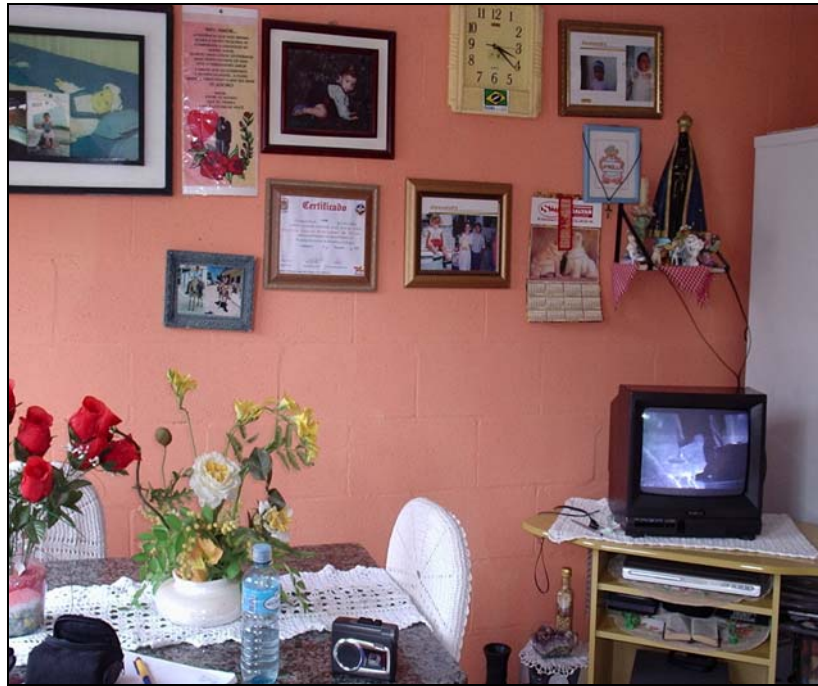


Foto 4: sala da Rosa. Data: 29 de março de 2006.



Foto 5: cozinha da Rosa. Data: 29 de março de 2006.



Foto 6: sala da Hortênsia.

Data: 28 de março de 2006.



Foto 7: crochê da Violeta.

Data: 28 de março de 2006.

Perguntamos às entrevistadas sobre o significado das casas. Algumas respostas traduziram a casa como um porto seguro: “aqui é o meu cantinho, o meu aconchego”

(Camélia). Outras falaram sobre o amor que possuem pela casa, “[...] eu amo minha casinha, adoro” (Rosa). Mas a maior parte das respostas, apesar de afirmarem o gosto pela casa, fugiu um pouco ao que foi perguntado e respondeu conforme sua (in)satisfação em relação à qualidade da casa e às dificuldades que tiveram para se adaptarem ao novo lar.

Eu gostei, agora como tá eu gosto, foi batalhado muito pra ficá como ela tá. Claro que tem muito reparo ainda se for pra repará. As janelas, quando chove com vento, chove tudo pra dentro. Muitas partes da casa quando dá chuva forte ainda dá goteira. Sem contá que os cupins já tá batendo nos caibros né com 2 anos, imagina daqui a 4, 5 anos. (Hortênsia).

Agora que eu consegui comprar os guarda-roupas novos, porque os que eu tinha antes não couberam na casa, agora eu arrumei os quartos das meninas e arrumei o meu. (Margarida).

A preocupação em mobiliar a casa articulando entre espaço físico, necessidades da família e condições para aquisição de móveis e objetos é uma preocupação feminina. Parte da renda familiar é destinada à compra de móveis, eletrodomésticos e até eletroeletrônicos, mesmo que já usados. Estes últimos são adquiridos para os momentos de lazer da família e com o intuito de prender a atenção dos filhos dentro de casa, evitando a permanência dos mesmos na rua. Entretanto, os objetos expostos na casa, de certa forma, também declaram a condição financeira da família. Vimos casas bem arrumadas, com artesanatos, flores e uma boa variedade de objetos, mas também vimos casas somente com móveis, objetos e utensílios essenciais para o dia a dia das famílias.

#### **4.9 A participação comunitária das mulheres para com os outros: um olhar sobre o cuidado com as pessoas e com o bairro**

Nesta parte do trabalho dividimos as mulheres entrevistadas em dois grupos. O primeiro grupo é das mulheres que não estão envolvidas com o cotidiano da comunidade, com trabalhos voluntários, cargos em associações ou outros compromissos desta mesma natureza. Já o segundo grupo é das mulheres líderes comunitárias, que fazem parte das associações de moradores ou atuam em instituições da região, desenvolvendo trabalhos voluntários em prol do coletivo.

O significado do termo “participação” entre as mulheres do primeiro grupo é bastante vago e restrito. Quando perguntado se elas haviam participado do projeto de habitação todas responderam que sim. A seguir foi perguntado de que forma elas haviam participado e as respostas foram que participaram através das idas a algumas reuniões com a Prefeitura ou com o Conselho de Habitação para se informarem sobre o projeto. Outras disseram “participar” da cerimônia da entrega das chaves de sua casa.

Eu participei naquela reunião que teve para falar sobre as datas de entrega das casinhas. Sobre uma reunião pra avaliar as casinhas e nessa reunião eles comentaram sobre tudo, sobre o seguro que a gente teria, sobre o valor da prestação, sobre o valor de juros, coisas assim que foi o pessoal da caixa [CEF] junto, se eu não me engano foi junto. Teve alguém ali representando. (Begônia).

Somente uma mulher tinha ciência de que os recursos financiadores do projeto de habitação eram providos do BID.

Era discutido é que não podia vender a casa. Da onde que vinha o dinheiro, que era do BID. Sobre o valor mensal do aluguel. [...] Se ela paga todo mês bem direitinha ela tem direito a um seguro, né. Por exemplo, se o pai morre não pode passar pro filho mais novo antes de consultá o filho mais velho. É a Prefeitura que vai decidí com quem vai ficá a casa, só que a gente não pode pohná fora, não pode vendê, porque isso aqui é uma coisa que é da gente pro resto da vida. (Violeta).

Mesmo que bastante restrita, a participação das mulheres nas reuniões foi maior do que a dos homens, pois estes estavam no trabalho e nem sempre podiam comparecer. Nas assembléias com os moradores em que os presentes assinaram o livro-ata, foi possível identificar a presença de um número expressivo de mulheres. Já nas reuniões da Comissão de Habitação a maioria dos presentes foram homens. Entre os 10 membros da comissão, 8 são homens e 2 são mulheres.

Nas assembléias com a Prefeitura, as perguntas e os questionamentos das mulheres relacionaram-se mais com questões sobre o valor da casa e as formas de pagamento, os gastos com IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU), energia elétrica, água, o tamanho pequeno da casa que não acomodaria todos os filhos, o quintal pequeno, a incompatibilidade da casa para pessoas com deficiência física e para idosos. Sua participação foi bem limitada, mas sua presença tornou as reuniões conflituosas por suas reivindicações e questionamentos. Elas não tiveram, salvo raras exceções, poder de decisão, mas levantaram a voz e gritaram pelo o que queriam para chamar a atenção para seus problemas do cotidiano.

Uma líder comunitária expõe essa situação:

[...] as mulheres têm uma força muito grande, mas que não dá tanta visibilidade. Porque a gente percebe que no bairro o que dá mais visibilidade é ver uma Associação de Moradores né, ver uma coisa mais organizada e quem tá à frente da Associação de Moradores geralmente são os homens. Agora que as mulheres estão participando mais das associações. Mas por trás não é tão visível, mas as mulheres têm uma força grande no sentido de reivindicar, porque são elas que têm os filhos pequenos e que tão ali com eles, são elas que tão mais na casa, são elas que são mais sensíveis a essa questão da vida mesmo, e quando é pra levantar a voz pra brigar e lutar nas reuniões são elas que tão ali, mesmo que é pra fazer o que o pessoal diz que é bafão, faz um bafão lá, faz um escândalo... mas essa questão da sensibilidade com a vida, quando tá ligado à questão de saúde, de criança, de família, a mulher ela tá sempre ali e quando é pra grita, ela grita e nas reuniões a gente sentia assim, que as reuniões não eram tão tranquilas, elas gritavam. Quando era pra dizer pra Prefeitura: vocês gostariam de morar numa casa dessas? Vocês viriam morar com a família de vocês numa casa como essa, que vocês tão querendo fazê pra nós? Quando lá no abrigo uma criança caía, porque tinha um quarto que ficava no alto e nós tivemos casos das crianças caírem. E questão assim de ficar sem água 5 dias no abrigo, a gente tomava banho de canequinha. A rua alagada e a gente descia pra fazer reunião com a Prefeitura, né. Então quando era pra pegar essa coisa assim de mobilizá a mulherada, a gente sentia que elas tinham força. E se era pra metê a boca então ela metia mesmo, mas uma coisa é o espaço visível organizado, associação que tavam os homens na negociação, outra coisa é o espaço informal, a criança caindo, a casa que chovia dentro, falta de água, então a gente sentia que ali elas tinham mais força. (Azaléia).

São as mulheres as mais preocupadas com os doentes, idosos, deficientes físicos e crianças, pois são elas as responsáveis pelos cuidados com essas pessoas, com a qualidade de vida e o bem-estar da família. A grande preocupação com as crianças também se justifica pelo fato de que quase 60% da população cadastrada no projeto têm idades entre 06 e 14 anos.

Os quadros 9 e 10 permitem fazer uma comparação entre o número de mulheres e homens presentes nas reuniões realizadas entre Prefeitura, Comissão de Habitação e moradores e o número de mulheres e homens presentes em reuniões entre a Comissão de Habitação e a Prefeitura, mostrando assim a ausência de experiência de participação das mulheres nas decisões. Só foi possível realizar esta comparação entre 6 atas, pois são as que foram assinadas.

Quadro 9 – Quantidade de homens e mulheres presentes nas reuniões entre Prefeitura, Comissão de Habitação e Moradores.

**Reuniões entre Prefeitura, Comissão de Habitação e Moradores, acontecidas entre 1999 e 2000**

<b>Atas</b>	<b>Ata 1</b>	<b>Ata 2</b>	<b>Ata 3</b>
<b>Mulheres</b>	60	14	33
<b>Homens</b>	43	02	23
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>16</b>	<b>56</b>

Quadro 10 - Quantidade de homens e mulheres presentes nas reuniões entre Prefeitura e Comissão de Habitação.

**Reuniões entre Prefeitura e Comissão de Habitação, acontecidas entre 1999 e 2000**

<b>Atas</b>	<b>Ata 4</b>	<b>Ata 5</b>	<b>Ata 6</b>
<b>Mulheres</b>	01	10	01
<b>Homens</b>	11	17	08
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>27</b>	<b>09</b>

As mulheres líderes comunitárias possuem uma visão um pouco mais crítica sobre o projeto de habitação, com informações mais abrangentes. Afirmam que a participação dos moradores no projeto se limitou a presenciar as reuniões e em aceitar as decisões da Prefeitura, mesmo que fossem contrárias à sua vontade.

Quando tem reunião o pessoal vai né, agora esses tempos teve aqui, acho que há uns 2 meses atrás, mas eles dizem as mesmas coisas. A gente escuta que as pessoas nem vão mais, que eles dizem as mesmas coisas. (Orquídea).

E sempre prevalece o que eles dizem, eles querem que a gente participe, mas no final o que acontece, prevalece aquilo que eles dizem e não o que a gente quer que seja. [...] Até alguma coisa a gente até ganha, mas em certas coisas ali eles batem e decidem (Primavera).

Quando a gente fala a verdade eles não gostam. Mas as mulheres participam, sempre que são chamadas elas participam. E mesmo quando não são chamadas, se elas descobrirem elas vem. (Petúnia)

Nas entrevistas, as líderes comunitárias falaram muito sobre os problemas que as famílias enfrentam na região, Dentre eles destacam-se os relacionados com a perda

da auto-estima feminina, a situação das famílias do bairro, a manutenção dos bens públicos e a limpeza das ruas e terrenos. A educação dos filhos e suas possibilidades de conseguirem oportunidades de trabalho para não se envolverem com drogas também foi um assunto sempre presente nas entrevistas. E entendem que a participação das mulheres no cotidiano do bairro é que pode suavizar os problemas e trazer boas mudanças. Essas mudanças elas passaram a perceber no relacionamento com os vizinhos e com os filhos.

A partir do momento que você participa, vai na escola, vai numa reunião, tá ali com o vizinho, com a vizinha, tá tomando chimarrão, você vai conhecendo, porque daí se tu não participa chega uma situação que aconteceu comigo, há uns anos atrás, que quando eu chegava em casa não sabia nada da comunidade e os meus filhos sabiam de tudo. Eu saía com as minhas filhas e elas conheciam todo mundo, abraçavam todo mundo e ninguém me conhecia e eu não conhecia ninguém e daí eu fiquei com vergonha daquilo. Daí eu peguei um serviço com menos horas, que eu ia ganhá menos, mas ia ganhá menos entre aspas, porque ia ganhá mais participando da comunidade junto com meus filhos, tando com os filhos de outras mães também ajudando, participando, então assim isso vai ajudando também, vai incentivando. (Primavera).

Afirmam que o fato de participarem mais do cotidiano do bairro, cuidando das coisas e das pessoas, acabou por aproximá-las mais dos filhos e alterar alguns comportamentos dos mesmos em relação à manutenção dos bens públicos. “Antes até as lâmpadas as piazzadas estragavam, destruía, agora não, hoje não, hoje é diferente” (Íris). Também acreditam que as mulheres tenham “mais jeito” e “força de vontade” que os homens para participarem das atividades do bairro (Orquídea). Para esta mesma líder a diferença é que as mulheres “pegam mais de coração”. Outra líder afirma que “não é uma questão de força braçal é força de caráter, de mente, de paciência, de ir à luta” (Primavera).

O cuidado com o bairro e com as pessoas e a ajuda aos vizinhos foram categorias que estiveram muito presentes nas falas dessas mulheres. Tradicionalmente a mulher foi socializada para desenvolver trabalhos relacionados à assistência e aos cuidados para com os outros. Sendo que, segundo Thereza Montenegro (2003), suas habilidades com o cuidado realizadas no espaço privado da família são transferidas para o âmbito da comunidade e das profissões que exercem. Retomando o que dissemos no terceiro capítulo, Gilligan (1982), em sua análise na área da psicologia do desenvolvimento, propõe que existem diferenças entre os gêneros sobre a questão da moral. Afirma que as mulheres tendem a focalizar a moral dentro da noção de cuidado,



enquanto os homens, na de justiça. As mulheres são conduzidas por um princípio moral distinto que tende a priorizar o outro, indo além do princípio de justiça.

As atividades das mulheres também permitem consolidar as comunidades. Para Carrasco (2004), as mulheres estendem o objetivo do trabalho doméstico e do cuidado com as vidas humanas para o âmbito das comunidades, através do trabalho voluntário que a autora chama de “trabalho de participação cidadã”. Mas essa transferência não foi percebida em campo como tranquila. Muitas líderes dizem ter sofrido muito com a resistência do marido em relação ao seu envolvimento com as coisas e as pessoas do bairro, além disso, a sua participação nas tarefas de cuidado dos outros moradores e do bairro resulta em acúmulo de atividades e responsabilidades.

No depoimento de Primavera que, além das atividades domésticas, trabalha fora, as dificuldades de conciliação entre as várias atividades ficam claras.

Meu marido, ele cumpre as 8 horas do serviço dele, ele vem pra casa, pega e vai com meu cunhado tomá um chimarrão e é essa a preocupação dele e pronto! Chega no final do mês pega o dinheiro e me dá, a gente paga as contas e pronto! Mas que nem no meu caso, eu também trabalho fora, eu sempre tô com as mulheres que a preocupação delas acaba sendo da gente também, eu tenho 5 filhos, daí a gente tem o programa dos filhos no colégio, mesmo que seja na rua com os filhos. Em casa tu trabalha, tu faz isso, passa, lava, cozinha e cuida até do cachorro, quer dizer, e daí sai, vai num projeto e ele reclama que demorou, porque “o que tu qué lá, que não tem nada a ver contigo”, então tem essas coisas assim. Então a mulher é capaz de trabalhá fora, cuidá do filho, sabê o que tá acontecendo com ele na rua, com os amigo dele no colégio, dentro de casa tudo é com a mulher, e se acontece alguma coisa com teu filho ou com tua filha você é culpada, o marido nunca é culpado. Se a filha vira puta, a mulher é culpada, se o filho matou, roubou, a mulher é culpada, a culpa é tua, porque ele diz que ele tava lá trabalhando e você tava fazendo o quê? Mas a verdade é que a gente trabalha também, tem compromisso com o patrão e não é só com o patrão, é com um, é com o outro, é na comunidade, é isso, é aquilo, é dentro de casa, lava cozinha, passa, chega, o almoço tem que tá pronto, tira a louça, lava a louça, guarda, lava roupa e mais isso, vai no colégio, o filho teve um problema, tu tem que tá lá resolvendo, deu com outro, quer dizê então tem essa parte. (Primavera).

A capacidade da mulher de realização simultânea de diversas atividades, sejam elas remuneradas ou não, também está presente nesta última fala. Elas articulam entre o emprego, o trabalho doméstico e o trabalho de participação cidadã. Entendem-se responsáveis tanto pelo o que acontece dentro de suas casas, com os membros de sua família, quanto pelo o que acontece no bairro, pois o espaço da rua é primordial para a construção das redes de solidariedade, da cidadania e das relações sociais constituintes dos indivíduos.

Outra mudança percebida pelas mulheres a partir de sua participação no bairro é o crescimento pessoal e a mobilização para a busca de direitos.

Participação é quando eu venho e coloco o que eu estou sentindo, eu olho de forma regular ou irregular. Eu acho que isso é uma grande participação desde quando que eu me interesso a participar do assunto que tá acontecendo na comunidade. Agora quando eu me isolo, aí esse tipo de participação acho que a gente não consegue crescer. A tendência é ficá deprimida, é não sabê o que tá acontecendo. E as mulheres também procuram saber quais são os seus direitos. Então isso é que leva a crescer, eu sinto que quando a gente procura os direitos da gente faz com que a gente cresça na vida. (Petúnia).

Em sua fala, a mulher surge com o papel não só de reivindicar os serviços para os moradores do bairro como projetos de apoio educativo para as crianças, creches, escolas, mas de apoiar esses serviços trabalhando em prol de seu desenvolvimento e fiscalizando seu funcionamento.

A gente sabe as normas de segurança, por exemplo, de como funciona a cozinha da creche, então se a gente é da comunidade, a gente tá aqui e tá vendo, então a gente tá chamando a atenção, a gente tá levando esses problemas, porque a gente quer aquele problema resolvido, mas daí a gente passa a ser um problema pra eles [poder municipal], porque a gente tá exigindo que aquilo ali se resolva. (Primavera).

As mulheres acreditam na importância de cada serviço, de cada projeto que é realizado dentro do bairro e percebem a importância de estarem envolvidas voluntariamente para garantir a qualidade do mesmo e o bem-estar das crianças. Entretanto reclamam que quando há vagas de trabalho remunerado, são as pessoas de fora que são contratadas e elas profissionalmente permanecem desvalorizadas dentro do próprio bairro.

Eu acho que a mulher é pra tá em todo trabalho pra ajudá a comunidade, eu acho assim que quando surge um serviço, surge uma creche, surge um projeto, alguma coisa, se aquilo ali vai tá ajudando as crianças, vai servi pra emprego, cozinheira, faxineira e seja o que for, eu acho que quem tem que tá incluído é a mulher da comunidade. Quer dizer que na hora da gente tá ajudando, tá ali, fazendo o projeto, assinando, fazendo abaixo assinado, fazendo buscativa pra abrí a creche, pra funcioná, pra tê as crianças, as mulheres da comunidade servem e na hora de contratá, que sabem que a maioria aqui é desempregada, então nessa hora vem a firma de fora, traz quem quer. (Primavera).

Apesar de toda a importância do trabalho das mulheres para a qualidade de vida das pessoas da Chico Mendes, as questões de gênero pouco foram contempladas pelo projeto de habitação. O mesmo possui algumas iniciativas de caráter parcial, mas não pode ser considerado como política de gênero. O espaço da casa não facilita a simultaneidade das tarefas cotidianas ligadas ao cuidado das pessoas através da educação e socialização dos filhos, a preparação dos alimentos, complementação de renda e os cuidados com o lar.

Outro ponto a ser ressaltado é que a lógica do cuidado para com as pessoas e com o bairro a todo o momento entra em choque com a lógica do órgão público. Como a Prefeitura estava em processo de reestruturação do espaço e já havia feito o cadastramento das famílias para o projeto, não queria que mais nenhuma família entrasse para habitar na região. Alguns moradores já estavam morando nos abrigos provisórios fazendo com que casas e terrenos ficassem abandonados. Já para as mulheres as casas desapropriadas e os terrenos vazios servem como ponto de distribuição e consumo de drogas, prostituição, violência, acúmulo de lixo, proliferação de ratos, cobras e doenças e consideram absurdo não permitir que uma família desamparada se aposse do local para viver.

Eu não achei esse projeto muita coisa não, ficou tudo pela metade, começam ali e não terminam, os lugares onde eles tiram as casas tem ratos. Eu tive até na saúde pública porque tinha muito lixo das casas que eles deixaram mal destruída, tava tendo rato, barata, cobra, tá assim as casa pela metade, os usuários fazendo lugares pra usá drogas, tava vindo pessoas estranhas dormindo naquele local, tava a polícia escondida ali pra pegá os menino e dá pau ali dentro. Então assim, tava servindo pra tudo aquilo ali né, aí eu fui, tentei com a Prefeitura e não consegui, tive que ir na defesa civil [...] e foi limpo. Agora nós temo com o mesmo problema naquele outro lado. Sabe o que a Prefeitura me disse? Sabe por que eles não limpam? Porque eles correm o risco de uma família construí a casa ali. E aí eu disse pra eles: - Então vocês com medo que uma família que não tem onde morá, que não tem onde ficá, porque quem tem onde morá, quem tem casa não vai vim construí um barraco numa comunidade discriminada como é a nossa. Vocês não limpam e prejudicam 300 famílias com rato, sujeira, barata, cobra. Então eles preferem que aqui tenha todas essas doença, que adoeça as crianças, prejudica, trazem vírus, do que limpá e corrê o risco de perdê aquele espaço. Então ela prejudica toda a comunidade, todas as crianças, porque tem doença de rato que já morreu pessoas com doença de rato aqui. (Orquídea).

Esse exemplo mostra o descaso da Prefeitura em relação à percepção de mundo das mulheres. Estas, por sua vez, se sentem desprezadas. São sempre consideradas como ignorantes ou com pretensões descabidas. Fica evidente a falta preparo dos técnicos para trabalhar com essa população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Bom Abrigo trouxe mudanças significativas para os moradores da Região Chico Mendes e para seus arredores. Não só pela nova estética do local que se tornou bastante agradável, mas, também, pelas novas possibilidades que se apresentaram aos moradores no acesso a serviços urbanos antes não contemplados. A abertura de ruas possibilita a entrada dos correios, a entrega de compras e o acesso à segurança pública.

A reestruturação da Região Chico Mendes e a regularidade das condições de moradia também possibilitaram chegar às casas as contas de água, de luz e da prestação do imóvel. Nesse sentido, os moradores avaliam que o projeto trouxe uma dívida, pois agora necessitam de uma renda maior para manterem-se vivendo no local.

Pode-se afirmar que o projeto criou uma situação de fragilidade para os moradores, pois antes eram mais de mil famílias que viviam em situação irregular no mesmo terreno. Tal fato dava maior legitimidade a essas famílias, além de que eram amparadas pelo direito de usucapião. Com o projeto habitacional os terrenos foram regularizados e os contratos individualizados, sendo que agora a família que não paga pelo imóvel corre o risco de ser despejada.

A construção de galpões de geração de renda abre espaço para a efetivação de futuros projetos de complementação de renda dentro da comunidade, o que favorece a vida das mulheres pela proximidade do trabalho com a casa, as escolas e as creches. Podem trabalhar sem distanciarem-se dos filhos. Esses galpões, se bem gerenciados, podem suprir a falta de um espaço dentro das casas que as mulheres pudessem utilizar para atividades remuneradas. É preciso avaliar a possibilidade de instalação de cozinhas industriais, salas de costura e espaços para composição de artesanatos. A construção das instituições coletivas como associação de moradores, creche e posto de saúde também deve ser lembrada como algo positivo.

A avaliação da satisfação das mulheres com a casa tem sempre como referência as condições da moradia anterior. Dentre as mulheres que pagavam aluguel ou que moravam em situações de muita precariedade, a nova casa simboliza mudança de vida como conquista da casa própria e ascensão social. Já entre as mulheres que antes possuíam uma moradia em boas condições, a nova casa representa uma dívida, um investimento que não necessitavam fazer. Além da renda, a satisfação/insatisfação das

moradoras com a casa tem relação direta com o pagamento ou não das prestações do imóvel.

A postura da PMF em relação aos moradores foi de esclarecer as dúvidas através de assembléias e da disponibilização de equipes para atendimento individualizado. Diversos pedidos de sugestões e de opiniões foram solicitados aos moradores, mas foi negada a possibilidade de abertura de diálogo para discussão do projeto e aceitação de propostas alternativas.

Percebe-se a necessidade da Prefeitura rever o modelo de gestão pública que delineou as ações para implantação do projeto de habitação, de forma que os erros não se repitam em experiências futuras. O excesso de burocracia e outros problemas relacionados à mudança do governo municipal provocaram atrasos no término do projeto e perdas para os moradores.

Entende-se o merecimento dos técnicos pelo empenho e envolvimento na tentativa de resolver, da melhor forma possível, os problemas de habitação e infraestrutura dos moradores da Região Chico Mendes, como também os problemas advindos da situação de pobreza à qual as pessoas estão submetidas ao longo de suas trajetórias. A crítica faz-se sobre a visão de negatividade que ainda se têm da pobreza e dos pobres, a mesma reproduz a visão do poder público e da sociedade em geral.

O contato direto dos moradores com os técnicos exigiu destes últimos, um esforço muito além das funções a eles atribuídas. Em todos os instantes era a eles que os moradores recorriam, pois percebem a instituição do poder público incorporada nas pessoas dos técnicos e, portanto, exigiam posições autônomas e imediatas na resolução de problemas ficando para os técnicos a responsabilidade por decisões tomadas de maneira incorreta e a frustração por não conseguirem dar o retorno esperado.

O embate ocasionado pela presença de diferentes pensamentos, para não dizer contrários, marcaram todo o processo de implantação do projeto de habitação. A Prefeitura, com sua lógica conservadora e técnicas ainda não totalmente democráticas, impossibilitou uma melhor adequação do projeto habitacional às necessidades dos moradores em geral, assim como às de gênero. A idéia de espaço construída pelos moradores a partir das práticas de sociabilidades, dos modos de vida, dos costumes, das trajetórias de ocupação, das culturas, dos acontecimentos históricos, da forma de morar e reproduzir valores não coube nos projetos dos engenheiros que reestruturaram a favela de forma a agrupar o maior número possível de pessoas num determinado espaço. Visto

que, para o poder público, a crescente valorização dos terrenos em Florianópolis não possibilita o “desperdício” de espaços não edificadas.

Diminuir e organizar o espaço de habitação dos moradores da Região Chico Mendes facilita seu controle, mas não impede a mobilidade social. Assim como o controle da mobilidade não pressupõe o controle dos problemas sociais, nem diminui sua complexidade.

O pobre continuou a ser julgado por aquilo que não possui, por exemplo, o carro, prevendo que nunca possa tê-lo. A reestruturação do espaço teve como prioridade alocar o maior número possível de pessoas no terreno disponível. Assim, ocasionou perdas principalmente para as mulheres que terão que passar por novas adaptações lidando com a reduzida área da casa e do terreno, locais onde exercem seu domínio.

Somente as mulheres líderes comunitárias realizam trabalhos de participação cidadã. Circulam todos os dias pelas ruas da favela na tentativa de amenizar problemas através de seus esforços e cuidados. Mas todas as mulheres que aí residem têm uma trajetória de vida semelhante, convivem principalmente com a pobreza, com as doenças e com a violência. Possuíram uma infância curta com vida adulta prematura. Tudo em suas vidas foi antecipado, inclusive o trabalho, o casamento, a gravidez e a velhice. Carregam a responsabilidade pela educação dos filhos e a culpa pelas escolhas erradas que estes realizam.

As mulheres, por serem responsáveis pelo cuidado para com as outras pessoas, possuem liberdade para circular pela favela construindo comunidades e relações, formando redes de apoio, realizando trabalhos voluntários, mas ainda são pouco vistas, apoiadas e valorizadas, tendo pouco poder de decisão nos espaços que constroem.

As lideranças passaram por todos os tipos de dificuldades desde o acesso à informação sobre o projeto, dificuldades para formar um canal de discussão entre moradores e Prefeitura, como também dificuldades de articular os interesses coletivos e individuais dos moradores. Além disso, as lideranças possuíam experiências em organização comunitária para reivindicação de melhorias, mas não de participação e decisão.

Como já podia ser previsto, a noção de participação dos moradores contida nos programas do HBB não aconteceu. A implantação do projeto habitacional foi marcada por relações clientelistas, autoritárias e conflituosas, contribuindo assim, para o esvaziamento dos espaços de participação e decisão. O próprio sentido da participação foge do conhecimento de muitas mulheres que entendem que participaram do projeto de

habitação, fazendo-se presentes na cerimônia de entrega das chaves da casa. Por outro lado, a ausência de experiências de participação formal não silenciou algumas mulheres que gritaram nas reuniões, fazendo um “bafão”, em defesa de seus interesses.

Mas, será que a reivindicação das mulheres por interesses que num primeiro momento parecem particulares como coisas do cotidiano, como coisas relacionadas à casa, é apenas pontual?

Acredito que não. O significado da reação das mulheres ao projeto de habitação, mesmo sem ter clareza sobre a abrangência de suas ações, questionou todo um modelo de decisão tecnocrático que é masculino e autoritário. Ao colocarem suas reivindicações, elas mostraram um lado que não é de ausência, mas de presença e empoderamento. Exerçeram um papel de contestação à falta de democracia, ao desprezo que sempre receberam e à visão que o poder público tem dos pobres. Essa contestação esbarra nos fortes pilares que sustentam a imagem das mulheres em situação de pobreza como ausentes dos espaços de participação e decisão e desconsideram seus saberes, fazendo tábula rasa das suas experiências de vida. Além disso, a reivindicação de coisas do cotidiano é o princípio da conquista da cidadania e um ensaio à organização popular. Como diria Elisabeth Souza-Lobo (1991, p. 3) “as reivindicações, muitas vezes definidas como ‘específicas’, se articulam com problemáticas emergentes, como a cidadania e a igualdade”.

## REFERÊNCIAS

- ARENDRT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981. cap. 5.
- ARENDRT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 45-85.
- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Guia operativa para vivienda. Política de desarrollo urbano y vivienda**. Departamento de Desarrollo Sostenible. División de Programas Sociales. Washington, 1999. Disponível em: <<http://www.Iadb.org/sds/doc/SOC111s.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2006.
- BANCO MUNDIAL. **El Banco Mundial e el género em ALC: desafios e oportunidades para a igualdade entre os gêneros na América Latina e Caribe**. Disponível em: <<http://www.wbIn0018.worldbank.org>>. Acesso em: 24 out. 2005
- BAQUERO, Marcelo. **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed.Universidade/UFRGS/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001.
- BRASIL. Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano. Programa Habitar – Brasil/BID: Regulamento Operacional. Brasília, 1999.
- CACCIA BAVA, Silvio. A produção da agenda social: uma discussão sobre contextos e conceitos. In: **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**. v. 31, ago. 2003.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2000. **Características da população e dos domicílios**. Resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.
- COSTA. Dora I. P. da. As mulheres chefes de domicílios e a formação de famílias monoparentais: Campinas, século XIX. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 17, n. ½, jan/dez. 2000. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>> Acesso em: 10 ago. 2006.
- BORBA; FARIAS e GODINHO (orgs.) **Mulher e política: gênero e feminismo no partido dos trabalhadores**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 55-70.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação masculina. In: **Educação e Realidade**. V 20(2), jul/dez. Porto Alegre: FE – UFRGS, 1995.
- BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: Rocha, Maria I. B. da (org). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 13-58.
- BRUSCHINI, Cristina,; UNBEHAUM, Sandra G (orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984.



CAMPIGOTO, Maria do Carmo. **Relações de gênero e espaço no universo feminino do Morro da Pedreira – Blumenau/SC**. 2002. 152 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). FURB, Blumenau, 2002.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho: os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo – 1917/1940)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

CARRASCO, Cristina. Introdução: Para uma Economia Feminista. In: **Revista Proposta**: revista trimestral de debates da FASE, ano 28/29, n. 103/104, São Paulo, jan./mar. 2005.

CARRASCO, Cristina. **Trabajo con mirada de mujer**: propuesta de una encuesta de población activa no endocéntrica. Espana: Consejo Económico y Social, 2004.

CASTELLS, Alicia N. G. de. **A criatividade dos sem-terra na construção do habitat: um olhar etnográfico sobre a dimensão espacial do MST**. 2001. 234 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

CASTELLS, Alicia N. G. de. **Os hábitos não esquecidos: a recriação da casa COHAB nas mãos do povo**. 1987. 142 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

CASTRO, Marcus; FARIAS, Alex. O papel das Instituições Financeiras Multilaterais. In: CASTRO, Marcus Faro de (Org). **A Sociedade Civil e o Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais**. Brasília: Rede Brasil, 2005. p. 45-58.

CHOINACKI, Luci. Câmara dos Deputados. Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil. **Por um Brasil sem desigualdades: relatório final**. Brasília: coordenação de publicações, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Notas sobre cidadania e modernidade**. In: Praia Vermelha: estudos de política e Teoria Social. v. 1, n. 1, 1º sem. 1997. Rio de Janeiro, UFRJ, 1997.

CYMBALISTA, Renato. **Conselhos de habitação e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Pólis, 2000.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ESTATUTO DA CIDADE: **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001** – Guia para implementação pelos municípios e cidadãos. Câmara dos Deputados. Brasília, 2001.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e democracia capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. In: **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 15, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 08 jan. 2007.

FARO, M.; SAID, Magnolia. O BID como ator estratégico na América Latina e Caribe In: CASTRO, Marcus Faro de (Org). **A Sociedade Civil e o Monitoramento das Instituições Financeiras Multilaterais**. Brasília: Rede Brasil, 2005. p. 173-188.

FERREIRA, Leticia de Faria. **O tempo da política: a construção do voto no assentamento 18 de Maio**. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FISCHER, Izaura Rufino; MARQUES, Fernanda. Gênero e Exclusão Social. **Trabalhos para discussão**, n. 113/2001, ago. 2001. Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/tpd/113.html>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

FOLBRE, Nancy. **The production of people by means of people and the distribution of the costs of children (2001)**. Disponível em: <<http://www-unix.oit.umass.edu/~folbre/folbre/workpapr.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

FONSECA, Tânia Maria Galli. Subjetivação na Perspectiva da Diferença: Heterogênes e Devir. In: **Educação e Realidade**, v. 24(1), Porto Alegre: FE – UFRGS, jan./jun. 1999.

FOUCAULT, Michel. "A Governamentabilidade", In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 27-48.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. 4. ed., Petrópolis:Vozes, 1986. Parte 3, cap. 1.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. **A política de combate à pobreza e as agências multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México nas décadas de 80 e 90**. 2004, 408 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) -Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

FROSSARD, Heloisa (org). **Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GILLIGAN, C. In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development. Harvard University Press. Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1982.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 3ª. edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

GONÇALVES, Eliane. **Desigualdades de gênero no Brasil: reflexões e experiências**. Goiânia: Grupo transas do corpo, 2004.

GONDIM, Linda. Requalificação urbana e estatuto da cidade: novas soluções para o velho problema das favelas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu do Sul. **Artigos...**Caxambu do Sul: ANPOCS, 2006. 1CD-ROM.

GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1990.

HIGUCHI, Maria Inês G. A sociabilidade da estrutura espacial da casa: processo histórico de diferenciação social por meio e através da habitação. In: **Revista de Ciências Humanas**, n. 33. Florianópolis: EDUFSC, 2003.

HOROCHOVSKI, Rodrigo R. Empoderamento: definições e aplicações. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu do Sul. **Artigos...**Caxambu do Sul: ANPOCS, 2006. 1CD-ROM.

IBGE. **Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil, 2000**. Rio de Janeiro, Departamento de População e Indicadores Sociais, 2002.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. Cadernos do Programa Habitar Brasil/BID, v. 1. **Política Municipal de Habitação: Orientações para Formulação e Implementação**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/RJ, agosto de 2001.

LAVINAS, Lena. **Desafios da heterogeneidade feminina no desenho das políticas sociais**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2006, Caxambu do Sul. **Artigos...**Caxambu do Sul: ANPOCS, 2005. 1CD-ROM.

LAVINAS, Lena. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. IN: ROCHA, Maria I. B. da (Org). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEROY, Jean-Pierre; SOARES, Maria Clara Couto. Conclusões: Os desafios para a construção da participação cidadã. In: \_\_\_\_\_. **Bancos Multilaterais e Desenvolvimento Participativo no Brasil: dilemas e desafios**. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1998.

LEWIS, Oscar. **Antropologia de la pobreza: cinco familias**. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1985.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, classe e etnia: trajetórias de vida de mulheres migrantes**. Florianópolis/Chapecó: Ed. da UFSC / Argos, 2003.

LOBO, Elisabeth Souza. O Trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

LOBO, Elisabeth Souza. **O Gênero da Representação: movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)**. In: Mouvements sociaux et représentation politique – Brésil/Quebec. Fevereiro de 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, História e Educação: construção e desconstrução. In: **Educação e Realidade**, V 20(2), jul/dez, Porto Alegre: FE – UFRGS, 1995.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **A Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annablume, 1999.

MAGALHÃES, Juliana L. **O embate entre coletividade e individualidade: desafios para os comuns**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu do Sul. **Artigos...**Caxambu do Sul: ANPOCS, 2006. 1CD-ROM.

MARCHI, Daniela. **Programa Habitar Brasil BID – Região Chico Mendes: uma análise sobre o processo de implementação no período de 2000 a 2003**. 2004. 192 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MARTINS, Valter. **O desenvolvimento da política habitacional brasileira e a COHAB/SC no contexto do Estado de Santa Catarina**. 2004. 98 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MARQUES, Siomara A. **Mulheres de periferia: tecendo redes na construção da cidadania**. 1996, 97 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996.

MELO, Hildete Pereira de. Globalização, políticas neoliberais e relações de gênero no Brasil. In: A.BORBA, A.; FARIA, N. & GODINHO, T. (Orgs.). **Mulher e política: gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

MINELLA, Luzinete Simões. **Gênero e Contraceção: uma perspectiva sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Habitação In: **Cadernos Mcidades Habitação**. Brasília, 2004.

MIRANDA, Rogério. **Habitação Popular e Favelas**, em Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. Florianópolis, 2001.

MONTENEGRO, Thereza. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 27 out. 2006.

MOUFFE, Chantal. **O Regresso do Político**. Lisboa: Gradiva, 1993. p. 101-120.

NOVELLINO, Maria Salet F. **Os Estudos sobre Feminização da Pobreza e Políticas Públicas para Mulheres**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 28, 2004, Caxambu do Sul. **Artigos...**Caxambu do Sul: ANPOCS, 2004. 1CD-ROM

OLIVEIRA, Micheline R. de. **Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come**: estudo antropológico de trajetórias sociais e itinerários urbanos sob o prisma da cultura do medo entre mulheres / mães moradoras do Bairro “Matadouro”, Itajaí / SC. Mestrado em Antropologia Social. UFSC. Fpolis, 2002.

PAULILO, Maria Ignez. Mulher e cidadania. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina: UEL, v. 2, n. 2, jan./jun. 2000.

PAULILO, Maria Ignez. Trabalho doméstico: reflexões a partir de Polanyi e Arendt. In: **Serviço Social em Revista**, Londrina: UEL, v. 8, n. 1, jul./dez. 2005.

PAULILO, Maria Ignez. **Terra à vista... e ao longe**. 2ª edição - Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

PEREIRA, F. O. R. & KREMER, A. (Editores): **Características da habitação de interesse social na região de Florianópolis**: desenvolvimento de indicadores para melhoria do setor. Relatório Final de Projeto de Pesquisa. FINEP-Habitare/BID, CD-Rom, Florianópolis/SC, 2000.

PEREIRA, Hildete. **Gênero e pobreza: uma agenda em debate**. 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/mujer/reuniones/quito/HildeteQuito2.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2007.

PERES, L. F. B. Avaliação das políticas públicas no âmbito da pós-ocupação da habitação de interesse social. In: PEREIRA, F. O. R. & KREMER, A. (Editores): **Características da habitação de interesse social na região de Florianópolis**: desenvolvimento de indicadores para melhoria do setor. Relatório Final de Projeto de Pesquisa. FINEP-Habitare/BID, CD-ROM, Florianópolis/SC, 2000.

PERES, L. F. B. ; VALLE, M. **Políticas públicas no âmbito da habitação de interesse social – estudos de caso**: política de erradicação nas comunidades da Via Expressa. In: CADERNOS DE RESUMO DO IX SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFSC. Florianópolis: DAP-PRPG/UFSC, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. **Projeto Bom Abrigo. Programa Habitar Brasil/BID**: Urbanização, Habitação e Desenvolvimento Comunitário da Região do Chico Mendes. v. 7, Florianópolis, 2000.

PEREIRA, Marliange da Silva. **Mecanismos de Participação e Organização Comunitária: um estudo da Região Chico Mendes**. Curso de Gestão Urbana, Habitacional e do Desenvolvimento Social do Centro de Educação Superior – ÚNICA, Florianópolis, 2005.

UNIFEM – FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A MULHER. **O Progresso das mulheres no Brasil**. CEPIA/UNIFEM/Fundação Ford. Brasília, 2006.

RANGEL, Mary. **A violência do estigma e do preconceito à luz da representação social**. 2004. Disponível em: <[http://www.arcoiris.org.br/\\_prt/dicas/arquivos/022004-02.doc](http://www.arcoiris.org.br/_prt/dicas/arquivos/022004-02.doc)>. Acesso em: 12 maio 2006.

ROCHA, Lia de Mattos. Proximidades e afastamentos possíveis – lideranças comunitárias falam sobre Associação de moradores e tráfico de drogas em favelas do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 30, 2006, Caxambu do Sul. **Artigos...Caxambu do Sul: ANPOCS, 2006. 1CD-ROM.**

SAFFIOTI, Heleieth B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SALEM, Tânia. Mulheres Faveladas: “Com a venda nos olhos”. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. v. 1. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, Carolina Cássia Batista. **Participação cidadã e participação comunitária**. Curso de especialização em Política Social e desenvolvimento urbano. Mimeo.

SANTOS, J. A. Figueiredo. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, Caxambu do Sul. **Artigos...Caxambu do Sul: ANPOCS, 2005. 1CD-ROM.**

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2ª edição revisada. São Paulo. Editora Cortez, 2003.

SAULE JÚNIOR, Nelson; CARDOSO, Patrícia de Menezes. **O Direito à Moradia no Brasil: Violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro**. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: Educação e Realidade, v 20(2), Porto Alegre: FE – UFRGS, jul./dez. 1995.

SZÜCS, Carolina P. Recomendações e alternativas para novos projetos de habitação popular a partir da avaliação das interações entre usuário e moradia. In: PEREIRA, F. O. R. & KREMER, A. (Editores): **Características da habitação de interesse social na região de Florianópolis: desenvolvimento de indicadores para melhoria do setor**. Relatório Final de Projeto de Pesquisa. FINEP-Habitar/BID, CD-ROM, Florianópolis/SC, 2000.

SENADO FEDERAL; MINISTÉRIOS DAS CIDADES; CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E INSTITUTO PÓLIS. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos. 4. ed. Brasília, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira**: verso e reverso. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

SOARES, Maria Clara C. A Participação na Ótica dos Bancos Multilaterais. IN: LEROY, Jean-Pierre & SOARES, Maria Clara C. (orgs). **Bancos multilaterais e desenvolvimento participativo no Brasil**: dilemas e desafios. Rio de Janeiro: FASE/IBASE, 1998, 236 p.

UGÁ, Vivian Domínguez. A categoria "pobreza" nas formulações de política social do Banco Mundial. In: **Revista de Sociologia Política**, n.23, p.55-62, nov. 2004.

WOORTMANN, Klass. **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: CNPq, 1987.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: **Série Antropológica**, Brasília, 2004.

VALLA, Victo V.; STOTZ, Eduardo N.; ALGEBAILLE, Eveline B (Orgs). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado; SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VELOSO, Giovana Rocha. **Clientelismo e Democracia**: uma análise sobre incentivos institucionais e Comportamento político (1988 – 2002). In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29, 2005, Caxambu do Sul. **Artigos...**Caxambu do Sul: ANPOCS, 2005. 1CD-ROM.

VILLALOBOS, Veronica Silva. O Estado de Bem-Estar Social na América Latina: necessidades de redefinição. In: **CADERNOS ADENAUER 1**: Pobreza e Política Social – São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

XAVIER, Sandro M. **Comportamento participativo de moradores atendidos por um programa social de habitação**. 2005. 140 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do diabo**. Rio de Janeiro: Revan: UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um Século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.